

**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL
GERÊNCIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU” EM CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO**

**UM OLHAR SOBRE A COMUNICAÇÃO RURAL:
A constituição dos sentidos sobre microbacias na
perspectiva do agricultor**

ANGELA PINOTTI

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem, sob orientação da Profa. Dra. Solange Leda Gallo e co-orientação da Profa. Dra. Dulce Márcia Cruz.

FLORIANÓPOLIS (SC), MAIO DE 2004.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos agricultores participantes desta pesquisa, por acreditarem de alguma maneira que “a palavra confirma a dolorosa fragilidade daquele que a usa, pois enquanto me comunico, expressando-me a mim mesmo, posso também tornar-me diverso de mim mesmo, logo Outro”.

(Maurice Blanchot)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos aqueles que, com dedicação, amizade ou pelo simples convívio, me ajudaram a chegar até aqui. A essas pessoas fundamentais, nesse momento que marca uma passagem da minha vida, muito obrigado. Especialmente agradeço:

Ao grupo de agricultores de Agrolândia que contribuíram além da expectativa para que pudéssemos chegar ao resultado desta pesquisa. São para mim os atores principais desse processo.

À minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Solange Leda Gallo, pelo conhecimento e pelo auxílio nos momentos de incertezas, de dificuldades e de alegrias também.

À minha co-orientadora, Profa. Dra. Dulce Márcia Cruz, pela didática e confiança.

A Profa. Dra. Marci Fileti, aquela professora amiga que todos gostariam de ter; aos colegas de Mestrado em Ciências da Linguagem da Unisul, principalmente aqueles que fazem parte do grupo de estudos em Análise do Discurso, pelos momentos de descontração e estudo.

À Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) pela oportunidade de realização deste Mestrado. E aqui o especial agradecimento, à Diretoria e à Gerência de Marketing e Comunicação pelo voto de confiança; aos colegas do vídeo e rádio pelo carinho e paciência, em especial aos colegas Celívio Holz, incentivador incontestado e à Aires Carmem Mariga, companheira de todas as horas; aos colegas da Gerência Regional de Rio do Sul por acreditarem no projeto e aos fiéis companheiros Eduardo Piazzera e César Lotti, pelas horas a mais de trabalho; a Gerência de Recursos Humanos, pela constante demonstração de carinho e atenção.

Aos meus, como chamo carinhosamente minha família, Luiz Dagoberto Corrêa Brião, incansável companheiro intelectual e familiar; aos filhos, Thiago Alexandre, pela tolerância e ao Jorge Henrique, que ao desejar atenção desligava o computador da tomada e dizia “chega de estudar, mamãe”; a dedicada Rosângela, que soube dar atenção ao Jorge Henrique e aos afazeres de casa; a minha mãe Helena, que apesar da distância sabe que a amo; aos meus irmãos pelos constantes “estais terminando”.

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi o de buscar a compreensão sobre uma comunicação eficaz entre a Epagri e o agricultor. A importância e originalidade desta pesquisa residem na sua abordagem metodológica que previa a construção de uma fonte de dados nada peculiar, isto é, a produção de um vídeo feito só por agricultores do interior de Santa Catarina. Esse fato desencadeou um trabalho de campo minucioso, envolvendo estratégias desde os primeiros contatos com agricultores, reunião e treinamento em produção de vídeo, até o acompanhamento da produção e edição do vídeo. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a revisão bibliográfica, as análises dos vídeos com o mesmo conteúdo (projeto Microbacias). Entre os procedimentos analíticos, comparou-se o vídeo produzido pelos agricultores e um outro exemplar, produzido pelos técnicos e comunicólogos da Epagri (2002) a partir do quadro conceitual de Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux). Assim, na análise comparativa dos vídeos, percebeu-se os fatores sociais, históricos e ideológicos que determinam diferentemente técnicos e agricultores, o que resulta em diferentes efeitos de sentido. Também foi analisado o *making of*, produzido a princípio para apreciação dos participantes do grupo.

Ao terminar este trabalho e apresentar as conclusões, lançou-se um desafio, ou seja, como sair do lugar do reconhecimento (da transparência dos sentidos) na relação entre agricultor e Epagri (ou outras instituições “transmissoras de conhecimento”) para o lugar do conhecimento (daquilo que foi silenciado no vídeo). Será possível? Talvez seja.

Palavras-chave: Análise do discurso, função autor, formação discursiva, produção de sentidos.

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to search for comprehension about an efficient communication between the Epagri and the farmer. The original character and the relevance of the present research lie in its methodologic approach, that anticipated the elaboration of a source of data not peculiar, that is, a production of a video made only for farmers in the inland Santa Catarina State. This fact disconnected a detailed work of field involving strategies the first contact with the farmers like meetings and training of video production, until accompaniment of the image production and video issue. The research tools employed were the review of the literature and analysis of videos with the same content (Microbacias project).

Between the analytical proceedings compared with the video production produced by the farmers and another exemplary produced by the technicians and the communicants of the Epagri (2002) according to the theory of the Discourse Analysis of French line (Pêcheux). Therefore, in the comparative analysis of the videos, it was perceived the social, historic and ideological factors that determinate different way the technician and farmers, and this result different effects of meanings. It was also analysed the *making of*, produced since the beginning for appreciation of the group participants.

When this work and conclusion, were finished it was emitted challenge, in other words, how to come out from the of the place acknowledgment (of the meaning transparency) in the relationship between farmer and Epagri (or another institutions which transmit knowledge) in the place of knowledge (which was silenced in the video). Will it be possible? Perhaps.

Keywords: Discourse Analysis, author function, discursive formation, production of meaning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 Introdução	14
2.2 Fundamentos teóricos da análise do discurso	15
2.2.1 Introdução	15
2.2.2 A Lingüística e a análise do discurso	16
2.2.3 Discurso, texto, ideologia	18
2.2.4 Sujeito, posição sujeito, formação discursiva, interdiscurso, pré-construído	24
2.2.5 Memória discursiva, intradiscurso, heterogeneidade, autoria	28
3 COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM AUDIOVISUAL.....	33
3.1 Introdução	33
3.2 As teorias de comunicação	34
3.3 A linguagem audiovisual.....	45
3.3.1 Cinema	45
3.3.2 Televisão	49
3.4 O vídeo na Extensão Rural	52
4 DESCRIÇÃO DAS ANÁLISES DOS VÍDEOS.....	55
4.1 Introdução	55
4.2 Considerações sobre o contexto do vídeo Microbacias: nossa visão	56
4.3 Análise do produzido pelos agricultores.....	57
4.3.1 Primeira formação discursiva	58
4.3.2 Segunda formação discursiva	60
4.3.3 Terceira formação discursiva	63
4.4 Considerações sobre o contexto do vídeo Microbacias 2: construindo uma visão de qualidade no meio rural vídeo.....	64
4.5 Análise do vídeo produzido pelos técnicos	65
4.6 Análise do making of do vídeo Microbacias: nossa visão	71
5 CONCLUSÃO.....	76

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXO A–Cronograma de atividades	87
ANEXO B–As visitas a campo	88
ANEXO C–A reunião com os agricultores	93
ANEXO D–A oficina de vídeo	96
ANEXO E–A produção do vídeo pelos agricultores	100
ANEXO F–A edição	104
ANEXO G–O lançamento do vídeo	106
ANEXO H–Questionário	108
ANEXO I – Roteiro vídeo dos agricultores “Microbacias: nossa visão”	112
ANEXO J – Roteiro vídeo dos técnicos “Microbacias 2: construindo a qualidade de vida no meio rural”	115
ANEXO L – Considerações da banca.....	121

1 INTRODUÇÃO

A comunicação humana tem merecido a atenção dos estudiosos que tentam compreender e explicar este processo. Várias teorias¹ surgiram procurando descrever a comunicação. A mais clássica é a do lingüista Jakobson (1991) em que identifica os fatores constitutivos do ato de comunicação verbal (JAKOBSON apud BENVENISTE). Ela envolve uma cadeia de elementos, ou seja: remetente, destinatário, código, mensagem, contexto, canal.

Já uma teoria antropológica, por exemplo, considera nesse processo uma questão básica e determinante que são as diferenças culturais. Para Gallois, “é essencial repensarmos os recortes que delimitam nossa apreensão dos Outros” (1998, p.316). Sob esse olhar podem-se caracterizar os processos de comunicação nas diferentes culturas e organizações sociais.

De tal modo que a comunicação rural², compreendida por Bordenave como “um conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existente entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural” apresenta assim suas especificidades determinadas (BORDENAVE apud BRAGA E KUNSCH, 1993, p.12).

A comunicação rural foi destaque no XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, em setembro de 1988. Um momento de reflexão

¹ Segundo Silva (1997), as pesquisas em comunicação se orientam de acordo com duas escolas principais: Escola Americana (positivista-funcionalista), que estuda a dinâmica do processo de comunicação, e a Escola Européia (Escola de Frankfurt), que considera os meios de comunicação de massa como um sistema social, além de levar em conta os bens culturais e os seus efeitos.

² A definição tradicional de comunicação rural teve origem nos Estados Unidos. Era definida como um fluxo de informação agrícola, ou seja, a comunicação unilateral de informação, normas e recomendações técnicas do governo para os agricultores.

importante que, para Braga e Kunsch, se justifica por ser a comunicação rural muito mais complexa do que se pensa.

Segundo os autores, a atividade está ficando “muito impregnada do extensionismo³, do funcionalismo e do difusionismo⁴ de inovações, sob forte influência de paradigmas importados e distanciados, portanto, da realidade brasileira” (1993, p.6). Isso leva a perguntar: se o governo, as organizações e as entidades ligadas ao público rural não estariam apenas transferindo informação e conhecimento? De fato, para a comunicação rural não é uma realidade verificável, pois o autor cria um distanciamento entre a teoria e a prática (BORDENAVE apud BRAGA E KUNSCH, 1993). Em outras palavras, alguns políticos, empresas agrícolas e técnicos usam da retórica do discurso para apregoar atitudes, conceitos e informações agrícolas, conforme seus interesses e necessidades. De tal modo, que se distanciam da prática cotidiana do homem do campo.

Na verdade, as novas tecnologias de comunicação contribuem para haver o fluxo de dupla via proposto por Bordenave (1983).

Neste sentido, o autor destaca os dois fluxos mais típicos do processo de comunicação rural:

O fluxo 1 - articulação de necessidades e problemas entre os agricultores e a apresentação dos mesmos para as instituições que possam ajudá-los na solução” (...) o fluxo 2 - Isto nos leva ao segundo fluxo importante, que é aquele que ocorre entre os agricultores e os serviços de apoio, tais como os de pesquisa agropecuária, extensão rural, crédito agrícola, reforma agrária etc (BORDENAVE, 1983, p.14)

Mas, o uso do vídeo, da televisão, do computador, do rádio, por exemplo, ao mesmo tempo que contribui para dinamizar a comunicação, também provoca transformações na cultura e na vida das famílias rurais. E a pergunta agora então seria, até que ponto uma mensagem dirigida ao homem do campo, seja por vídeo, rádio e outros meios, é por ele compreendida?

De fato, para Martín-Barbero e Rey, o discurso envolvendo os meios de comunicação é fundamental “porque o que está aí em jogo são profundas transformações na cultura cotidiana das minorias e, especialmente, nas novas gerações que sabem ler e cuja leitura se acha atravessada pela pluralidade de textos e escrituras que circulam hoje” (2001, p.47). É uma nova ordem, a do saber ler proporcionado principalmente pela imagem.

³ No dizer de Bordenave (1983), extensionismo, vem de extensão rural, sendo que extensão significa a ação de estender as tecnologias agrícolas.

Segundo Martín-Barbero, um estudioso da Teoria da Mediação que consiste na análise da aplicação da tecnologia e como é recebida (recepção), “estamos vivendo no ‘regime da visualidade’ que provoca alterações no comportamento das pessoas, levando a uma nova percepção de tempo e espaço” (idem,p.12). Nesta mesma linha teórica se fundamenta a “Sociotécnica”. Uma abordagem que trata das relações entre tecnologia e sociedade, considerando os atores sociais na análise do processo de construção e difusão das tecnologias (BENAKOUCHE apud CRUZ, 2001).

Voltando ao ponto de destaque deste trabalho, a hipótese é a de que o uso da tecnologia não garante que ocorra a evidência do que seja a comunicação. Neste sentido, Ferrés se posiciona, levando em consideração principalmente o papel do interlocutor ao afirmar que “nas comunicações humanas e, mais concretamente, nas percepções, o sujeito está condicionado por fatores de caráter cultural e emotivo dos quais não é consciente” (1998, p.32).

Esta pesquisa fundamentou-se nesses pressupostos como fio condutor, considerando o trabalho desenvolvido pela Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, que visa promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das famílias do meio rural e pesqueiro. No sentido de alcançar seus objetivos, utiliza várias mídias na promoção das tecnologias agrícolas e da aquicultura. Esses materiais são produzidos a partir de determinada sustentação teórica que, por um lado, vem da Teoria da Comunicação, que enfoca o meio determinante da mensagem. Por outro lado, de uma teoria da educação, defendida por Paulo Freire e ratificada pelo autor, no que concerne à extensão, percebendo-a como sendo simultaneamente, um processo de comunicação e educação. Fundamenta seu dizer afirmando que

o extensionista não se limita a estender o conhecimento àquele que o desconhece, mas esforça-se em incorporar organicamente o conhecimento à experiência do camponês, mostrando-lhe na sua relação com o mundo rural uma nova forma de atuação mais racional, mais eficiente, mais cômoda, mais produtiva e mais útil (FREIRE apud BARROS, 1994.,p.665).

Portanto, o objetivo desta pesquisa foi refletir o ponto de vista do agricultor sobre o trabalho de microbacias. Neste sentido, lançou-se um desafio a um grupo de agricultores do Município de Agrolândia, em Santa Catarina: o de produzirem um vídeo sobre a microbacia local, segundo suas perspectivas. O primeiro passo foi o desenvolvimento uma oficina de

⁴ Ainda, segundo Bordenave, difusionismo vem de difusão e se resume na “transferência de tecnologia” de forma unilateral do governo para os agricultores.

vídeo contando com a participação de 12 agricultores. Ao final, o grupo produziu um vídeo, que será comparado com o dos técnicos e comunicólogos sobre o mesmo tema.

Assim, o vídeo produzido pelos agricultores e o vídeo dos técnicos e comunicólogos da Epagri formaram o *corpus*, que se constituiu no objeto de estudo para a Teoria da Análise do Discurso. Esta teoria é um método de interpretação que identifica os vários sentidos produzidos nos diferentes vídeos. Interpretar no sentido de compreender “é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos, ou seja, é explicitar os processos de significação que estão no texto que permitem escutar outros sentidos ali presentes, compreendendo como eles se constituem. É saber como as interpretações funcionam” (ORLANDI, 2001, p.26). Ou seja, compreender, no sentido de explicitar os processos de significação que aparecem no texto, identificando outros sentidos ali e compreendendo como eles se constituem.

Neste sentido, o trabalho foi dividido em 3 (três) capítulos:

No primeiro, tem-se a revisão bibliográfica que faz uma abordagem sobre a teoria da Análise do Discurso, começando com noções de lingüística e sua relação com a AD e, em seguida a conceituação dos princípios teóricos que fundamentam a teoria discursiva como: texto, discurso, sujeito, posição-sujeito, formação discursiva, interdiscurso, pré-construído, heterogeneidade, memória discursiva, autoria, etc.

O segundo capítulo traz uma abordagem sobre a Comunicação e Linguagem Audiovisual. Fez-se um levantamento histórico dos modelos teóricos de comunicação até os dias de hoje, chegando à abordagem das novas tecnologias de informação e comunicação, a formação da linguagem audiovisual do cinema a TV e o uso vídeo na extensão rural. Vale destacar que esse capítulo surgiu da necessidade de embasamento teórico e de parâmetros técnicos para a realização da oficina de vídeo, que proporcionou aos agricultores a possibilidade de produção de um vídeo.

O terceiro capítulo trata da Descrição das Análises dos Vídeos, com base na teoria da Análise do Discurso. Os referidos vídeos são: o “Microbacias 2: construindo uma visão de qualidade no meio rural”, produzido pelos técnicos e comunicólogos da Epagri e o “Microbacias: nossa visão”, que foi produzido pelos agricultores da comunidade Ribeirão das Pedras, em Agrolândia. Além do vídeo dos agricultores, analisou-se o making of que não tinha sido planejado, mas surgiu da necessidade desta pesquisadora como uma forma de oportunizar aos agricultores a possibilidade de “se verem” produzindo o vídeo. Esse fato foi também analisado nesse capítulo.

O último capítulo é o da conclusão, que resgata os principais aspectos da constituição de sentidos dos dois vídeos analisados, identificados como mais semelhantes do que diferentes.

Após a conclusão destacamos os anexos que deram sustentação ao trabalho desta pesquisa. É importante dizer que a leitura dos anexos é parte integrante para a compreensão desta pesquisa. Portanto, recomenda-se um olhar para o diário de viagem, que apesar da linguagem coloquial, valoriza e nos faz entender toda a pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Introdução

A busca pela efetiva comunicação, e aqui leia-se o *feedback*⁵, remete a uma discussão antiga, mas que, ainda hoje, está presente no cotidiano dos profissionais de comunicação rural. É um desafio que mobiliza estratégias e metodologias apropriadas para fazer acontecer o chamado “processo de comunicação”. Neste sentido, do ponto de vista da teoria da comunicação, poder-se-ia dizer que as tecnologias de informação são mediadoras da mensagem a ser transmitida pela via da relação básica emissor/receptor. Mas, do ponto de vista discursivo, assumido nesta pesquisa, é válido dizer que a comunicação não deve ser entendida como mera transmissão de informação “como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere-se a alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2001, p.21).

Segundo Orlandi (2001), não há essa separação entre emissor e receptor no funcionamento da linguagem, mas um complexo processo de constituição desses sujeitos (emissor/receptor) e de produção de sentidos.

Por outro lado, o estudioso em comunicação McLuhan (1964), propôs uma máxima que é considerada ainda hoje, de que qualquer análise sobre os meios de comunicação deve levar em conta que o meio é a mensagem. Em outras palavras, o aparelho, independente do que veicula, é por sua simples presença no ambiente, uma mensagem.

⁵ De acordo com Kemp (apud PINOTTI,1999), este conceito está relacionado ao sucesso da comunicação que depende da participação do receptor. Uma pessoa reage pelas respostas, questionamentos, desempenho mental ou físico. Isto significa que há um retorno, ou resposta que passa por este ciclo, receptor para emissor, isto é chamado *feedback*, e pode ocorrer através de palavras, expressões, gestos, ou outras ações.

Nesta direção, alguns estudos mostram que a tecnologia não se limita a causar efeitos sobre a sociedade mas, ao contrário, ela é extensão da sociedade pois “é construída por atores sociais e, portanto, deve ser estudada em suas múltiplas relações, através de seus processos de produção e difusão, dentro dos contextos específicos” (CRUZ, 2001, p.16).

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar os referenciais teóricos que contribuirão para o entendimento de como melhorar o processo de comunicação rural, percebendo-o não como transmissão de informação, mas um complexo que envolve os sujeitos (emissor/receptor) inseridos num contexto sócio-histórico.

2.2 Fundamentos Teóricos da Análise do Discurso

2.2.1 Introdução

Na busca de uma teoria que desse conta de evidenciar os sentidos (significados) constituídos na linguagem do agricultor, chega-se à Análise do Discurso (AD). Falar da AD é falar de sentidos em movimento, de sujeitos e idéias que circulam o tempo todo.

Falar de AD é falar de uma disciplina que, no funcionamento da linguagem, observa a relação dos sujeitos e dos sentidos afetados pela língua e pela história (Orlandi) e que entende neste funcionamento um processo de comunicação e não meramente de transmissão de informações. Falar de AD é também falar de uma área de conhecimento distinta da lingüística, já que esta última, ocupa-se do “estudo da língua como se ela fosse apenas um conjunto de regras e propriedades formais” (MAINGUENAU apud BRANDÃO, 1998, p.110), enquanto para AD, o objeto de estudo é o discurso, e a língua é vista como um acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história.

Portanto, fundamenta-se o dizer teórico deste capítulo introduzindo primeiramente a lingüística como ciência fundadora da língua (objeto) e, na seqüência, explicita-se a base teórica que constitui a Análise do Discurso.

2.2.2 A Lingüística e a Análise do Discurso

O papel da linguagem na diferenciação que caracteriza o ser humano em relação ao animal é fato incontestável. Os humanos distinguem-se dos demais seres pela capacidade de representar simbolicamente, sendo assim “não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem, pois “é preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem” (BENVENISTE, 1991, p.31).

Para Benveniste, a linguagem é tida como “uma entidade de dupla face”, ou seja, tem um lado material que utiliza a mediação do aparelho vocal para se produzir e do aparelho auditivo para ser percebida. E outro lado imaterial, em que ocorre a comunicação de significados através da evocação de experiências ou acontecimentos.

De modo que, animais e homens diferenciam-se pelo fato de os últimos terem uma linguagem simbólica que exige interpretação. Segundo Benveniste, o caso da linguagem das abelhas é um exemplo que permite pensar os limites da linguagem dos animais em relação à linguagem humana:

quando uma abelha batidora descobre, durante o seu vôo solitário, uma fonte de alimento, volta à colméia para anunciar seu achado dançando sobre os alvéolos uma dança especial, vibrante, e descrevendo certas figuras que foi possível analisar; indica assim às outras abelhas, que se apressam atrás dela, a distância e a direção onde se encontra o alimento. Estas voam, então, e encontram sem erro o local, que fica às vezes muito distante da colméia. Observação da mais alta importância, que parece sugerir que as abelhas se comunicam por um simbolismo especial e se transmitem verdadeiras mensagens. Seria o signo da linguagem das abelhas um signo símbolo? (HENRY apud BENVENISTE, 1991, p.28).

Ao utilizar esse exemplo, Paul Henry, no livro *A ferramenta imperfeita*, complementa que, se a flor for cortada, quando as abelhas chegarem ao local e não encontrarem o alimento, elas voam em círculos e podem chegar até a morte, uma vez que “foram programadas para encontrar lá aquilo que existe, não existindo mais” (1992, p.168). Isto implica em dizer que, diante do paradoxo, o animal não interpreta.

Daí, é consenso para a lingüística que a comunicação entre animais e o homem se dá de forma diferente, já que nos humanos há o que se chama de processo de independência de estímulo e criatividade, o que não ocorre nos animais.

Assim, os estudos sobre a linguagem, propostos pela lingüística, se concentram sobretudo na língua enquanto sistema de signos ou regras formais, não contemplando o seu aspecto simbólico.

Para Bakhtin, o fato de a lingüística se limitar ao estudo da língua pela língua, tratando “o signo lingüístico como *senal* passivo (inerte) que vem da análise da língua enquanto sistema sincrônico abstrato” (1997, p.15), levou alguns estudiosos a buscarem outra compreensão da linguagem”.

Maldidier vê nos lingüistas Benveniste e Jakobson os pioneiros das pesquisas nos domínios do conceito de enunciação que afirma ser esta “a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da lingüística da língua” (1994, p.70).

Segundo Zoppi-Fontana, foi através dos lingüistas Benveniste (1966) e Jakobson (1963) que a lingüística assume um recorte diferente do saussuriano no que se refere ao sentido, que passa a ser definido como aquele que introduz as marcas da situação comunicativa. Ou seja, introduz o sujeito no próprio sistema, através da noção de subjetividade que está nos pronomes e na frase. Para Zoppi-Fontana ambos “quebraram a homegeneidade interna do sistema lingüístico, destacando elementos do sistema que nos remetem ao exterior para sua interpretação” (1991, p.45), enquanto a teoria de Saussure se fixou na dicotomia língua/fala, limitando a questão dos sentidos ao funcionamento interno do sistema lingüístico. Para Saussure, a noção de “valor” (sentido) se dá como um fato da língua, já que a língua é social.

Assim, Benveniste entende que

a linguagem reproduz a realidade (...) e a linguagem é reproduzida novamente por intermédio da linguagem, ou seja, na função inerente que é a troca e o diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da realidade o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. Como representa o pensamento, ela é logos, discurso e razão juntos. A forma do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora (1991, p.26).

Logo, a linguagem para Benveniste (1991) cria a possibilidade da subjetividade que é, segundo sua teoria, a propriedade principal da linguagem. Assim, o sujeito dela se apropria para se definir como “eu” (locutor) a designar o “tu” (interlocutor), e é no discurso que ela emerge. Daí decorre que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua.

No entanto, se a teoria da enunciação constitui um avanço em relação à teoria lingüística saussuriana, há ainda que se pensar no caráter “instrumental” da linguagem que fica postulado nessa proposta.

A partir daí, segundo Zoppi-Fontana (1991), a lingüística acaba com a questão social, em que privilegia o contexto para estudar o individual. Traz um sujeito intencional que não é determinado pela história, pelo contexto, mas por estar posicionado no texto.

Courtine ressalta esse limite, denominando como “problemática da enunciação” a “apropriação subjetiva da língua por um ato individual de utilização” (1999, p.17), conforme apregoa a teoria de Benveniste. Essas concepções seguem a tradição da lingüística da fala, que procura caracterizar a presença do sujeito-falante no discurso a partir da identificação de marcas⁶ lingüísticas que atestam a relação do sujeito com seu dizer (sendo pressupostos dêiticos, marcas de pessoas, performativos, “*embrayeurs*”). Portanto, há aí a ênfase ao “uso individual da linguagem”.

Essa é uma das superações que produz a Análise do Discurso⁷ (AD) que, para Courtine, passa a ter um outro entendimento do fenômeno da linguagem, “o de signo dialético, vivo, dinâmico” (idem, p.15), que ultrapassa definitivamente a dicotomia língua/fala.

Assim, Orlandi diz ser necessário primeiro observar que a AD “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (2001, p.16).

2.2.3 Discurso, texto, ideologia

Para Orlandi, como seu próprio nome indica, a AD não trata da língua, nem da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso⁸. Não de um

⁶ Segundo Ginsburg, ao contrário da Teoria da Enunciação (Lingüística), as marcas para a AD são consideradas pistas que não são identificáveis diretamente. “Para chegar a elas é preciso teorizar” (GINSBURG apud ORLANDI, 1993, p.54).

⁷ Segundo Fiorin têm-se duas Análises do discurso diferentes: a AD de origem francesa e a de origem anglo-saxã, também denominada americana. O que as diferencia é que a AD americana, considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal, enquanto a de linha francesa, considera “o sujeito interpelado pela ideologia que predetermina o que poderá ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais” (FIORIN apud MUSSALIM, 2001, p.113).

discurso específico, uma vez que “toda produção de linguagem pode ser considerada um discurso” (2001, p.15). Além disso, entende-se o discurso, enquanto objeto teórico norteador da AD, não como conjunto de textos, mas uma prática que envolve a dispersão de textos. Neste sentido, Orlandi define o texto como sendo “o vestígio mais importante da materialidade histórica da linguagem” ou seja, não é só dado lingüístico, mas fato discursivo como o texto organiza a relação da língua com a história” (idem, p.65).

Para entender o discurso como prática, Ferreira (2001) propõe que é necessário se voltar para concepção de linguagem adotada pela AD enquanto objeto social e histórico. Ou seja, para AD o conceito de discurso é o de linguagem em interação e como tal, a linguagem em relação às suas condições de produção que para, Pêcheux, “são formações imaginárias, e nessas formações contam a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), a relação de sentido (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e os outros) a antecipação (a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2003, p.158).

Sobre a questão discurso e texto, Pêcheux (1979) diz ser impossível analisar um discurso como texto, pois é preciso entender que o texto se constitui de enunciados que podem marcar diferentes posições do sujeito no texto. Segundo Orlandi como “o texto é um espaço simbólico, não é fechado em si: tem relação com o contexto e com os outros textos. Essa intertextualidade constitui a unidade do texto” (2003, p.160). Assim ele é tomado como discurso por estar inserido no processo discursivo. Já o discurso deve ser entendido enquanto conceito teórico relativo a uma prática que é o efeito de sentidos entre locutores.

Para Orlandi e Guimarães (1986), o discurso, enquanto dispersão de textos, tem o texto como uma dispersão do sujeito. Essa dispersão do sujeito diz respeito a um sujeito⁹ que ocupa várias posições e, portanto, deixa de ser aquele marcado pela idéia de centralidade ou origem do sentido. Por outro lado, “por discurso, enquanto dispersão de textos, segundo os autores, entende-se a possibilidade de um discurso ser atravessado por várias formações discursivas” (ORLANDI e GUIMARÃES apud BRANDÃO, 1998, p.66)”. De modo que,

⁸ De acordo com Orlandi (2001), o sentido etimológico da palavra discurso vem da idéia de curso, de movimento.

⁹ A noção de sujeito adotada pela AD, segundo Mussalim (2001), sofreu modificações ao longo das fases da AD, quais sejam: na AD1 o sujeito é assujeitado a maquinaria, já que “está submetido às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia Assim, quem fala de fato é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia” ; na AD2 o sujeito passa a ser entendido não mais como uma unidade, ao contrário, a noção de de dispersão do sujeito de Foucault é retomada, sendo o sujeito aquele que desempenha diferentes papéis conforme as posições que ocupa. E na AD3, a corrente atual, “o sujeito é essencialmente heterogêneo, clivado, dividido, portanto descentrado se definindo como sendo a relação entre o “eu” e o “outro” (p.134).

para Pêcheux, num único texto podem ser encontradas várias formações discursivas, “estabelecendo assim uma relação de dominância de uma formação discursiva sobre a(s) outra(s)” (PÊCHEUX apud BRANDÃO, 1998, p.66).

Assim, Orlandi conclui a noção de discurso enfatizando que o texto para AD não interessa enquanto organização lingüística, mas como “o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo” (2001, p.69). Segundo a autora, “o texto não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas etc. (idem, p.69). A autora dá o exemplo da letra “O” escrita em uma porta, e ao lado uma outra contendo a letra “A”, ambas indicando os banheiros masculino e feminino, e portanto, configura-se num texto, já que produz sentido.

A AD¹⁰ se originou na França, na década de 1960, tendo como fundador o filósofo Michel Pêcheux, fundamentada na tríade teórica, envolvendo o materialismo histórico, a lingüística e a psicanálise (teoria do sujeito). A AD visa construir um método de compreensão de “como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (ORLANDI, 2001, p.26).

Sendo assim, a linguagem, para a AD, é mediação/interpretação entre o homem e a realidade natural e social que o cerca. Ou seja, o sentido é construído a partir da ligação com a interpretação do homem sobre o real, devolvendo para o homem uma realidade conforme sua interpretação.

Segundo Orlandi, na lingüística o ato de interpretar já está ligado a um sentido, ou seja, ele visa um significado, por exemplo: “em uma situação X “Maria diz que Antônio vai ao cinema. Jacó pergunta como ela sabe e ela responde: “Ele disse isso. Interpretando: “ele é Antônio e “isso que “ele” disse, é que vai ao cinema” (2001, p.26). A compreensão para a AD é diferente disso. Compreender implica em saber como um objeto simbólico (que pode ser definido como um enunciado, um texto, uma pintura, uma música etc.) produz sentidos. Ao se interpretar já se está ligado a um sentido. No caso da compreensão, procuram-se “identificar os processos que levam à interpretação do texto, além de poder ‘escutar’ outros sentidos ali presentes, compreendendo como eles se constituem” (idem, p.21).

¹⁰ Como pode ser classificada a AD? Para Orlandi, “a AD não é uma interdisciplina, é por sua vez uma espécie de anti-disciplina, uma des-disciplina (...) A AD trabalha no entremeio fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva” (ORLANDI apud MARIANI, 1999, p.107). Segundo a autora, ao contrário de outras disciplinas, a AD não nega a existência do discurso, pois ele é seu objeto de estudo com base na materialidade lingüística e histórica.

Então, a AD se opõe à concepção de língua da lingüística como um sistema abstrato e imanente sem relação e, portanto, com sua exterioridade. Em outras palavras, para Orlandi a AD procura compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho social, constitutivo do homem e de sua história, levando em conta que a linguagem não é transparente, pois é objeto sócio-histórico e determinado pelas suas condições de produção. De maneira que a questão que se coloca para a interpretação do texto é: como o texto significa?

De fato, o estudo da AD está inscrito em bases teóricas relativas à historicidade e à ideologia (Althusser) e ao sujeito (identificado pelo “Outro” de Lacan), sendo o discurso como uma materialização¹¹ entre o ideológico e o lingüístico (PÊCHEUX, 1964).

A proposta do filósofo Althusser, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*¹², propõe investigar o que determina as condições de produção social de um discurso. Parte do princípio de que as ideologias¹³ têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como idéias abstratas “mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção” (MUSSALIM, 2001, p.103). Ao falar de reprodução/transformação Althusser quer dizer que o modo de produção de uma sociedade se baseia numa divisão de classes, em que se destaca a luta de classes, instaurada naquilo que chamou de aparelhos ideológicos de estado.

Além disso, outro ponto importante do trabalho de Althusser é a idéia de que a língua se apresenta como lugar privilegiado em que a ideologia se materializa.

Para Althusser é a “ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, a materialidade do sentido” (1985, p.160). Ou seja, o sentido aparece para o sujeito como evidente, seja referente aquilo que ouve, diz, lê ou escreve. É

¹¹ Como afirma Pêcheux, na AD “os sentidos não estão nas palavras, nas coisas e nem emanam do sujeito. Eles se produzem no instante em que ocorrem os atos verbais e estes se materializam numa relação com o momento histórico “atual, passado ou lugar social ocupado pelos interlocutores durante a interação verbal” (PÊCHEUX apud MARIANI, 1999, p.108).

¹² Segundo Althusser, o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado não é só o de “instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes, ao contrário os AIE constituem o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (...) essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada” (1985, p.145). Althusser vê o Estado como um aparelho repressivo do Estado (ARE). Este “funciona ‘pela violência’ sendo suas ações complementadas por outras instituições como a escola, a religião, que também funcionam ‘pela ideologia’ e são denominados aparelhos ideológicos de Estado(AIE)” (ALTHUSSER apud MUSSALIM, 2001, p.104).

¹³ Ideologia para Althusser pode ser compreendida como a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e esta relação é necessariamente imaginária” (ALTHUSSER apud BRANDÃO, 1998, p.23).

desse modo que os indivíduos são interpelados¹⁴ em sujeitos falantes, pois são sujeitos de seu próprio discurso, numa formação discursiva que representam as formações ideológicas. A ideologia reproduz o sujeito (efeito) como interior e sem exterior.

Althusser define ideologia como “forças materiais” e não como idéias, baseado nos Aparelhos Ideológicos do Estado (a ideologia da classe dominante) formula sua teoria da não-subjetividade do sujeito, tendo como origem de seus estudos “as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção: a relação entre inconsciente (no sentido freudiano) e ideologia (no sentido marxista)” (1985, p.133).

No sentido marxista, Althusser diz que a interpelação está relacionada ao superestrutural, determinado pela economia, ficando entre o aparelho repressivo de Estado (o aparelho jurídico-político que contribui-verifica-controla “as identidades”) e os aparelhos ideológicos de Estado, configurando assim um “vínculo entre o ‘sujeito de direito’(aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: ‘Sou eu !’)” (idem, p.154).

É, portanto, da ideologia enquanto formação historicamente concreta que se está falando, que resulta da teoria marxista cujo princípio é a história da luta de classes, caracterizando “relações de desigualdade-contradição-subordinação numa formação social historicamente dada, o “todo complexo com dominante” das formações ideológicas que nela funcionam” (Althusser, 1985, p.151).

Para Ferreira, a noção de historicidade tem a ver com a “maneira como a história (que é produção de sentido, que se define por sua relação com a linguagem) se inscreve no discurso, é, por isso, a “relação constitutiva entre linguagem e história” (2001, p.17).

Orlandi e Guimarães (1995) entendem que a materialidade tem a ver com significação que é histórica, não no sentido de tempo ou historiográfico, e sim no sentido de que é determinada pelas condições sociais de sua existência.

Para Mariani (1999), do ponto de vista da AD, a historicidade está presente na materialidade da língua, isto é, o materialismo histórico pode ser identificado, por exemplo, na formação da opinião das pessoas e, por sua vez, na construção da memória social, onde o discurso funciona afetado pelo movimento histórico, influenciando os processos discursivos que levam à construção dos sentidos. Deste modo, “concordar, discordar, repetir, resistir e/ou

¹⁴ Segundo Althusser, interpelação é um termo que envolve um efeito fantástico que recebeu o nome de efeito Münchhausen, “em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (1985, p.157).

transformar o sentido de palavras, expressões e textos são mecanismos lingüísticos que expressam a luta pela materialidade dos sentidos” (MARIANI, 1999, p.109).

A AD, então, assegura um caminho de reflexão sobre a noção de “sentido literal e de comunicação clara e objetiva” (idem, p.108) pois os sentidos não são únicos, nem um a priori, e a linguagem não é transparente. Deste modo, a AD estabelece uma nova percepção da linguagem ao afirmar que esta é *falha* pois considera que a significação e o sujeito do discurso não são transparentes. Ou seja, todo sentido é resultado de efeitos produzidos por feixes de condicionantes históricos e ideológicos. Em função desse ideológico dos sentidos Bakhtin (1997) acredita que linguagem pode ser vista como um espelho cuja imagem e significância é ao mesmo tempo nítida e distorcida.

Ao afirmar a tese de que não há sentidos “literais” armazenados, seja no cérebro ou na língua, pelos quais nos apoiamos para constituir significados, Orlandi afirma ainda que “os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos sobre os quais não temos controle, pois os sentidos se constituem fruto do trabalho da ideologia e do inconsciente” (2001, p.60).

Dando outro significado à Teoria da Comunicação de Jakobson, Pêcheux, então, define discurso como “efeito de sentido entre interlocutores e não como transmissão de informação” (PÊCHEUX apud MARIANI, 1999, p.108). Neste processo, para o sujeito os sentidos ficam evidentes, parecem óbvios, já que são apagados os aspectos histórico e ideológico, produzindo assim a ilusão de transparência dos sentidos.

Para Orlandi, isso nos leva a pensar na contradição que existe entre mundo e linguagem, contradição esta fruto do trabalho da ideologia. “Daí a necessidade de distinguirmos entre a forma abstrata (com sua transparência e o efeito de literalidade) e forma material, que é histórica (com sua opacidade e seus equívocos)” (ORLANDI, 2001, p.30).

Assim, diz a autora, pode-se chegar à compreensão, ou seja, à explicitação de como o discurso produz sentidos, ou seja, é nesse lugar em que se produz o equívoco, que se observa o trabalho ideológico, que também está “na base da constituição do sujeito, na perspectiva do histórico, da relação língua/discurso” (idem, p.82).

2.2.4 Sujeito, posição sujeito, formação discursiva, interdiscurso, pré-construído

O sujeito, para AD, tem dimensão discursiva e é visto como “posição”, isto é, “não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que se ocupa para ser sujeito do que diz” (FOUCAULTapud ORLANDI,2001, p.49).

Para Pêcheux, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (1998, p.161) Assim, todo sujeito está inserido numa formação discursiva que, por sua vez, está revestida de uma ideologia. Por isso, o sujeito diz e reconhece aquilo que diz, contudo, não tem acesso ao modo como os sentidos são constituídos.

Segundo Orlandi, “há uma determinação do interdiscurso (memória do dizer, lugar da ‘constituição’ dos sentidos) sobre a formulação (a enunciação particular de um dizer). O sujeito, ao ‘formular’ seus sentidos, se inscreve necessariamente no interdiscurso (no já-dito). Essa formulação é determinada pela memória, considerada não em nível individual mas histórico” (2002, p.149). O sujeito, ao mesmo tempo em que ocupa um “lugar” especificamente seu numa formação discursiva que o determina, está revelando sua relação com a história. Portanto, nada é dado a priori, nem o sujeito, ou melhor, as posições que esse sujeito ocupa no discurso, nem as palavras, pois essas só adquirem sentido dentro de uma formação discursiva.

Entenda-se formação discursiva (FD) como o lugar que o sujeito ocupa num determinado discurso. O referencial de Pêcheux esclarece e amplia esse conceito, colocando-o da seguinte forma:

Chamaremos formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) se uma palavra, expressão, proposição podem receber sentidos diferentes. (...) é porque uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhe seria “próprio” vinculado a sua literalidade, mas seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que entretêm com outras palavras, expressões, proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1998, p.161).

Portanto, a F.D., além de ser o lugar da constituição dos sentidos, é o lugar da identificação do sujeito.

Ao considerar o sujeito pela ideologia, a AD também o concebe como sujeito não-consciente. Para entendimento desse assujeitamento do sujeito Pêcheux & Fuchs (1975)

refletem sobre os dois tipos de esquecimentos 1 e 2 (termos da psicanálise Lacaniana) pelos quais o sujeito é afetado, criando uma realidade em que ele sujeito se ilude duplamente:

a) por “esquecer-se de que ele mesmo é assujeitado pela formação discursiva em que está inserido ao enunciar (esquecimento n°1); b) por crer que tem plena consciência do que diz e que por isso pode controlar os sentidos de seu discurso (esquecimento n°2).Esses dois esquecimentos estão constitutivamente relacionados ao conceito de assujeitamento ideológico, ou interpelação ideológica, que “consiste em fazer com que cada indivíduo (...) seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou formação de classes de uma determinada formação social (PÊCHEUX e FUCHS apud MUSSALIM 2001, p.135).

De fato, sujeito e sentido se constituem pelo processo de interpelação ideológica, na relação entre linguagem e história e, desse modo, o sujeito não é origem do seu dizer, tampouco é causa/origem do sentido, pois “sujeitos e sentidos são efeitos ideológicos constituídos no e pelo discurso” (ZOPPI-FONTANA, 1991, p.48). Assim, sua fala está situada no espaço e no tempo, é neste sentido em que o sujeito situa o seu discurso em relação ao discurso do outro. Ou seja, o sujeito passa a se constituir a partir da sua relação com o Outro. Para Lacan (apud MUSSALIM, 2001), esse Outro é o inconsciente se estruturando como uma linguagem. É considerado o lugar do desconhecido, do estranho, de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, enfim do Outro, e em relação ao qual o sujeito se define, ganhando identidade. Assim, o sujeito lacaniano percebido como uma representação do Outro e “longe de ser ‘um’, o sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante, ou seja, o que emerge entre os significantes” (CARREIRA, 2001, p.53-54). É dessa forma que Brandão (1998) afirma ser o sujeito um efeito de linguagem, pois é visto como representação das formas da linguagem enunciadas por ele e que, na realidade, o enunciam.

Deste modo, para Lacan “a linguagem é condição do inconsciente” (LACAN apud BRANDÃO, 1998, p.64). Por ser considerada no seu aspecto de incompletude, pode haver na linguagem um espaço para a construção do “eu” no sujeito por meio da produção das suas próprias cadeias de significantes¹⁵, podendo resultar, de acordo com Carreira “no recalque do discurso do Outro, a própria constituição do inconsciente, que tem no outro pólo o consciente (eu)” (2001, p.54).

Na teoria da AD o Outro é relacionado ao interdiscurso, ancoragem de toda FD. Maldidier, fez uma releitura de Pêcheux, em que o autor afirma que o interdiscurso está ligado

¹⁵ Para Mussalim (2001), Lacan rompe com o pressuposto básico do estruturalismo de complemento do sistema, já que este sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, inscreve-se numa estrutura lingüística

ao complexo das formações ideológicas, “fornece a ‘cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações ‘percebidas-aceitas-sofridas’. Ele determina o sujeito lhe impondo-dissimulando seu assujeitamento sob a aparência da autonomia” (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p.53).

A noção de formação discursiva implica em uma relação constitutiva com interdiscurso, pois, de acordo com Maingueneau, “uma FD não pode ser entendida como um bloco compacto e fechado, ela é definida a partir de uma incessante relação com o Outro (esquecimentos nº 1 e 2), afirma o primado do interdiscurso sobre o discurso” (MAINGUENEAU apud MUSSALIM, 2001, p.130). Ou seja, uma FD é atravessada por diversos discursos o tempo todo, eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso, a ponto de um enunciado sempre poder se tornar outro, ou melhor dizendo, um sentido sempre poder derivar para um outro sentido, em outro texto. Neste sentido Brandão acredita que a FD é heterogênea a ela mesma, pois já evoca por si o “outro” sentido, de maneira que e “o seu fechamento é bastante instável, não há um limite rigoroso que separa o seu ‘interior’ do seu ‘exterior’ uma vez que ela confina com várias outras FDs e as fronteiras entre elas se deslocam conforme os embates da luta ideológica” (1998, p.72).

Segundo Mittmann (2001), é por isso que o discurso não pode ser entendido como transmissão de uma informação transparente (como no processo de comunicação em que o locutor emite uma mensagem e o seu interlocutor apreende exatamente o que se quis dizer).

Por ser o discurso considerado por Pêcheux o lugar de confronto de sentidos, há necessidade da unidade (pensar que o sentido só poderia ser esse). Para pensar a diferença, “há necessidade desse ‘um’ na construção da relação com o múltiplo” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2002, p.18). Essa aparência de unidade dos sentidos (enquanto há a dispersão deles) é dada pelo efeito ideológico, que é condição necessária para o imaginário discursivo. Isso tudo leva Pêcheux apud Orlandi, a pensar a língua em sua materialidade, considerando que ela “não existe, pois, sob a “forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica” (idem, p.19). Dessas considerações resultam dois processos discursivos¹⁶ que caracterizam o funcionamento da linguagem que trabalha a re-significação do sujeito sobre o já-dito, o repetível, como lugar de tensão entre o igual e o diferente, a saber: a paráfrase e a polissemia.

como uma descontinuidade na cadeia de significante, provocando um descompasso na relação entre significante e significado.

¹⁶ Para Pêcheux, “o lingüístico (produto) e discursivo (processo) se recobrem, e em cada prática discursiva, a fronteira que os separa é colocada em causa (...) há um movimento contínuo entre produto e processo” (PÊCHEUX apud ORLANDI 2003, p.162).

A paráfrase se caracteriza por reiterar um sentido já existente, reproduzir um sentido estabilizado, um sentido que “ganha estatuto dominante sedimentado (...) o sentido oficial (efeito de literal)” (ORLANDI, 2003, p.162). Já a polissemia é a possibilidade de atribuir múltiplos sentidos, uma vez que “os sentidos se recolocam a cada momento, de forma múltipla e fragmentária” (idem, p.144).

Dessa forma é que o discurso funciona para Orlandi (2002), já que há uma articulação sempre necessária entre o real e o imaginário. De fato, é necessário distinguir real de realidade. A realidade se sustenta e cria forma no interdiscurso através da atualização da memória do dizer, o saber dos sentidos. Aí o sentido se torna evidente pelo contexto social.

Para a autora, o real da língua é o sistema significante e o do discurso é o silêncio como constitutivo da significação. Por sua vez, “o real do discurso incide sobre a matéria significante, que é lingüística ‘e’ histórica, e seu efeito, que advém do silêncio, é o de que sempre há sentido” (ORLANDI, 2002, p.178). Esse sentido no discurso é visto como a descontinuidade, a incompletude, a dispersão, a contradição inerentes tanto ao sujeito quanto ao discurso. O efeito de um imaginário é resultado da ilusão histórica das formações discursivas e, portanto, da relação do discurso com a exterioridade. Fundamenta-se “na necessidade que tem o sujeito de sempre ‘dar’ e ‘ter’ sentido, já que como animal simbólico, ele está condenado a significar, a interpretar” (idem, p.178). Na base das representações, complementa a autora, está a unidade, a completude, a não-contradição, da ordem do imaginário. Dessa relação se evidencia a memória da produção discursiva tratada como pré-construído, aquilo que fala antes, em outro lugar, independente. Segundo a Orlandi, é o que na AD chamamos memória discursiva: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (2002, p..31).

Para Althusser, continua constitutivamente aberto o acesso ao “não-dito” como “dito de outro modo” (aceito ou rejeitado).

Essa interpretação nos permitia dar conta da impressão de realidade de seu pensamento para o sujeito-falante (“eu sei o que estou dizendo”, “eu sei do que estou falando”), impressão deflagrada pela abertura constitutiva da qual esse sujeito se utiliza constantemente através do retorno sobre si do fio de seu discurso, da antecipação de seu efeito e da consideração da discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso de um outro (como próprio outro) para explicitar e se explicitar a si mesmo o que ele diz e “aprofundar o que ele pensa (ALTHUSSER, 1985, p.174).

Já para Orlandi (2002), esse é um silenciamento necessário, que não é consciente, mas constitutivo, para que o sujeito ocupe seu lugar, ou melhor, para sua identificação como

sujeito. O silenciamento, para a autora, faz parte da política de significar, já que dizer e silenciar tem uma relação direta. Daí Orlandi conceber o silêncio como uma maneira de “pensar na história solitária do sujeito em face dos sentidos. É por aí que se pode fazer intervir as ‘fissuras’ que mostram efeitos de silêncio” (ORLANDI, 2002, p.50). Ou seja, a presença do Outro no discurso, de modo ambíguo (presente e ausente).

O silêncio ao qual se refere Orlandi não é o da ausência de som, ruído ou palavras. Trata-se do silêncio enquanto condição da produção de sentido. Daí “resulta que há uma incompletude constitutiva da linguagem quanto ao sentido” (ORLANDI apud GUIMARÃES, 1995, p.68). Entretanto, esta incompletude, segundo a autora não deve ser entendida com *falta*, mas como *horizonte*. Assim, Orlandi define o que denomina de silêncio fundador, pois para falar, “o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é necessário ao sentido e que ele reinstaura falando” (idem, p.71). E é entre o dito e o não-dito que há um espaço para interpretação, que não se fecha, em que o silêncio se constitui, lugar de movimento, de deslocamentos, de debates. Além desse silêncio, há ainda a *política do silêncio*, que se apresenta de duas formas: uma como silêncio constitutivo e outra como silêncio local.

O silêncio constitutivo já vem determinado pelo fundador à medida que produz um recorte entre o que se diz e o que é preciso não-dizer, isto é, uma palavra apaga necessariamente as “outras palavras”, produzindo um efeito de não-dito necessariamente excluído. Para Guimarães, esse silêncio diz o que fica fora para poder significar. Orlandi entende que o silêncio constitutivo é o espaço que permite o sujeito transitar pelos limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer. Segundo a autora, “o interdiscurso constitui o intradiscurso e a exterioridade constitui a interioridade, o sujeito trabalha a sua contradição constitutiva (sua relação com o Outro) que o produz na confluência do Um com o Múltiplo” (ORLANDI, 2002, p.165). Já o silêncio local se refere à interdição do dizer, ou seja, àquilo que se proíbe dizer, sendo a censura um caso extremo disso. Para Orlandi, como o silêncio significa em si, mas se apaga, há o silêncio que explode os limites do significar, “fazendo o silêncio significar de outros modos” (idem, p.87).

2.2.5 Memória discursiva, intradiscurso, heterogeneidade, autoria

A toda FD, associa-se uma memória discursiva entendida não como memória psicológica, “mas uma memória que supõe o enunciado inscrito na história” (BRANDÃO,

1998, p.77). E é essa memória que permite fazer circular os sentidos em toda FD, sendo também ela que permite que enunciados do interdiscurso atravessem o discurso, sob a forma de discurso transversal, numa “rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma FD” (idem).

Pêcheux define intradiscurso como “o funcionamento do discurso em relação a ele mesmo (o que eu digo agora, em relação ao que eu disse antes e ao que direi depois), logo, o conjunto de fenômenos de ‘co-referência’ que asseguram o que podemos chamar ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p.54).

Em outras palavras, o discurso não nasce da vontade do sujeito, pois ele tem uma memória, ou seja, surge de outros discursos que o sujeito repete ou modifica. O que para Orlandi (2002) significa dizer que todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade. Segundo a autora, isso só é possível porque o sujeito e os sentidos se constituem mutuamente, inscritos em formações discursivas, que “recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (2002, p.20).

Mittmann assevera não ser necessariamente consciente para o sujeito, nem intencional e nem mesmo imediata essa questão do trabalho sobre outros discursos para a formação de um novo discurso. Isto se deve ao pré-construído e à articulação de enunciados do interdiscurso que geram o “efeito de evidência: o que todos sabem e podem ver” (1999, p. 273).

Retomando essa questão, Courtine e Marandín apud Brandão, dizem ser esta heterogeneidade que perpassa todo discurso, um “elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam em um certo estado de luta ideológica e política, no seio de uma formação social em uma conjuntura histórica determinada” (1998, p.72). Mesmo com esforço de conversa e as intenções do sujeito, muitas vezes os sentidos saltam à frente, em toda a sua “concretude” assinalando a chamada *perfidia da interpretação*, ou seja, “consiste em considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não - como deveria ser - o funcionamento do discurso na produção dos sentidos” (ORLANDI, 2003, p.64).

A heterogeneidade marca a terceira fase da teoria do discurso, em que os estudos de Authier-Revuz contribuem significativamente para mostrar a presença do outro dividindo o espaço com o sujeito. A autora classifica a heterogeneidade em dois tipos: a constitutiva e a mostrada. A primeira relaciona-se ao que Pêcheux denomina de *Esquecimento* nº 1, e envolve, além do inconsciente, o interdiscurso, e é condição *sine qua non* do discurso, lugar em que

“todo sujeito “esquece” daquilo que determina (apagamento) e coloca-se na origem do dizer” (PÊCHEUX apud GALLO, 2001,p.63). De forma que a presença do outro é sempre uma ameaça para a existência do sujeito, uma vez que nele se apresenta uma “marcação da posição de afrontamento polêmico, e de uma luta pela vida, quando o que se joga na zona de contato não é da ordem da discussão, por mais violenta que seja, mas do direito de existência para um dos dois apenas, caso extremo da solidariedade constitutiva de um discurso em relação ao outro”(AULTHER apud PAYER, 1992,p.31).

O conceito bakhtiniano de dialogismo também está na origem deste conceito de heterogeneidade. Para Martins, de fato “a dialogicidade interna do discurso” é fenômeno que orienta naturalmente a estrutura de todo e qualquer discurso, pois “a linguagem verbal é essencialmente orientada para a interação verbal, para a pluralidade dos sentidos em que cada discurso se orienta para e por outros discursos; para o Outro da interlocução” (2002, p.6).

Zamboni, ao refletir sobre heterogeneidade em relação à noção de dialogismo de Bakhtin, diz que a relação dialógica se dá no discurso do Outro na ordem do “já-dito”, pois “ao contrário de um aparecimento adâmico, as palavras não são neutras, nem virgens, assumem sua existência de palavras nos discursos nos quais adquirem existência, uma vida socialmente sustentada” (2001, p.4).

Assim, porque o “outro” é tomado como constitutivo de todo o sujeito, o dizer passa então a se nutrir daquele que ele nega, sustentando o seu dizer no fato mesmo da negação do “outro”. Com essa proposta que questiona a idéia de homogeneização do discurso e do sujeito, sendo este último origem, fonte autônoma de um sentido que ele comunica essa é uma maneira de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva. Este acordo ocorre sob a forma de negação que acontece quando o dizer, reformulado pelo próprio sujeito (locutor), é marcado no seu enunciado com um sentido diferente. Sentido que se encontra no interlocutor (outro), dando a impressão de que o restante do dizer é todo seu. Segundo Gallo, deste acordo implícito, “entregando-se à evidência de uma voz que fala nele, o sujeito delimita o campo de ação dessa voz e garante a originalidade do restante”. Ou seja, “ao circunscrever a alteridade, o sujeito garante uma unidade aparente” (2001, p.64).

Inspirada na teoria do dialogismo bakhtiniano, Authier propõe dois tipos de dialogismos: 1 - os que mostram a heterogeneidade com marcas explícitas (*mostrada marcada*), e os que mostram a heterogeneidade de maneira implícita (*mostrada não marcada*). A autora faz uma diferenciação entre *autonímia* e *conotação autonímica*. Na autonímia, a heterogeneidade se manifesta como um discurso relatado, em que o enunciador

usa suas próprias palavras para transmitir o discurso de um outro (discurso indireto), ou ainda na forma de discurso direto, ou seja, uma remissão a um outro discurso. As marcas lingüísticas podem ser observadas como por exemplo, “por meio das aspas, do itálico, de uma entonação específica; quer através de um comentário, uma glosa, um ajustamento ou uma remissão a um outro discurso” (AUTHIER, 1982, p.36) . Assim, o sujeito busca uma unidade, um projeto totalizante (autor) que negue/denegue o outro que o constitui.

No segundo caso, a autora propõe os discursos que não mostram marcas, sendo considerada uma heterogeneidade mostrada, mas não marcada, como por exemplo os enunciados em que ocorre a ironia, a imitação etc, ou seja, o sentido depende de “outro dizer” que não está explícito (marcado).

Carreira, ao falar da singularidade do sujeito na posição de autor, diz que “sempre falamos de um quando falamos de outro, ou melhor, sempre falamos do sujeito quando falamos do autor, mas pode-se falar do sujeito sem falar do autor” (2001, p.53). Para a autora o autor é aquele que trabalha na zona do esquecimento n° 2, já que a tentativa de controle do sentido pressupõe algum reconhecimento de seu descontrole.

Para Pfeiffer, o sujeito se coloca na posição autor quando ele cria “um espaço de interpretação (a possibilidade do gesto interpretativo que vem do outro-virtual). Ao mesmo tempo ele precisa necessariamente estar em relação (inserido no) com o Outro-o interdiscurso” (2003, p.102). No entanto, a autora entende que o fato de o autor estar em funcionamento, quando “está em relação com o *Outro* e o *outro*, não quer dizer que todo o sentido atribuído por um sujeito-autor faça sentido para o sujeito-leitor, pois este precisa estar “no repetível histórico e estar em uma mesma rede de FDs” (idem).

Segundo Orlandi (2001), o autor passa a ser “a perspectiva que o “eu” assume (enunciação) enquanto produtor de linguagem (produtor de texto). A condição para que o autor se estabeleça é sua inserção na cultura, no contexto-histórico-social”. Do autor se cobram algumas responsabilidades, por exemplo: unidade do texto, clareza, não-contradição, correção etc, ou seja, exige-se dele “uma relação institucional com a linguagem” (ORLANDI, 1993, p.80). A autora diz ainda que essa representação do sujeito como autor, tem seu outro lado que é o leitor que também é afetado pelas características sócio-históricas, sendo que é desse lugar que se define a “sua leitura”. Segundo Pfeiffer, “é por isso que muitos não entendem por que é que há certos públicos que não compreendem o que se quer dizer” (2003, p.103), pois o fato de o autor se dirigir a um leitor virtual não significa que há a comunicabilidade.

Furlanetto (2001) também associa a noção de autor a uma função do sujeito, já que é ele quem organiza o sentido e o texto, dando-lhes unicidade e, assim, garante que o sujeito apareça como um contínuo.

A partir dessa noção, pode-se dizer que a constituição dos sentidos também é afetada por um efeito singular denominado por Gallo de “efeito-autor, que se produz sempre e exatamente no confronto entre duas Formações Discursivas dominantes” (1999, p.189). Desse modo, Gallo propõe que a autoria tem relação com a produção do novo sentido considerado um “efeito de fechamento, de sentido único, de desambigüização, de unicidade, de homogeneidade, de todo” (idem, p.192). Para a autora, a noção de efeito-autor pode ser relacionada ao de uma heterogeneidade ao nível do discurso, pois permite que se produza a diferenciação de formações discursivas e o confronto delas em um mesmo enunciado.

Deste modo, ao buscar na AD uma ferramenta de interpretação para o desenvolvimento deste projeto, houve o propósito de realizar uma pesquisa de campo a fim de compreender os sentidos produzidos pelo agricultor, sobre um tema conhecido e vivenciado por ele: a microbacia. A proposta baseia-se na observação de um grupo de pequenos agricultores situados no município de Agrolândia, em Santa Catarina, comunidade Ribeirão das Pedras, que num período de mais de 10 anos receberam orientações técnicas relativas à conservação e recuperação dos recursos naturais, mais especificamente o solo e a água.

O resultado almejado pelo projeto de Microbacias I¹⁷ desenvolvido pela Epagri buscava, através de um desenvolvimento sustentável, o aumento da produtividade com redução de custos e a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Portanto, esta análise envolve o entendimento da relação de três FD: a FD midiática, a FD técnico-científica e a FD de natureza pedagógica, podemos falar em funcionamentos discursivos sendo que um deles se sobrepõe aos demais. A análise foi comparativa incluindo dois objetos. De um lado, um vídeo produzido por um grupo de agricultores, e de outro, um vídeo produzido pelos técnicos da Epagri. Além disso, nesse *corpus* se constata ainda, a priori, o atravessamento dos sentidos do discurso de divulgação (mídia) e do discurso científico.

¹⁷ O projeto Microbacia I que estamos mencionando ocorreu no período de 1989 a 1999(data oficial). Em 2002, um outro projeto foi aprovado pelo BIRD (Banco Mundial), passando a ser denominado Microbacia II. A ênfase desse projeto vai além do desenvolvimento rural sustentável baseado no aumento da produtividade e conservação do meio ambiente. No Microbacia II, uma das prioridades é melhorar a condição econômica e social dos pequenos agricultores.

3 COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM AUDIOVISUAL

3.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é o de proporcionar uma fundamentação teórica sobre o estudo da comunicação, buscando auxiliar na compreensão necessária de aspectos referentes à produção dos vídeos, objetos de análise desta pesquisa.

Assim, trata-se aqui da comunicação e suas nuances, iniciando com as descobertas tecnológicas precursoras do que hoje chama-se de mídia, à evolução da técnica e das várias teorias que buscam o entendimento daquilo que tem sido configurado como efeitos desses meios sobre o comportamento sócio-econômico da humanidade.

Outra abordagem a que será dada ênfase refere-se a linguagem audiovisual, o seu surgimento no cinema e sua extensão na televisão. São sinais já cristalizados que situam os sujeitos não no lugar a partir do qual vêem e interpretam aquilo que é apresentado como informação pela mídia, como também fazendo parte institutiva do processo histórico-ideológico (e portanto, político) da naturalização desses sentidos.

Vale ressaltar que, até o século XV, as sociedades viviam isoladas, pois tinham pouco acesso à informação, já que esta era trocada face a face, ou mesmo pela escrita. O surgimento da imprensa de Gutenberg inaugurou uma nova era para a comunicação social. Hoje, com o conjunto das mídias, principalmente a internet, a informação e o entretenimento vêm sendo propagados de modo cada vez mais veloz.

Abordar-se-á, ainda, o papel do vídeo como instrumento de informação e capacitação, dando ênfase à técnica de vídeos educativos que são produzidos e usados pela Epagri no trabalho de extensão rural, visando à adoção de tecnologias agrícolas e na área de aquicultura, pelos agricultores e pescadores

3.2 Teorias da Comunicação

Paralelamente ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, surgiam teorias que se perguntavam sobre a influência desses meios na mudança de percepção do mundo em que vivemos. Para iniciar esta abordagem, faz-se necessário primeiro explicitar a relação etimológica da palavra comunicação. Segundo Lima, sua origem etimológica vem do substantivo latino *communicationem* (século XV), ou seja, “a ação de tornar comum” (2001, p.24). Esse significado se traduz na ambigüidade que até hoje envolve a “comunicação”. O autor ressalta que essa ambigüidade tem, de um lado, o sentido de *transmitir*, portanto um processo unidirecional, e por outro, *compartilhar*, que é um processo comum ou participativo. Aqui, interessa tratar da comunicação enquanto processo, que é entendida por Dorflès, em sua acepção mais vasta, “como utilização dos *mass media*, como comunicação escrita, falada, cantada, recitada, visual, auditiva e figurativa - está, sem dúvida, na base de todas as nossas relações intersubjetivas e constitui o verdadeiro ponto de apoio de toda a nossa atividade pensante” (DORFLES apud BORDENAVE, 2001, p.13).

Neste sentido, Polistchuk e Trinta sustentam que, pela comunicação, o indivíduo se faz pessoa, indo do ser singular à relação plural. Na prática ela envolve “um *ethos*, que se refere à atitude de quem opina e argumenta; um *logos*, que diz respeito à racionalidade do argumento apresentado; e um *pathos*, que tem a ver com a arte de argumentar ou de opinar” (2002, p.63).

As tecnologias de comunicação de massa, segundo Lima (2001), que poderiam ser chamadas de velha mídia (imprensa, cinema, rádio e a televisão), sofreram avanços radicais nos últimos 50 anos e hoje, com a chamada *revolução digital*, isto é, com a redução de textos (digitalização), sons e imagens a *bits*, são conhecidas como as novas tecnologias, ou ainda mídia. Em outras palavras, para Dizard é o poder de uma tecnologia, no caso a computadorização, que agora é “módulo para todas as formas de produção de informação: som, vídeo e impressos” (2000, p.54). O autor sustenta que, em tempos modernos, essa é a terceira grande transformação nas tecnologias da mídia de massa:

a primeira aconteceu no século XIX, com a introdução das impressoras a vapor e do papel de jornal barato. O resultado foi a primeira mídia de massa verdadeira – os jornais “baratos” e as editoras de livros e revistas em grande escala. A segunda transformação ocorreu com a introdução da transmissão por ondas eletromagnéticas – o rádio em 1920 e a televisão em 1939. A terceira que estamos presenciando agora envolve uma transição para a produção, armazenagem e distribuição de informação e entretenimento estruturadas em computadores (DIZARD, 2000, p.53-54).

O representante legítimo dessa terceira fase é a Internet descrita por Dizard como a mídia eletrônica pessoal, que são “os agrupamentos de pessoas de mentalidade semelhante para satisfazer suas próprias necessidades profissionais e individuais de informação (...) são as redes montadas por pessoas e grupos, que evitam toda a gama de provedores comerciais de informação e entretenimento” (2000, p.257-259).

As novas mídias englobam, por exemplo, o telefone móvel (celular), o videocassete, a televisão de alta definição, DAT (digital audio tape), o MD (minidisco digital óptico), o videodisco (DVD) e os videogames. Inclui-se nesta designação as tecnologias ditas de difusão, como os satélites, a fibra ótica, as antenas parabólicas, a TV a cabo e as redes digitais. Em outras palavras, para Polistchuk e Trinta, são aspectos de ordem técnica e operativa que permitem “obter a maior acumulação possível de informação (...) no menor espaço, ao mais baixo custo e da forma mais suscetível de circular e se propagar com a maior rapidez” (2002, p.44).

Assim, para os autores, as tecnologias do período moderno podiam ser consideradas de natureza centralizada, servindo à sociedade conforme suas necessidades. Entretanto, no período de pós-modernidade, percebe-se um descompromisso, sendo que a produção de novas tecnologias não surge para atender à demanda, seu sucesso está na capacidade de despertar curiosidade e interesse no mercado, criando demandas.

Por isso, as tecnologias são chamadas de novas, não necessariamente pelo maior ou menor grau de sofisticação, mas pelo seu caráter social, e enorme impacto cultural que provocam na estrutura sócio-econômica, em âmbito nacional e sobretudo transnacionais, dirigidas à conquista de mercados potenciais como os países do Terceiro Mundo. De qualquer sorte, concentrar-se-á a pesquisa nas teorias da comunicação que tentam entender a relação entre as tecnologias e seus efeitos sociais e econômicos.

Entre 1900 a 1930, crescia a convicção de que os seres humanos obedeciam a “automatismos comportamentais”, isto é, que os meios de comunicação tinham um poder absoluto sobre a sociedade. Ficou conhecido como o “modelo da agulha hipodérmica por que colocava em vantagem a fonte emissora, relegando o receptor à condição integral de passividade” (POLISTCHUK E TRINTA, 2002, p.84). A mídia era considerada uma seringa

injetando informações, inoculando idéias e vontades. A teoria funcionalista surge (em duas versões, a sociológica e a pragmática) para promover uma interação entre o desenvolvimento dos meios de comunicação e as novas necessidades sociais, atendendo às expectativas do público. Os funcionalistas na comunicação também se voltaram para o estudo do emissor e suas intenções no ato de comunicar. Quanto ao receptor, o objetivo era conhecer suas preferências e outras características que pudessem possivelmente corrigir, num segundo momento, a emissão feita. Para os autores, foi assim que o funcionalismo americano com viés sociológico contribuiu para que o indivíduo (receptor) fosse tomado como objeto de análise, conferindo às pesquisas de opinião uma maior importância no que se refere à anotação de diferenças e desvio-padrão.

Para Polistchuk e Trinta, o modelo teórico de Harold D. Lasswell (1948), um cientista político e professor da Universidade de Yale (USA), deu um passo à frente do modelo simplista da “*agulha hipodérmica*”. Lasswell se baseou no modelo de comunicação retórica de Aristóteles, que havia identificado *o quem*, *o o quê* e *o a quem*, para determinar a estrutura e função da comunicação na sociedade. Numa de suas descobertas, o pensador reconhece haver *feedback* (realimentação), mas nada cita sobre o contexto amplo em que se dá a comunicação, concentrando seus estudos no conteúdo e nos efeitos da comunicação. Assim, ao esquema anterior, acrescentou um *por que meio* (ou como) e um *com que efeitos* (ou para quê). Lima (2001) entende que o chamado modelo de comunicação de Lasswell é baseado naquilo que considerou ser uma maneira conveniente de descrever um “ato de comunicação”, isto é, quando se consegue responder às seguintes perguntas:

Quem?

Diz o quê?

Em que canal?

A quem?

Com que efeitos?

Segundo Lima, essa maneira de descrever um ato de comunicação foi difundida e aceita, servindo de base para outros estudos e utilização em processos de comunicação.

Usando da teoria dos paradigmas de Thomas S. Kuhn, o professor da Universidade de Colúmbia, Paul Lazarsfeld, criou seu modelo teórico de comunicação. Suas premissas de base estabeleciam “ser característica de todo ser humano a capacidade de “fazer escolhas”, não aceitando a idéia de que um público tido como massivo somente reaja” (POLISTCHUK E

TRINTA, 2002, p. 92). Sua contribuição foi destacar o elemento público (leitores e ouvintes) como o total da audiência e, que, conforme suas predisposições, realizam a exposição seletiva (termo cunhado pelo cientista). Dito de outro modo, a mídia não exerce papel absoluto sobre o receptor, pois há que se considerar o papel dos formadores de opinião (grupos com os quais nos identificamos) que influenciam as atitudes individuais.

O Modelo dos Efeitos, de Joseph T. Klapper, inicia suas descobertas a partir de 1940 sobre a complexidade de todo ato comunicativo, estendendo-se até a década de 1950. Tratou de identificar os efeitos da comunicação de massa sobre o público, concentrando-se no estudo das *mensagens* e dos processos de comunicação relativos à persuasão. Klapper percebeu que vários fatores eram determinantes da influência sobre a comunicação, e que os mesmos incidem sobre os efeitos produzidos, como por exemplo, a imagem que o público tem das fontes de informação.

A teoria dos usos e satisfações é resultado de pesquisas (de mercado) feitas por J.G. Blumler e Elihu Katz para identificar as necessidades sentidas pelo público afetado pela mídia. Os autores mantêm a tese de que a mídia exerce efeitos irrefutáveis sobre o público, existindo para suprir suas necessidades e até mesmo para poder escolher do que é que ele vai gostar .

Outro estudo baseado em paradigmas, neste caso matemático-informacional, foi desenvolvido pelo matemático americano Norbert Wiener (1965), para desmistificar os sistemas de controle e produção de comportamentos automáticos. Ele buscava a compreensão daquilo que chamou de “mecanismos de ação regulada, de ordem natural, social ou cultural” (POLISTCHUK E TRINTA, 2002, p.100). Portanto, formalizou, pela matemática, o que seria o esquema básico do ato e do processo de comunicação, ou seja, *um emissor*, se utiliza de *um código*, elabora *uma mensagem* e a envia por *um canal* a *um receptor*.

Dois engenheiros de telecomunicações, Claude Shannon e Warren Weaver desenvolveram o Modelo Teórico-Matemático da Comunicação, em 1949. Eles queriam inicialmente resolver problemas técnicos de transmissão da mensagem, enviada por um sinal, em cujo caminho poderia existir um ruído (semântico) por parte do emissor, o que dificultaria o entendimento do receptor. Portanto, não havia preocupação com o conteúdo das mensagens e sim com a eficácia de sua transmissão. Seus estudos evoluíram, criando um novo elemento, o receptor, chamado de destinatário, ao receber uma mensagem, utilizando-se de processos pessoais/cognitivos para transformá-la em conhecimento.

Os estudos de David K. Berlo se concentraram no equilíbrio do emissor e receptor, ou seja, ambos devem conhecer e ter um certo domínio sobre o mesmo código. Sua teoria enfatiza também a importância do *canal* em tal processo.

O especialista em literatura americana, W. Schramm, reavaliou o modelo de comunicação de Shannon e Weaver para elaborar sua teoria, em que a comunicação se dá de forma interativa, ou seja, o emissor, que chamou de comunicador, compartilha algo com o receptor na cadeia de comunicação, de modo que a comunicação não é unilateral, é sobretudo um ato voluntário, tanto para o emissor quanto para o receptor. A partir dessa intenção é que se dá a comunicação. No dizer de Lima, seus estudos se transformaram no “principal paradigma do processo comunicativo na literatura do campo, dando origem a todo um quadro conceitual e analítico (emissor, fonte, transmissor, sinal, código, codificador, mensagem, canal, decodificador, receptor, ruído, redundância, *feedback*, *input*, *output* etc)” (2001, p.44).

Na década de 1960, surgia nos Estados Unidos a Teoria Difusão da Inovação de Rogers (apud CRUZ, 2001), que procurava medir como acontecia o processo de adoção de uma tecnologia e como se poderia agir sobre ele de modo favorável a quem a produzia. O pensador acreditava que seria possível difundir uma nova tecnologia por meio de um processo de transmissão elaborado na sua origem, ou seja, desde a fonte de sua invenção até aqueles que se beneficiariam, no caso, os usuários ou adotantes. Esse processo levava em conta quatro elementos: a inovação, a comunicação, o sistema social e o tempo. O tempo é considerado um dos fatores mais importantes para a difusão de uma tecnologia, pois o processo de adoção que envolve a decisão de continuar fazendo uso da tecnologia proposta, acontece no nível mental em que um indivíduo recebe a primeira informação que vai se somando a outras até o momento final, quando decide adotá-la.

Rogers (apud CRUZ, 2001), apontou alguns atributos que contribuem para aceleração do processo de adoção: a vantagem da inovação em relação a outras; a compatibilidade, isto é, se está dentro das necessidades e valores dos adotantes; a complexidade da inovação no sentido de ser de difícil compreensão; a experimentação que é a possibilidade de a inovação ser testada antes de ser adotada e a comunicação, que tem a ver com a forma de difundir os resultados de uma inovação. A teoria da difusão de Rogers está inserida num modelo que Lima (2001) denominou de persuasão em que a informação passa a ser considerada um instrumento de persuasão e mudança de comportamento. Segundo o autor, essa teoria surge “na emergência do ‘difusionismo’, isto é, do estudo das condições em que se dá o processo de introdução de novas tecnologias, sobretudo no meio rural” (LIMA, 2001, p.43).

De acordo com Rogers, o processo de adoção passa por cinco fases: estar ciente, interesse, avaliação, experiência e adoção. Assim, os indivíduos se encontram em diferentes velocidades de adoção da inovação pelo indivíduo. Essa velocidade começa com “um pequeno número de aventureiros adotantes (*innovators* ou inovadores), que são seguidos por uma minoria de adotantes precoces (*early adopters*), vai acelerando até o ponto máximo no qual metade dos adotantes potenciais já utiliza a inovação (*early majority* ou a maioria precoce), seguida por uma maioria cética (*late majority* ou tardia) até finalizar com uma minoria tradicional que vai ser a última a adotar a tecnologia (*laggards* ou os atrasados)” (CRUZ, 2001, p.21).

Os filósofos da Escola de Frankfurt (criada em 1923) promoveram importantes estudos sobre a comunicação. Seus trabalhos de pesquisas sociológicas tinham por base a filosofia marxista. Através da crítica ao conceito de *cultura de massa*, os filósofos Adorno e Horkheimer criaram outro termo, o de *indústria cultural*, significando a “libertação moderna das potencialidades do espírito” (POLISTCHUK E TRINTA, 2002, p.110). Tratava-se da liberdade individual, já que a mídia com suas produções em série e a promoção publicitária homogeneizava os padrões de gosto, destruindo a cultura local. Em outras palavras, os meios de comunicação propagavam ideologias, doutrinando e manipulando as pessoas, criando uma “falsa consciência” do real. Outro filósofo da escola, Herbert Marcuse contestava o *establishment*, ou seja, as instituições regularmente estabelecidas, criticando a instrumentalização que contagiou os homens no mundo moderno.

A Teoria do Agir Comunicacional de Jürgen Habermas, remanescente da Escola de Frankfurt, em 1981, instituiu o conceito de “agir comunicacional”(comunicativo), associando a comunicação a uma prática ética, em que os sujeitos, a partir de suas próprias escolhas e através de atos discursivos, pudessem orientar suas ações no sentido comunitário. Segundo Polistchuk e Trinta, neste estudo Habermas põe em questão a “racionalização proposta pelas estratégias do discurso institucional” (idem, p.118).

O paradigma da comunicação conflitual-dialético se organiza sobre o princípio da contradição, ou seja, da resolução dos conflitos (tese x antítese) do qual surge um novo (síntese), promovendo mudanças importantes a começar pelo campo da Comunicação. A ele se inscreve o modelo teórico da proposição marxista, em que as reflexões de Karl Marx sobre os meios de comunicação tornaram evidentes o papel dominante da mídia inserida numa superestrutura do capitalismo. Da mensagem midiática que carrega a ideologia no texto e na fonte emissora, da mídia em relação a um modelo econômico, e da elitização da mídia que se volta para alguns grupos culturais, excluindo tantos outros. Segundo Polistchuk e Trinta

(2002), pensadores afinados ao marxismo condenaram o modelo paradigma funcionalista americano que leva à estabilidade e ordenação.

Um outro estudo sobre o meios de comunicação e debates sobre as novas mídias (década 1970) é o Modelo Teórico da Dependência, tendo como legítimo representante o professor boliviano Luís Ramiro Beltrán. Essa teoria propunha avaliar as produções da indústria cultural, como filmes, jornais, revistas especializadas, impostos por uma economia dominante, no caso os Estados Unidos, e seus efeitos sobre o povo das economias dependentes da América Latina. Deste modo, seus esforços se concentraram menos nos meios de comunicação e mais no que denominou de “culturologia”. Outro estudioso dessa teoria, o sociólogo Edgar Morin, mostra os efeitos de filmes, novela, noticiários sobre o imaginário das pessoas, criando analogias mitológicas onde esses meios subtraem as dificuldades da vida cotidiana, apresentando uma visão de liberdade.

A teoria dos Estudos Culturais, exemplo de outras teorias surgidas nos anos 1970, trata dos meios de comunicação na sociedade, inter-relacionando as instituições e as pessoas. Antônio Gramsci, filósofo e político, é um dos defensores de que comunicação e cultura se integram uma à outra. Assim, comunicar não tem o sentido de “manipular por meio de símbolos” (GRAMSCI apud POLISTCHUK E TRINTA, 2002, p.130) mas intensificar a cultura renovando-a, promovendo uma troca simbólica, sendo a mídia dinamizadora de culturas próprias à sociedade moderna, porque trabalha no plano simbólico. Stuart Hall, em suas anotações sobre o papel ideológico da mídia, afirma que o público influenciado por distintos contextos sócio-culturais é capaz de decodificar as informações advindas da mídia, sem aceitar passivamente a interpretação imposta por ela.

Na década de 1980, um novo paradigma sobre a mídia se estabelecia, resultado dos estudos do professor canadense Herbert Marshall McLuhan, que se preocupou não com os efeitos ideológicos da mídia, mas com as transformações das sensações humanas. Ele propõe que a invenção e a adoção de uma ou outra tecnologia de comunicação traz consigo transformações sociais, culturais, políticas e de civilização. Para aclarar sua teoria McLuhan caracterizou os meios de comunicação em *meios quentes* e *meios frios*. Os meios quentes trabalham o sentido elementar (visão e audição), trazendo informações bem definidas, como por exemplo, o livro, o jornal e o rádio. Já os meios frios, proporcionam informações mal definidas, exigindo do receptor maior envolvimento sensorial para decifrá-la, como as histórias em quadrinhos, o telefone e a televisão.

De modo que, em geral, as mensagens emitidas pelos meios são tomadas pelo receptor como se fossem parte da realidade, dificultando uma interpretação particular, já que pela

familiaridade com esses meios seus conteúdos tornam-se uma verdade incontestável. É dele a célebre frase que o mundo é uma “aldeia global”, pois vivemos eletronicamente interligados.

Outra teoria da mídia, chamada de Midiologia Francesa em função de seu pensador Régis Debray, concebe a comunicação na sua temporalidade, identificando três estágios de tempo: logosfera, grafosfera e a videoesfera. No auge da tecnologia, a videoesfera traz o imediatismo, a repulsa à argumentação, além do primado da oralidade, e uma concepção especial de “acontecimento”, diferente da história. Ela constrói sua verdade como imagem “ao vivo e a cores” (“vi na tevê”) transmitida por produtores e emissores dos meios de comunicação. Seus estudos distinguem a transmissão da comunicação, estabelecendo outros estágios midiológicos, sendo eles Mensagem (como prática); Mídia (como tecnologia); Meio (como modo, mediação); e Mediação (com uma antropologia). Cada um desses estágios se confirma na dependência do outro.

Em tempos de pós-modernidade¹⁸, as novas tecnologias estão mudando os paradigmas tradicionais em que o olhar ora se fixava na técnica e no pragmático, ora enxergava formas de manipulação ideológicas. O fato é que, com a informática, as formas de pensar ganharam ingredientes a mais, como a aceleração do tempo e aproximação de distâncias. As teorias antes estabelecidas deram lugar a estudos anárquicos, legitimando o primado da imagem, pois no dizer de Martín-Barbero “as imagens (...) não contemplam a visão que se tem de alguma coisa, tal como uma fotografia analógica; por suas potencialidades e por sua potência, pretendem substituir (e com vantagem) essa mesma visão (...) executam operações reais, mas seu modo de ser e de aparecer é (dis-) simulado” (1999, p.145).

O autor entende ser a era da sociedade da Informação, com acelerada produção tecnológica e a multiplicação desses produtos, que permite uma interação da informação e da Comunicação, promovendo a expansão de mercados e criando grandes conglomerados de comunicação (econômicos), que dependem da difusão coletiva para existir. Conforme Lima (2001), o que caracteriza o discurso da mídia de agora são as diferenças de efeitos de sentidos sobre a sociedade, ou seja, a simultaneidade aparente, a multiplicação de fontes emissoras, e a visão fragmentada. Ou ainda, as novas mídias alteram as maneiras como vemos a nós mesmos e como nos relacionamos com o mundo.

Uma teoria da contemporaneidade pertinente aos meios de comunicação quanto às suas potencialidades de mediação, é a Teoria da Mediação (ou modelo teórico-mediativo),

¹⁸ O termo designa, conforme o autor, “um conjunto de fenômenos sociais, culturais, artísticos e políticos que têm lugar em sociedades pós-industriais, nas duas últimas décadas do século XX” (MARTÍN-BARBERO, 1999, p.142).

que tem a frente o filósofo colombiano Jesús Martín-Barbero. Segundo o pensador, são “pelas mediações de que participa que o ser humano representa a si próprio e àquilo que se passa em seu entorno, fazendo com que ocorra uma positiva produção de sentidos, a serem propostos e transacionados, e, finalmente, partilhados” (MARTÍN-BARBERO apud POLISTCHUK E TRINTA, 2002, p.148). Portanto, mediar é negociar sentidos, é fixar entre duas partes um ponto de referência comum, mas ao mesmo tempo distante, que tanto uma quanto a outra possam se inter-relacionar, como por exemplo, entre um fato e seu relato a um público incide uma mediação jornalística. Neste caso, é um processo que inclui a fase de selecionar, editar, formatar e emitir. Em outras palavras, para Martín-Barbero (1999) a mediação é o efeito de sentido existente entre o sistema de produção de mensagens e as formas de uso que dela se fará, em que um receptor não mais só recebe a mensagem, ele negocia pelo recurso do código de domínio do emissor, reconhecendo e transformando a mensagem através de sua bagagem sócio-cultural.

Neste modelo, também conhecido por Mediação Múltipla, Martín-Barbero postula, “mais do que um conjunto de novos equipamentos, de máquinas maravilhosas, a comunicação designada como um novo *sensorium*: em grandes espaços históricos de tempo, se modificam, junto com toda a existência das coletividades humanas, o modo e a maneira de sua percepção sensorial” (1999, p.37). O pensamento de Martín-Barbero vem determinado por esses “novos lugares metodológicos” que denominou, incluindo aí noções de tecnicidade e visualidade. A técnica permite novos modos de perceber e de aprender linguagens, ver, ouvir aprender, novas formas de expressar, de escrever, de textualizar. Esse novo lugar da tecnologia recoloca o lugar da imagem “tanto da ciência (imagem não mais obstáculo, mas parte de um novo modo de conhecer e de construir o conhecimento) como prática cotidiana” (MARTÍN-BARBERO e REY, 2001, p.47). Para o autor, o resultado dessa visualidade no cotidiano se divide entre o “universo do sublime e o do espetáculo/divertimento” (2001, p.16). Em outras palavras, Martín-Barbero e Rey concentraram seus estudos observando a televisão, esclarecendo que esse regime de visibilidade nos leva a perceber a mídia de diferentes maneiras. No caso específico da televisão, cita o exemplo dos militares que a consideram um *show*; já para a guerrilha, uma oportunidade de “mostrar a verdadeira situação do país”, e para boa parte dos jornalistas, um “espetáculo¹⁹” porque organiza o real, impõe ordem ao caos (ao espetáculo) (grifos do autor). De acordo com Martín-Barbero e Rey, essa pluralidade de interpretação é

¹⁹ Para Martín-Barbero e Rey (2001, p.103), esse conceito está atrelado à compreensão da informação-espetáculo como aquela que rompe os limites, recorrendo a artificios e a desordens para apresentar a realidade”.

um efeito dessa visualidade que faz construir um novo cidadão que saiba ler desde os jornais, os noticiários de televisão, os videogames, os videoclipes até o hipertexto.

Para Ferrés (1998), no seu estudo sobre mediações, Martín-Barbero cria diferentes conceitos sobre o tema e modos de operacionalização, a saber: mediação cultural por exemplo, em tradição e modernização, mediação urbano e rural; a de temporalidade, como tempo é dinheiro; a mediação estrutural, relativa ao repertório de cada um; a mediação institucional; a mediação conjuntural; a mediação tecnológica.

Outro estudo teórico da recepção reforça o papel das mediações no processo de *recepção*. Sua ênfase é dada ao chamado “diálogo produtivo”. Ou seja, é a idéia de que os efeitos de sentidos dependem da consistência e da repetição de trocas sociais e culturais, num processo de interação do receptor com o meio. Os pensadores Hans Robert Jaus e Wolfgang Iser (apud LIMA, 2001), em reflexões sobre a Estética da Recepção, enfatizam o papel do leitor, em que a recepção é vista como uma modalidade de interação entre a produção e o consumo, de onde brota o sentido por parte do leitor/espectador/ouvinte, como se ele rescrevesse a obra em si, utilizando-se do seu repertório sócio-cultural.

O pensador Guillermo Orozco também investiu nos estudos da recepção voltada ao campo da educação. A premissa básica de seu pensamento trata do fato de que o receptor não nasce, ele se faz. Seu modelo se baseou no “ato de ver televisão”, que em si fornece padrões coletivos de percepção e apreensão do real. Contudo, a recepção vai mais além do que o contato com o aparelho de televisão, pois o “sujeito receptor com ele celebra um “contrato de leitura”, em cujos termos organiza suas “trocas simbólicas” e “faz negócio” com o sentido intentado das mensagens codificadas” (OROZCO apud LIMA, 2001, p.155).

Neste sentido, cria-se uma ilusão do real, levando quem lê, ouve e vê televisão a imaginar a realidade através da tela. Para Bordenave (2001), o que se vê é a construção da realidade que nem sempre os meios de comunicação têm interesse em projetar. O autor esclarece seu dizer ao referir-se “às próprias características tecnológicas dos meios - o espaço e o tempo disponíveis, os cortes, os primeiros planos, os efeitos de luz e som, etc., tudo isto colabora para a configuração de um verdadeiro “código do meio” que traduz a realidade e a transmite (2001, p.81).

De acordo com Orozco (apud MARTÍN-BARBERO E REY, 2001), mediação pode ser definida como “um processo estruturante”, que tem a ver com a interação e por conseguinte criação de sentidos entre a audiência com a televisão. É o caso de televisões comunitárias e locais que se aproximam do espectador colocando programas mais próximos de seu bairro, de sua família, de seus vizinhos. Assim, também “os documentários científicos

do canal Discovery geram contextos educativos nos quais a ciência se aproxima do cotidiano de maneira que torna lúdica a didática e o saber, divertido” (idem, 2001, p.71).

A partir de 1969, a Internet passou a ser conhecida nos Estados Unidos, país no qual essa tecnologia foi utilizada em estratégias militares. Somente em 1987, foi liberado seu uso comercial nos Estados Unidos e, posteriormente, foi expandida para muitas redes em todo o mundo (no Brasil, em 1988). A parte mais conhecida é a rede em escala planetária, a W.W.W. ou World Wide Web, cujo sucesso está na linguagem de concepção de suas páginas.

De acordo com Polistchuk e Trinta, chama-se essa tecnologia de Multimídia, pois consegue “reunir qualquer tipo de informação (escrita, sonora, visual), a qualquer momento e em qualquer suporte que se disponha (televisor, microcomputador, dispositivos de “banda larga” além de outros)” (2002, p.159). Difere-se dos outros meios que têm definido os papéis de emissor e destinatário, pois na Internet todas as posições são simétricas, cada usuário é emissor em potencial, já a sua criação pode ser colocada à disposição de outros usuários.

Para Polistchuk e Trinta, o modelo teórico da Comunicação que mais se aproxima das características da Internet é o dos “usos e satisfações”, ou seja, cada usuário age sobre a informação, de maneira a modificá-la e anexá-la a seu repertório sócio-cultural.

Nesta mesma direção segue o modelo Teórico da Virtualização que tem no pensador Pierre Lévy o principal representante. Para o pensador, estamos na “sociedade da informação”, em que os efeitos das tecnologias mudam a maneira de pensar e comunicar, ditando novos conceitos de verdades. O essencial de seu estudo mostra os efeitos das tecnologias de informação sobre o tempo, que até então se concebia como linear (característica atribuída à escrita) e foi substituído por um tempo pontual, real., permanentemente no presente. Isso leva a uma informação com pouco conteúdo além de transitória, levando à instabilidade na comunicação. No dizer de Polistchuk e Trinta (2002), esse modelo é um novo pressuposto, em que o desafio para a comunicação está em saber lidar operativamente em tempo real. Para esses autores, o pensamento de Pierre Lévy parece estar na “virtualização” em que o mesmo se encontra, deixando no ar uma pergunta: “Os computadores, em redes expansíveis, transmutam o mundo (do) humano ou apenas modificam o modo humano de o perceber?” (POLISTCHUK E TRINTA, 2002, 164).

As reflexões sobre a Comunicação fizeram com que o professor francês Lucien Sfez (apud POLISTCHUK E TRINTA, 2002) desse origem ao seu modelo teórico-crítico da Fissura Tecnológica. Sfez defende a idéia de que houve uma mudança na Comunicação ao desdobrar-se em diversas áreas como, informática, marketing, a psicoterapia analítica e as ciências cognitivas. Existe um discurso único adotado pela sociedade fragmentada da pós-

modernidade no sentido de atingir um consenso. A Comunicação interconectada por redes informatizadas cria uma falsa realidade esvaziada de sentidos. Desse modo, o homem midiático deve ser desinfetado do indivíduo, que é levado de um lado para o outro pelo excesso comercial e pela ilusão midiática. Aqui, o peso é dado à interpretação, já que o autor postula a máxima de que somente a interpretação permite a descoberta e valorização do sentido.

Numa crítica ao que chamou de “explosão midial”, Sfez entende ser esse conceito o ruído da Comunicação, pois mantém mudando os valores e o modo de pensar e de agir do homem contemporâneo. Assim, o que se entende por verdade hoje é tão somente a representação da verdade imposta pela intermediação da mídia, na sua capacidade de simular realidades. Para Sfez (apud POLISTCHUK E TRINTA, 2002) os meios de comunicação, mesmo a multimídia, são cultura de “massa” e, assim, continuam causando efeitos sobre toda a sociedade.

3.3 Linguagem Audiovisual

3.3.1 Cinema

Rodrigues (2002, p.13), em seu livro “Cinema e a produção”, primeiro define cinema como sendo “imagens fotográficas em movimento, projetadas em uma tela a uma determinada velocidade”. O autor entende que, por se tratar de uma arte centrada em imagens, elas podem não ser suficientes para contar-nos uma história dramática, por exemplo. Neste caso, além das imagens são necessários outros elementos, principalmente o som, para poder mostrar completamente o contexto dramático da história para o espectador.

O uso da linguagem cinematográfica tem sua origem, mais especificamente, no emprego da câmera. No início era tida como estática, como nos primeiros tempos do cinema mudo, em que a câmera ficava imóvel diante de um cenário onde tudo acontecia. Neste período, o contraste era ver a imagem se movendo na tela composta por fotografias estáticas. No entanto, foi o americano D.W Griffith (1875-1942) quem na prática sistematizou o uso do que hoje denomina-se de planificação, angulação e enquadramento, ou seja, os vários posicionamentos da câmera com relação ao elemento filmado. Griffith se espelhou na narra-

tiva literária, seu modelo era o romance de Charles Dickens muito popular, no final do século XIX, para desenvolver os fundamentos da linguagem do cinema. Segundo Brito (1995), o plano é visto por muitos teóricos como um dos mais importantes componentes da linguagem cinematográfica.

Do ponto de vista técnico, “o plano pode ser definido como uma imagem enquadrada entre uma tomada e outra, a distância entre a câmera e o objeto filmado, o ângulo escolhido, bem como o tempo de duração da filmagem” (BRITO, 1995, 212). Com relação à distância entre a câmera e objeto filmado, é chamado de plano *geral ou de conjunto*, mostra uma passagem inteira; *médio*, por exemplo, numa paisagem as pessoas são vistas por inteiro; *americano*, quando os atores são enquadrados do joelho para cima; *plano médio* quando se enquadra na altura da cintura para cima; *primeiro plano*, do ombro para cima; *próximo ou close*, enquadramento do rosto, e o *primeiríssimo plano* mostra-se pequenos detalhes como a boca de um ator. Tem-se ainda, outro elemento determinante que é a angulação, que é o ponto de onde se filma, podendo ser: de cima para baixo (*plongée*), de baixo para cima (*contraplongée*), de frente, de costas, inclinado etc.

Outro aspecto trata da duração dos planos, variando de *plano-relâmpago* (que demora poucos segundos na visão do telespectador e é percebido subliminarmente; ao *plano longo*, perdura durante muitos minutos. Quando essa duração fica além da média, esse plano excessivamente longo é chamado de *plano-sequência*. Para Brito, “uma tipologia completa do plano é inviável, pois existe um número incontável de fatores que complicam a sua configuração e que dependem tanto do papel da câmera como do material filmado” (1995, p.212).

Segundo Rodrigues (2002), o filme é formado por milhares de fotografias, chamadas de fotograma. O movimento ocorre porque, a cada segundo de imagem, 24 fotogramas são projetados dando essa sensação. Sob a ótica do autor, isso acontece devido a uma particularidade do olho humano que não consegue distinguir cada imagem separadamente, a chamada visão persistente. Essa visão persistente se refere ao que os olhos vêem ao observar um objeto iluminado por uma luz brilhante, a imagem fica na retina por décimos de segundos após a luz desaparecer. Rodrigues explica que no olhar “cada imagem do fotograma não desaparece até que o próximo fotograma apareça” (2002, p.14).

O roteiro também é importante elemento da linguagem cinematográfica. Segundo Brito (1995), ele serve para guiar a feitura do filme e, por isso, o roteiro ‘é mais do que a escrita (o desenvolvimento do argumento), ou seja, contém todas as indicações técnicas que correspondem à filmagem, sendo percebido somente enquanto estrutura narrativa. O autor

considera ainda o papel fundamental da música para a interpretação da linguagem cinematográfica, sendo ela de dois tipos: a música-paráfrase que vem do conteúdo e das linguagens visuais e a música-ambientalização, que se incorpora à significação.

Rodrigues afirma que é a “trilha, composta de diálogos, música, ruídos e efeitos sonoros, que torna o filme cada vez mais próximo da realidade, utilizando às vezes dezenas de bandas sonoras” (2002, p.15).

A construção dessa linguagem cinematográfica inspirou várias teorias que propunham diferentes leituras e criação. No cinema, por exemplo, duas principais teorias que tentaram conceituar aquilo que seria essencial à arte cinematográfica, ou seja, aquilo que influencia sobremaneira a recepção por parte do telespectador, são a saber: a *teoria da montagem* do russo Sergei Eisenstein e o conceito de *realismo* ontológico do francês André Bazin. Para o primeiro, o sentido do cinema se produziria a partir de um confronto dialético de plano a plano. Portanto, diz respeito à expressão da arte *filmica* que depende da conjugação de planos antagônicos que tem suas raízes no sentido de invenção de Méliès (conceberam o cinema para emocionar as pessoas, exploravam o aparelho com técnicas capazes de superar a impressão da realidade, criando mundos fantásticos).

Do ponto de vista de Brito, a linguagem “filmica, tem caráter fundamentalmente semiótico, no sentido em que arranca do filme a sua significação a partir do que o espectador vê, compreende e interpreta no espaço específico da tela” (1995, p.183).

Por outro lado, diz o autor que a essência da linguagem cinematográfica do francês André Bazin, reside na fotogenia do real e vem do realismo dos irmãos Lumière, “do mesmo modo que a noção do russo Eisenstein de que a expressão da arte filmica depende da conjugação de planos antagônicos, têm as suas raízes no sentido de invenção de Méliès” (idem,p.211).

Assim, para desvendar o quebra-cabeça que lhe é posto, “o espectador faz uso de sua familiaridade com as convenções da linguagem cinematográfica: pensa nos filmes do gênero que já viu e, inconscientemente ou não, os associa com o que está vendo agora” (1995, p.185). A esse fenômeno semiótico o autor chamou de prospecção, que equivale ao fato de fornecer ou esconder informação diegética, gerando um conhecimento hipotético, provisório e precário, podendo ou não vir a se confirmar ao longo da narrativa. O contrário se dá no fenômeno da retroação, que funciona como “uma espécie de confirmação da narrativa de todas as hipóteses levantadas pelos esforços de compreensão do espectador, ou seja, ele confirma ou nega o que foi mostrado” (BRITO, 1995, p.186). De acordo com o autor, na prática, o cinema sempre, ou quase sempre, se inspirou no modelo de Bazin e Eisenstein.

A especificidade do cinema revela uma linguagem cinematográfica que hoje está longe de ser considerada automática e passiva, pois há espaços a ser preenchidos pela imaginação de cada um de acordo com seu inconsciente. É o espaço não mostrado na tela que se configura como um conceito fundamental da linguagem do cinema, chamado por seu criador Étienne Sourieu (teórico francês) de diegese. Brito entende ser esse espaço “tudo o que integra a estória que o filme conta, inclusive aquilo que a câmera não mostra, mas que se sabe ficcionalmente existente” (idem, p.194).

Interessa-nos lembrar ainda que, o fato de fornecer ou sonegar informação diegética, está presente nos modelos de cinema, sendo que no clássico mais convencional acontece assim: na abertura do filme, “o espectador não sabe de nada, no desenvolvimento ele fica sabendo alguma coisa; e no desenlace ele sabe tudo” (BRITO, 1995, p.194). No modelo de cinema europeu, a sonegação prevalece sobre o fornecimento da informação diegética, ou seja, o filme, normalmente é concluído com um grande mistério, em vez de um esclarecimento. Segundo Brito (1995), o cinema clássico é aquele convencional que Hollywood produziu, e portanto, tem como princípio ser comunicável (o espectador não faz esforço para decodificá-lo), previsível (o espectador sabe como vai terminar), e fechado (o espectador é levado a concluir o fechamento, que passa a ser o mesmo para todos). Ou seja, são filmes em que o espectador não faz qualquer esforço para decodificar.

O cinema europeu, também conhecido por cinema de arte, se configura na ruptura, sonegando mais que fornecendo informação. Ele se caracteriza por ser contrário ao clássico, pois é incomunicável (dificulta a comunicação), imprevisível (o espectador nunca sabe como vai terminar), e aberto (não há um sentido óbvio, o espectador é que interpreta à sua maneira e atribui sentido como lhe convier).

Em resumo, Brito (1995) entende que a dicotomia entre o realismo dos Lumière e a fantasia de Méliés marcou o desenvolvimento da arte cinematográfica, e o confronto das duas propostas acopladas aos elementos de diegese e discurso contribuem para o entendimento dessa linguagem nos dias de hoje.

3.3.2 Televisão

A televisão se baseou nas experiências da linguagem cinematográfica para se constituir. Neste sentido, Rodrigues (2002, p.15) entende por linguagem cinematográfica “os termos técnicos usados pelos que trabalham em cinema e TV, de forma que possam obter uma uniformidade de comunicação”.

Para Ferrés, esses dois meios (televisão e cinema), “permitem erguer uma ponte entre o mundo interior da mente inconsciente e o mundo exterior da consciência” (1998, p.274). Nas mensagens da TV, os movimentos de câmera e ritmo na sucessão dos planos são cada vez mais trepidantes. No dizer do autor, isso significa que a imagem acaba desenvolvendo novas habilidades ligadas à intuição, à concretização e à síntese. Contudo, a imagem não trabalha o raciocínio como no caso da leitura, ao contrário, ela sintetiza a sugestão, a emoção, a intuição. A montagem das imagens (edição), o *zoom*, o *replay* representam formas de manipulação do espaço e do tempo.

Ferrés entende que saímos de um tempo linear, cartesiano, da leitura, “no qual há um momento para cada coisa, ao tempo policrônico, disperso, descontínuo, feito de simultaneidades” (1998, p.261). Na mesma linha de pensamento Huston sustenta que, “pelo poder de síntese e diversificação contínua de assuntos, a televisão acelerou o processo de narrar histórias utilizando-se das imagens, dos sons e do texto” (HUSTON apud SQUIRRA, 1993, p.96).

Além disso, a prática do *zapping* (o uso do controle remoto) proporcionou uma mensagem televisiva fragmentada, em que se passa de um canal para outro, à procura do que interessa ou atrai. Para Moles, essa cultura fragmentada leva as pessoas a interpretar a vida do mesmo modo, “é que se produz, como por osmose, uma interação entre uma ideologia e um comportamento, entre um estilo de vida e um sistema de valores” (MOLES apud FERRÉS 1998, p.264).

Outra leitura que se pode fazer da linguagem televisiva, diz respeito aos efeitos desapercibidos da televisão, que têm a ver com a própria essência do meio. Para Ferrés (1998), parece que a televisão, por ser um meio de representação icônica, tem a tendência de valorizar as pessoas, uma maneira de falsificar a verdade dando mais preferência ao parecer do que ao ser. Ou seja, a própria essência do meio faz com que o espectador receba sinais que lhe são gratificantes em si mesmos e que provocam uma interpretação automática, imediata,

sem muito esforço. Isto está ligado à percepção que temos da realidade que, por sua vez, está ligada ao caráter cultural e emotivo dos quais não temos consciência.

Casasús defende que a imagem televisiva aumenta seu poder de comunicação pelos acréscimos do que chamou de “recursos plásticos de apresentação” (CASASÚS apud SQUIRRA, 1993, p.98). O autor especifica, por exemplo, o caso da televisão no que se refere ao telejornal em que “podemos observar a presença de várias séries informacionais paralelas e simultâneas: a série visual icônica (a ‘imagem da imagem’), a visual lingüística (os títulos dos programas e letreiros, isto é, ‘as imagens de não-imagens’), a sonora (a música e barulhos), a sonora lingüística (a voz dos apresentadores, narradores, entrevistados) e a visual paralingüística (os efeitos visuais)” (idem, p.99).

Assim, a televisão influencia no processo de construção e de reelaboração dos esquemas cultural e emotivo, fechando desse modo “um círculo que vai do desejo à percepção, da percepção ao desejo e deste à liberdade” (idem, p.32). Daí, Bordenave (2001) postula que o telespectador pensa ver na tela a realidade, mas vê senão uma construção da realidade, que tem por trás um conjunto de características dos meios como o espaço e o tempo disponíveis, os cortes, os primeiros planos, os efeitos de luz e som, etc.

Para Martín-Barbero, o rádio manteve os ritmos, os sotaques, os tons do idioma nacional enquanto a televisão leva à erradicação das entonações regionais. “E com sua obsessão pelo que é atual, ou melhor, pela atualidade, a televisão suplantará as temporalidades e os ritmos num discurso que procura tornar tudo contemporâneo. Claro que também a ela se deve a modernização das massas marginalizadas ou atrasadas” (1997, p.268).

Para Thompson (2001), a TV assume papel decisivo no aspecto social como extensão dos sentidos do homem, já que a comunicação é entendida como produção social de sentido, sendo ele construído a partir do contexto sócio-econômico e histórico. Em seu livro *Mídia e a modernidade*, Thompson (2001) analisa esta questão apontando a necessária reciprocidade que deve haver entre mensagem e intérpretes. Isso significa que “quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico” (BORDENAVE, 2001, p.29).

Ainda hoje, o papel da TV como meio de aprendizagem é questionado pelos estudiosos da mídia e da educação. Não são poucas as críticas sobre a verdadeira intenção de quem detém o poder da mídia, seja pelo demasiado interesse econômico ou político.²⁰

Por outro lado, algumas emissoras estão preocupadas em prestar um serviço educativo, contribuindo para a formação do conhecimento da sociedade. No caso do Brasil, Magaldi (apud FISCHER), cita exemplos de emissoras com potencial educativo tanto públicas como estatais, sendo “a TV Cultura de São Paulo, a TVE do Rio de Janeiro e demais TVs educativas regionais (...) o canal Futura apresenta-se como “o canal do conhecimento” (...) Cabe destaque, ainda, ao STV - Rede SESC/SENAC de Televisão” (2001, p.111-112). A produção de sentidos provocadas por essas emissoras têm contribuído no processo educacional tanto de cunho formal como informal (da sociedade em geral). É isso que nos lembra Martín-Barbero quando diz “que até mesmo a aprendizagem de todos hoje passa pela TV: publicidade, vídeo clipes de música que mostram, por exemplo, o que se está fazendo de mais avançado com o computador. A comunicação é produção social de sentido, de prazer, de estética, de cidadania. Por meio da TV, temos acesso em escala mundial, a todo o tipo de informação.. Essas informações passam a ser o que conhecemos do mundo” (1998, p.34).

Neste sentido, Dizard (2000) afirma que a TV digital do futuro associada à Internet é “a mais revolucionária conquista da interação das mídias” (p.28-29). É denominada de televisão de alta definição (*high-definition-television-HDTV*). Para o autor, constitui-se num sistema digital de qualidade de vídeo superior aos aparelhos de padrão analógicos que estão no mercado e são utilizados há mais de cinquenta anos. Dizard diz que a Internet que antes só podia distribuir dados impressos e algumas informações gráficas, se constitui em redes capaz de lidar com uma ampla variedade de dados, desde vídeo, voz e texto.

Para Moran et al. (2000), o acesso às redes eletrônicas estimula a busca da informação desejada. Ocorre que a avidez por respostas rápidas leva-nos a conclusões previsíveis e ao não aprofundamento das respostas. De maneira que, para o autor, ainda que a nossa visão seja de receber tudo pronto, a TV do futuro será mais interativa, e o grande desafio será o de como interagir com as tecnologias.

²⁰ Bordenave (2001) diz que em alguns países assim como no Brasil, políticos mantêm suas emissoras de TV e rádio. Com os meios de comunicação nas mãos eles exercem grande influência na auto-promoção a cargos políticos ou elegendo outras pessoas comprometidas com seus interesses econômicos.

3.4 O Vídeo na Extensão Rural

O surgimento do “video tape”, na década de 1960, trouxe transformações importantes para a comunicação, especificamente uma maior diversificação de programas de televisão e também uma redução de custos pertinentes à TV.

Segundo Armes (1999), o vídeo difere da televisão, fundamentalmente porque esta apresenta planilhas de horários para transmissão básica de programas. Portanto, há distinção entre a produção de televisão e a produção de vídeo, mesmo que ambos sejam gravados no mesmo material.

Para o autor, o vídeo pode ser definido como “um meio de gravação eletromagnética que consiste em obras individualizadas - as fitas - exatamente da mesma maneira que os meios do século XIX abrangiam fotografias, filmes e discos específicos”. (ARMES, 1999, p.74).

Assim, com a facilidade de produzir e de transmitir mensagens, o vídeo chegou ao mercado, sendo objeto de desejo de muitos consumidores interessados em produzir e registrar suas próprias imagens.

Para Braga e Kunsch os meios e audiovisuais são particularmente indicados para a comunicação rural por diversas razões. Uma delas é que “a cultura rural é eminentemente oral e outra, o fato de que as imagens atraem e mantêm a atenção de maneira poderosa” (1993, p.80).

A evolução no campo da comunicação rural, como técnica capaz de motivar e até mesmo de provocar a adoção de novas tecnologias agrícolas, teve seu início nas décadas de 1950 e 1960. Baseada no binômio Comunicação e Desenvolvimento foi considerada por estudiosos uma importante variável no processo de modernização da sociedade, sobretudo a rural. Segundo Silveira, “acreditava-se que uma maior disponibilidade de meios e de mensagens pedagogicamente trabalhados e dirigidos aos agricultores poderia contribuir significativamente para estimular, melhorar e diversificar as lides agrícolas, promovendo a modernização do campo” (1998, p.37).

Neste sentido, Pinotti (1999), ressalta o papel do vídeo como um meio eficaz na difusão de tecnologias agrícolas. Em seu trabalho sobre a “eficácia do vídeo no processo de extensão rural”, aponta algumas características básicas desse meio:

- a) O vídeo é um dos meios mais eficazes no processo de ensino/aprendizagem principalmente por conter imagens em movimento. Este aspecto o caracteriza como instrumento que mais se aproxima da realidade. É um “facilitador” pois dá um efeito de uma já dada realidade, preenchendo a construção no lugar do telespectador.
- b) O homem é um ser simbólico e, portanto, as imagens (mito) estão muito próximas dele.
- c) Diferentes estratégias para produção e utilização do vídeo permitem assisti-lo em etapas intercaladas com debates sobre o assunto, facilitando a compreensão e fixação do conteúdo.
- d) O uso de material complementar sobre o assunto apresentado, quando bem utilizado auxilia na fixação do conteúdo repassado pelo vídeo.
- e) O vídeo educativo apresenta características próprias, diferentes da televisão que abrange várias camadas da sociedade com conteúdo e formato da mensagem homogeneizados. Normalmente, o vídeo educativo é usado em canal fechado, com mensagem específica para um público definido dentro de seu contexto sócio-cultural econômico.
- f) A mensagem que se quer transmitir deve ser adequada para o meio, já que o vídeo não é apropriado para certos tipos de conteúdos como tabelas, por exemplo.
- g) O técnico/educador precisa dominar o meio, conhecer suas potencialidades e saber como utilizá-la adequadamente. Normalmente, os educadores rejeitam o auxílio por não conhecê-lo o suficiente.
- h) Uma das formas do meio ter poder de motivação junto ao público é a de haver uma identificação entre os personagens do vídeo e o público que está assistindo. Devem ser pessoas como eles, aí aumenta-se a credibilidade.

Os aspectos citados se referem a uma experiência no uso do vídeo, pela Epagri, em Santa Catarina, que remonta a três décadas.

De acordo com Pinotti (1999), a Epagri (1956), que possui uma larga experiência em comunicação rural, deu os primeiros passos no uso da televisão em 1975, numa interação com

a TV-Coligadas de Blumenau. Mas, foi a partir de 1980 que a atividade agropecuária catarinense passou a ser mais conhecida no estado. Isso graças a um projeto pioneiro no Brasil, o de distribuição de equipamentos para produção em centros de materiais educativos em vídeo. Dos cinco projetos previstos nacionalmente, a Epagri foi contemplada com um, criando seu setor de vídeo formado por uma linha completa de equipamentos para produção e edição. Depois veio a seleção e contratação de profissionais, e posterior capacitação.

Assim, em 1981, numa parceria entre a Epagri e a Rede Brasil Sul de Comunicações/RBS-TV, teve início o primeiro programa direcionado à valorização do homem do campo, o então, e atual “Campo & Lavoura”. A Epagri, com suas equipes de vídeo, produzia as reportagens e as transmitia através da TV. Essa parceria se consolidou com outras emissoras e, atualmente, a empresa possui mais dois outros programas²¹, sendo o “Domingo no Campo, veiculado pela SBT - Sistema Brasileiro de Televisão e, o “De Olho na Terra”, transmitido pela na REDE TV SUL.

Recentemente, (16 de março de 2004), a Epagri colocou no ar o programa TV SC Agricultura, produzido pela empresa e transmitido uma vez por semana (terças-feiras) com duração de 30 minutos, via canais 13, 17 ou 19 da parabólica. Agora, via satélite a Epagri vai atingir um grande número de agricultores que possuem antenas parabólicas. Estima-se que no meio rural catarinense 90% das propriedades rurais têm parabólicas. Apesar de ser a maneira que encontraram para ver televisão, pois não conseguem com a antena comum, os agricultores acabavam não assistindo à programação regional, somente nacional.

Concomitante ao uso da televisão, que divulga e motiva o público para a adoção de tecnologias, produzem-se ainda vídeos como auxílio audiovisual para serem usados pelos técnicos em reuniões técnico-educativas. Portanto, na extensão rural, o vídeo apresenta maior especificidade do que a reportagem. Ele pode ser usado para capacitar famílias e técnicos, ensinar a fazer aplicar uma tecnologia (passo a passo) ou auxiliar na motivação para mudança de comportamento (visando à adoção de tecnologias pelo agricultor e pescador) do público-alvo.

Hoje, o acervo²² em vídeo da Epagri, é formado por mais de 3 mil títulos, sendo resultado da demanda de prioridades e necessidades dos programas e projetos da empresa e, também, dá mostra das curiosidades e invenções do meio rural e pesqueiro.

²¹ Vale destacar que a Epagri produz, edita e grava o programa no seu estúdio, integrando a fita para emissoras. Existem, ainda, diversas parcerias com emissoras comunitárias, de canal a cabo, e até interestadual (PINOTTI, 1999).

²² Esse acervo é disponibilizado pela Epagri à sociedade em geral.(instituições e entidades agrícolas, escolas e universidades, pessoas iniciantes etc).

4 DESCRIÇÃO DAS ANÁLISES DOS VÍDEOS

4.1 Introdução

Perceber os sentidos de “*microbacias*”, a partir do sujeito agricultor inscrito no discurso rural é um desafio colocado com base em um tipo específico de texto, que é o vídeo. Pensando-se em linguagem como processo, noção adotada pela teoria da análise de discurso, o texto nesta perspectiva passa a ser considerado, de acordo com Orlandi, como uma “unidade complexa de significação” (2003, p.159). De modo que se entende o texto enquanto lugar de constituição de identidade, pois são efeitos de sentidos “negociados” entre os interlocutores. Em outras palavras, citando Mariani (1999, p.106), “os sentidos não estão presos ao texto, nem emanam do sujeito que lê, ao contrário eles resultam de um processo de interação texto/leitor” que se constituem pela sua historicidade.

Temos, então, diferentes espécies de textos que, entende Orlandi, não serem necessariamente um conjunto de frases, nem uma palavra, pode ser uma letra, uma pintura, etc. Portanto, seguindo a orientação teórica da autora “as palavras não significam em si. O texto é que significa” (ORLANDI, 2002, p.52). Dito de outra forma, o texto para AD é compreendido como um objeto histórico e, portanto como discurso. É neste sentido que se dá sua significação, isto é, a medida em que estiver inscrito em condições sócio-históricas.

Daí a presente tarefa como analista é a de, através de uma cena enunciativa,²³ enveredar na busca de dizeres não aparentes, mas presentes no texto, já que eles significam o tempo todo.

²³ Para Guimarães (2002, p.23) uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dada, às relações entre as figuras de enunciação e às formas lingüísticas. Podemos entendê-la como espaço constituído pelos dizeres e não como pessoas donas de seu dizer .

Para Mussalim, o sentido vai sendo “determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre as formações discursivas que compõem o interdiscurso” (2001, p.132).

Assim, Orlandi entende que à AD cabe o trabalho de compreender, ou seja, de mostrar como o texto produz sentidos, através da identificação de gestos de interpretação que constituem os sentidos (o sujeito e suas posições).

Nesse percurso de análise tentaremos responder às seguintes questões:

Que sentidos os agricultores atribuem ao trabalho de microbacias?

Esses sentidos diferem do ponto de vista dos técnicos da Epagri sobre o tema?

É com base nos dispositivos teóricos já mencionados, através das noções de discurso, texto, ideologias (item, 2.2.3), sujeito, posição sujeito, formação discursiva, interdiscurso, pré-construído (item 2.2.4), além de outros como: memória discursiva, intradiscurso, heterogeneidade, autoria (item 2.2.5) que fundamenta-se esta análise.

Na tentativa de tornar a análise dos vídeos mais clara e objetiva, optou-se por utilizar neste trabalho descritivo, partes dos vídeos (imagem e som) intercalados com a fundamentação teórica escrita. Assim, toda vez que aparecer uma citação do tipo *vide vídeo em anexo, parte 1* (e assim sucessivamente), isto significa que estarão disponibilizados, na dissertação, em CD, arquivos com trechos de imagem e som.

4.2 Considerações sobre o contexto do vídeo “Microbacias: nossa visão”

O vídeo “Microbacias: nossa visão”, foi produzido por um grupo de 12 agricultores²⁴ (sendo que três são agricultoras) da comunidade de Ribeirão das Pedras, município de Agrolândia, localizado no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Esta comunidade foi escolhida por ter sido a pioneira no desenvolvimento do Projeto Microbacias I. É importante ressaltar que esse trabalho, em Ribeirão das Pedras, consistiu na assistência técnica às famílias dos agricultores em conservação do solo e da água, e foi realizado ao longo de mais de 10

²⁴ Num levantamento realizado com os agricultores participantes constatou-se que o nível de escolaridade é de: 80 % completaram a 4 série, e apenas 1 concluiu o segundo grau. E ainda, 80% tem entre 50 a 60 anos, 3 acima

anos. Durante esse período os agricultores receberam aproximadamente 150 excursões²⁵ de técnicos e agricultores do país e do exterior. Uma curiosidade é que esse grupo de agricultores pode ser considerado testemunha²⁶ viva desse trabalho, pois suas propriedades chegaram a alcançar os padrões exigidos no projeto Microbacias I. De modo que eles optaram em realizar o vídeo como registro de suas próprias experiências, já que todos os participantes (entrevistadores e entrevistados) fazem parte do grupo.

Assim, o material tomado como referência, ou seja, o *corpus* para análise é o vídeo “Microbacias: nossa visão”, produzido pelos agricultores de Agrolândia, expressando o ponto de vista sobre o projeto Microbacias vivenciado na comunidade. Para tal, o grupo de agricultores recebeu capacitação para produzir um vídeo. Incluiu-se, ainda, como *corpus* desse trabalho, um outro vídeo que se constitui no *making of* (da produção do Microbacias: nossa visão), por apresentar marcas discursivas que contribuem para esta análise. *O making of* foi produzido inicialmente com o objetivo de proporcionar aos agricultores a possibilidade de verem a si próprios.

As produções desenvolvidas nesta pesquisa, e aqui analisadas, serão comparadas com um vídeo institucional, desenvolvido em outra ocasião pelos técnicos e comunicólogos da “Epagri” sobre o mesmo tema.

O interesse é a observação comparativa das posições dos sujeitos inscritos em diferentes formações discursivas a partir das quais o sentido se produz em um e em outro caso.

A necessidade de delimitação do texto²⁷, aqui compreendido pelo conjunto dos vídeos, leva a focalizar enunciados tanto textuais, orais, como imagéticos.

4.3 Análise do vídeo dos agricultores

de 60 anos, 1 até 25 anos e 2 na faixa dos 30 anos. Quanto à mídia, verificamos que 100% possui aparelho de rádio e televisão em casa e apenas 3 lêem jornais, revistas e outros.

²⁵ Isso porque as propriedades se tornaram modelo no uso das práticas conservacionistas, apresentando bons resultados no uso dessas tecnologias ainda que inéditas (no sentido de uso sistemático) não só em Santa Catarina, como no Brasil e até no exterior.

²⁶ No livro “Impactos econômicos, sociais e ambientais em duas microbacias hidrográficas em Santa Catarina”, escrito por Valdemar H. de Freitas (1997), engenheiro agrônomo da Epagri estão descritas todas as particularidades que levaram ao desenvolvimento do projeto de Microbacia I na comunidade.

²⁷ Para Guimarães (2002, p.160) texto é percebido como um espaço, mas um espaço simbólico, não é fechado em si mesmo: tem relação com o contexto e com os outros textos.

Nesta perspectiva, analisando o *corpus*, isto é, os vídeos em si (com imagem, grafia, som, fala), podem-se apreender diferentes posições sujeito, a saber: a posição sujeito do discurso midiático, que tem a ver com uma formação discursiva (FD) específica, ou seja, a da mídia/TV²⁸; a posição sujeito discurso técnico/(Epagri), que aparece determinada pela FD técnico-científica, assumindo conhecimentos específicos e ainda uma posição de sujeito professor determinado por uma FD de natureza pedagógica que, dessa posição, ensina, repassa um conhecimento.

4.3.1 Primeira Formação Discursiva

Inicia-se a observação pela posição que o sujeito ocupa mais própria do discurso da mídia, sendo percebida em vários momentos do vídeo. O primeiro elemento próprio desse discurso está marcado no tratamento dado ao texto, que se mostra bem estruturado de acordo com a norma culta, e também às imagens que são apresentadas na forma do *flash back*. Esse é um recurso típico desse discurso.

“Em 1984, quando o estado sofreu a conseqüência de duas grandes enchentes, isso levou autoridades, técnicos, a comunidade a se preocupar com o manejo e conservação do solo e água. A estratégia era aumentar a cobertura vegetal e controlar o escoamento superficial e melhorar a estrutura física do solo”.

Além do texto escrito, há referência também às imagens que cobrem o enunciado acima, pois são imagens de arquivo relativas a enchentes ocorridas no estado e outras sobre cobertura do solo e plantio direto. Vale destacar que, no período da produção do vídeo, essas cenas não podiam ser gravadas já que as situações mencionadas não existiam. Os agricultores pediram essas imagens ao arquivo da Epagri.

Vide vídeo em anexo, parte 1.

²⁸ Em um levantamento feito com os agricultores sobre os meios de que dispunham e utilizam com frequência, a TV aparece em 100 % dos questionários, sendo portanto, constitutiva do imaginário desse sujeito. (aplicado por esta pesquisadora no início da oficina de vídeo para agricultores, em 16 de setembro de 2003).

Em análise do discurso, toda interpretação compõe-se do que é dito e do que não é dito. O não-dito é da ordem do interdiscurso na forma de um pré-construído. Neste caso o pré-construído vem diretamente de um outro lugar e de um outro tempo no qual o agricultor foi dito e significado. Não se trata, portanto, de um sentido originado da sua posição, mas torna-se agora seu próprio lugar na medida em que ele o assume como parte da sua própria história, aqui contada por ele mesmo.

Nesta perspectiva, Orlandi trata da questão do silêncio, considerando-o não como ausência de sons ou palavra, mas denominando-o de silêncio fundador, aquele que é princípio de toda significação” (2002, p.70). Complementando seu dizer, cita de J. de Bourbon Busset, quando o autor diz que “o silêncio não é ausência de palavras, ele é o que há entre as palavras, entre as notas musicais, entre as linhas, entre os astros, entre os seres” (idem, p.70).

Assim, Orlandi propõe a política do silêncio, que tem duas formas de existência: o silêncio como constitutivo²⁹ do processo de significação e o silêncio local, que se relaciona à interdição do dizer (censura). De tal modo que o agricultor, ao se posicionar no papel da mídia/TV, esquece os sentidos outros que caracterizam seu pensar como homem do campo (pode-se imaginar por exemplo, o fato de se abster de falar dificuldades, prejuízos que porventura tiveram), sentidos que poderiam significar em “outra” FD, colocando assim em “funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer” (ORLANDI, 2002, p.76). Ou seja, ele pode dizer do lugar onde está e dessa forma exercer esse poder que a posição lhe confere, o poder de ser reconhecido. E é necessário salientar que só ele pode dizer desse lugar.

Outras marcas que mostram o agricultor nesta FD consistem no papel de entrevistador/entrevistado, sendo uma estratégia conhecida da mídia. Os enunciados das perguntas dos entrevistadores marcam fortemente os sentidos constitutivos pela mídia/TV, neste caso, especificamente, os programas direcionados ao público rural que usam a nomeação das pessoas (entrevistados) como um elemento de aproximação com telespectador, conforme nos mostram os enunciados:

“Nós estamos aqui na propriedade do senhor Valentino Schmidt”;

“E, gostaríamos de saber do seu Valdir um pouco sobre o plantio direto, né...”.

“Bom, nós estamos aqui na propriedade do seu Arno. Nós gostaríamos de saber dele, na opinião dele, se ele acha que vale a pena reflorestar, seu Arno”.

²⁹ Parafraseando Orlandi, Guimarães (1995, p.68) diz que o “silêncio constitutivo produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”, produzindo algo como o anti-implícito, ou seja, um não-dito necessariamente excluído. Este silêncio determina o que fica fora para se poder significar.

“Estamos aqui na propriedade de seu Jonas Will, ele é morador do Ribeirão das Pedras, né. Gostaríamos de saber dele um pouco sobre o meio ambiente e a pergunta para ele seria: O que levou Jonas, você a reflorestar margens de rios e nascentes?”

Podem relacionar-se ainda algumas marcas desse sujeito afetado pela mídia/TV, como por exemplo: o uso do microfone de mão nas entrevistas; o planejamento e seleção dos conteúdos a serem abordados no vídeo; a correta postura e posição do entrevistador e entrevistado facilitando o enquadramento do cinegrafista; a gravação de imagens adotando tipos diferentes de planos; as seqüências de entrevistas e textos (off) na montagem (edição) do vídeo; o uso do *insert*³⁰ para mostrar o objeto ao qual o entrevistado se refere, além de outros aspectos que marcam a presença da mídia no discurso do agricultor.

Vide vídeo em anexo, parte II.

4.3.2 Segunda Formação Discursiva

O segundo momento da nossa observação recai sobre uma posição do sujeito mais própria de um discurso técnico (Epagri). Exemplos de enunciados que trazem esta marca discursiva:

“A estratégia era aumentar a cobertura vegetal e controlar o escoamento superficial e melhorar a estrutura física do solo. Antes do projeto os solos eram todos lavrados e em função disso ocorria muita erosão”.

“Após a implantação da microbacia teve-se uma grande preocupação em melhorar a fertilidade e produtividade com a cobertura do solo. Isso levou ao um grande crescimento nas culturas do milho, cebola e feijão. Do plantio direto dessas culturas reduziu-se 100 % da erosão”.

“Através, como já falei da silagem e, também tem o piqueteamento, né . Hoje, eu tenho na minha propriedade na faixa de 60 piquetes, que eu mudo diariamente eles”.

³⁰ Segundo Vanoye e Goliété (1994), a tecnologia do *insert* foi criada por Griffith e usada para dar uma informação importante ao espectador, normalmente caracterizada por um primeiro plano de detalhe.

Vide vídeo em anexo, parte III.

O fato de os significados de “silagem”, e também de “piqueteamento” não serem esclarecidos no texto, demonstra que o sujeito fala de um lugar que domina e que, portanto, não se faz necessário explicar os termos técnicos. Essa posição está sustentada pelo já-dito (pré-construído) na FD Técnico (Epagri). Percebemos aí, um trabalho de autoria que evidencia a presença de um interlocutor. A percepção do interlocutor aqui se dá pela acentuação do aspecto técnico do discurso, em que a terminologia serve de apoio para questão científica. Ou seja, “o significado na direção da produção da ciência é deslocado para uma terminologia que permite que a ciência circule, que se entre assim em um processo de transmissão” (GUIMARÃES, 2001, p.27).

No entanto, o interlocutor do presente vídeo se confunde com o interlocutor do vídeo desenvolvido pela Epagri. Portanto, o autor também está em uma posição ambígua, que está ligada ao modo de textualizar que se articula ao discurso técnico/científico apregoado pela Epagri, e que espera resultados da agricultura. O efeito de sentido do seu dizer é similar ao do técnico. Pode-se dizer que ele produz a sua autoria (efeito) por essa via.

Entenda-se aqui efeito-autor, o que Gallo caracteriza como sendo “o efeito do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante” (2001, p.67). Neste caso, esse confronto, ao qual se refere a autora, se dá entre a FD que caracteriza o discurso rural e a FD que caracteriza o discurso técnico, sendo que a dominância consiste na posição sujeito inscrito num discurso segundo, aqui assumido pelo agricultor, ou seja, ao falar desse lugar ele está assumindo para si o trabalho proposto pela Epagri através do projeto microbacias.

Isso explica porque alguns termos são definidos e outros não.

No enunciado referente ao dizer da agricultora Marlene Shütz, pode-se identificar o agricultor o tempo inteiro escondido atrás da informação, ou seja, apagando sua voz, para dizer na voz de outro.

Veja-se, então o enunciado:

“Olha, mudou muito porque quando nós começamos há 15 anos atrás, a gente tinha de 6 a 8 vacas, vendíamos 3 mil litros de leite ano, criávamos 2 a 3 bezerros. E, hoje, nós temos 10 a 12 vacas dando leite por ano e, vendemos 25 mil litros de leite e ainda criamos de 8 a 10 bezerros”.

Vide vídeo em anexo, parte IV.

Esse dizer matemático é próprio do discurso do técnico, que se preocupa em alcançar resultados. O agricultor aqui, em nenhum momento deixa transparecer o que ocorreu nesse período entre antes e agora. Parece que tudo se deu num lapso de tempo, como num passe de mágica, a vida se transformou, apagando assim o modo de vida durante esse período de mais de 10 anos: as dificuldades financeiras, técnicas e as condições de saúde, enfim silenciando a história do agricultor.

Existe ainda outra forma de silenciamento, que segundo Orlandi, trata-se do silêncio local, aquele que se manifesta com a interdição do dizer, isto é, a censura. É preciso dizer que a autora trabalha a questão da censura na perspectiva discursiva (materialidade lingüística e histórica). A censura pode ser compreendida como espaço de “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2002, p. 78), de maneira que ela regula o “lugar” que o sujeito pode ou não ocupar e, assim, o que não deve ser dito quando fala. Essa condição afeta a identidade do sujeito, pois busca a unidade (efeito de literalidade), ou seja, a perspectiva de um sentido uno.

No dizer da agricultora Marlene, a posição assumida no discurso técnico censura (interdita) o lugar em que a sua história de vida pudesse (devesse) ser ouvida.

Por outro lado, o sujeito para AD, nas palavras de Orlandi, é aquele que tende a ser completo, mas na sua incompletude se significa pois, ao deslocar-se em diferentes formações discursivas produz múltiplos sentidos. O sentido é sempre opaco, não é o sujeito que o faz assim. O sentido sempre pode ser outro, não é o sujeito que dá essa impressão. A esse processo de produção de linguagem a autora chama de polissemia, que é essa força capaz de deslocar o que está garantido, sedimentado, evidenciando um conflito entre o sentido já-lá e os outros sentidos possíveis. É a “tensão básica do discurso, tensão entre texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o “mesmo” e o “diferente”, entre a paráfrase³¹ e a polissemia” (ORLANDI, 2003, p.27).

No recorte feito existe todo um universo que se silencia, como no caso de:

“Na verdade, nós temos aqui uma associação de produtores muito bem estruturada, com aí na faixa de 30 associados ativos e, que a gente tem reuniões mensais. E se reúne e discute assuntos assim de interesse do grupo. Nada é individual, sempre em sentido de grupo, né”.

³¹ A paráfrase é outro processo de linguagem que Orlandi entende como repetição, isto é, “um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado” (2003,p.27).

Vide vídeo em anexo, parte V.

O silêncio aqui se percebe na referência feita à associação de produtores de peixe, ou seja, o sujeito que fala é o presidente da associação e desse lugar diz que o que se discute são assuntos de interesse do grupo *nada é individual*. Portanto, está mais uma vez censurado (interdito) pela posição do sujeito, o dizer individual. Neste caso, uma censura assumida e redobrada na direção dos interlocutores agricultores. “Nada é individual,” como se grupo não fosse composto de histórias particulares articuladas e, sim, por um imaginário asséptico trazido (aceito) de um outro lugar e tempo, de um outro discurso.

Marcas do silenciamento caracterizado pela censura também aparecem no momento da edição (montagem) do vídeo. Foram eles, no caso três agricultores, que ficaram editando o vídeo, portanto, mesmo tendo por base um planejamento prévio da edição com o grupo, estes agricultores se inscrevem numa FD mídia/TV/editor, privilegiando um dizer que mostra aspectos positivos do trabalho de microbacias na comunidade, pois é desse lugar o dizer possível, negando através da seleção de texto, imagem, o que não deve ser dito. Assim, o sujeito assume uma forma de autoria que produz um sentido de fechamento do texto, perdendo a perspectiva de que isso é só um recorte.

4.3.3 Terceira Formação Discursiva

Ainda uma terceira posição do sujeito, que se pode observar é aquela relacionada à natureza de um Discurso Pedagógico (DP) que, para Orlandi, se caracteriza como um discurso autoritário³². Nesse caso, o sujeito assume a responsabilidade de ensinar o conteúdo apreendido com os técnicos, enquanto participantes do projeto microbacias, dirigindo esses conhecimentos a um novo aluno, isto é, aos outros agricultores para os quais o vídeo foi produzido. Ou seja, as imagens que o agricultor faz de si mesmo, do seu interlocutor (outros agricultores) e do objeto de conhecimento (microbacia) estão dominadas pela imagem que ele faz do lugar do professor, aqui compreendido pelo técnico (Epagri).

³² O discurso autoritário é um dos três tipos de discursos tipografados por Orlandi (o lúdico e o polêmico são os outros dois) numa reflexão feita sobre o D.P. compreendido institucionalmente como um discurso neutro. Para a autora, ele não contempla a polissemia, pois o “agente do discurso se pretende único e oculta o referente pelo dizer” (ORLANDI, 2003, p.29).

Neste caso, verifica-se ainda que o discurso da mídia é atravessado pelo técnico, por meio do discurso da oralidade e do didatismo marcado pelo discurso pedagógico, tendo como método a explicação. Esse procedimento permite identificar o interlocutor como alguém que necessita saber, receber um conhecimento que presumidamente não tem.

Os enunciados a seguir deixam transparecer essa posição:

“E aconselho a todos que tão arando suas terras, saia fora dela, né. Não are mais. Plante seu milho, colha e deixe a cobertura com palhada de milho. Já seria um bom resultado”.

“Uns anos atrás a gente tava trabalhando realmente com uma produção baixíssima e vocês tão vendo aqui hoje, que a gente tem um melhor trato para tratar no inverno que é a silagem, né. E a gente tenta melhorar cada dia mais, cada ano mais, né. Que a gente tá esperando é isso”.

“É as vacas, que eu ia abrindo devagarzinho, todo dia um trechozinho esse ano. Então, conforme o gado vinha, ficava o esterco aqui na lavoura, como vocês vê mesmo aqui tem bastante esterco, né. Aqui oh, isso aqui fica tudo na lavoura, porque antes não era isso aqui. E todo ano a terra fica mais forte. Isso é natural, né.”.

Vide vídeo em anexo, parte VI.

4.4 Considerações sobre o contexto do Microbacias 2: construindo uma visão da qualidade no meio rural

O mesmo processo metodológico concernente à análise dos vídeos anteriores foi utilizado para entender o vídeo “Microbacias 2: construindo uma visão da qualidade no meio rural” produzido pelos técnicos da Epagri, com duração de 11 minutos e 23 segundos.

Assim, não se deve esquecer que, em uma análise, é fundamental que o analista de discurso observe como vai conduzir seu trabalho, já que “todo o texto é heterogêneo” (ORLANDI, 2001, p.59).

Para ilustrar seu dizer a autora enumera essa heterogeneidade:

- 1) Quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos: imagem, grafia, som, etc;
- 2) Quanto à natureza das linguagens: oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc;
- 3) Quanto às posições do sujeito;
- 4) Além disso, podemos trabalhar essas diferenças em termos de formações discursivas (FD) Nesse caso, temos um princípio importante que é o de que um texto não corresponde a uma só FD, dada a

heterogeneidade que o constitui, lembrando que toda FD é heterogênea em relação a si mesma (Courtine, 1982) (ORLANDI, 2001, p.59).

É importante situar ainda, que o vídeo³³ produzido pelos técnicos e comunicólogos da Epagri, teve como contexto o novo projeto Microbacias, o de número II, que foi desenvolvido levando em conta os resultados alcançados no Microbacias I. De modo que toda a concepção de vídeo foi projetada de acordo com a necessidade inicial, ou seja, a de apresentar o Microbacias II às lideranças (comunitária, municipal, estadual) e até a outros órgãos e entidades ligados à agricultura catarinense. Além disso, pela necessidade de dispor do material (vídeo) em tempo hábil, os técnicos utilizaram como recurso, para acelerar o processo de produção do mesmo, praticamente só imagens de arquivo, sendo o roteiro elaborado a partir do projeto.

4.5 Análise do vídeo produzido pelos técnicos

Ao proceder-se à análise preliminar do vídeo, logo se apreende o universo relatado e seu objetivo, especialmente pelo tratamento didático dado ao texto (vídeo). Pode-se classificá-lo a partir de três aspectos elementares: o primeiro diz respeito à estrutura em si, ou seja, o texto enquanto roteiro, apresentado de forma simétrica e, portanto, didática. O segundo aspecto se relaciona ao tempo dos verbos marcados no texto, variando entre o pretérito perfeito, presente do indicativo, pretérito imperfeito e futuro. Já o terceiro trata da presença do sujeito no texto.

Quanto a simetria do texto, pode-se dizer ainda que é uma maneira de situar o universo narrado em um tempo e em um espaço determinado. Em outras palavras, o texto se organiza de modo a apresentar o conteúdo relatado de forma seqüencial e contextualizada, sendo cada etapa marcada por vários elementos enunciativos, conforme se verá a seguir.

O primeiro recorte traz uma introdução sobre os problemas da agricultura e os contextualiza, ou seja, trata do acontecimento a partir da definição de um tempo passado. Assim, os enunciados aparecem narrados em pretérito perfeito, remetendo à idéia de que já não é mais assim, como se pode aferir em:

³³ O vídeo foi produzido em 2000, e teve seu roteiro elaborado por técnicos do projeto microbacia com auxílio de produtores de vídeo e editores da Epagri. Vale ressaltar que praticamente todas as imagens utilizadas neste vídeo foram obtidas no arquivo de imagens do setor de vídeo da empresa, onde foi editado.

“Esta política viabilizou o desenvolvimento agrícola”.

“Se este modelo contribuiu por um lado para expansão de alimentos e matérias primas, colocando o estado durante décadas como o 5º maior produtor de alimentos do Brasil. Por outro, isso não ocorreu de forma harmoniosa, nem incluiu todos os agricultores familiares”.

Outro elemento que marca a simetria, neste recorte, consiste nos *efeitos visuais* usados no texto. São usadas ilustrações como as imagens, estereotipadas, de um tempo e de um espaço superados, por exemplo, ao se apresentarem em preto e branco. Existe a música, outro efeito que acompanha o sentido do texto dessa etapa, revelado pelo ritmo de suspense e de destruição.

Vide vídeo em anexo parte I.

Além do sentido comentado acima, a música que acompanha a narrativa marca, em seguida, a separação de dois momentos distintos, o passado remoto já caracterizado e um passado mais recente que se estende ainda, em certa medida, até o presente.

Nessa segunda parte do texto, introduz-se o sentido de Microbacias I enquanto projeto de interferência no contexto narrado, com objetivos e resultados. O sentido construído para o projeto é positivo, mas contraditório, na medida em que se soma a esse sentido a apresentação das dificuldades de se viver da agricultura devido à baixa renda familiar originária do campo (cita-se aqui o argumento de que há cerca de 41 de agricultores que recebem menos que um salário mínimo).

No que se refere ao tempo verbal, percebe-se neste recorte a predominância do pretérito imperfeito, como mostram os exemplos:

*“Mas apesar disso os problemas econômicos e sociais continuaram (no sentido de *continuavam*) afetando um grande número de famílias rurais.*

“Nas avaliações finais do Microbacias I foram constatados resultados positivos na conservação do solo e da água e no aumento da produtividade das lavouras”.

Vide vídeo em anexo, parte II

Ainda no mesmo recorte, há algumas passagens que trazem uma mudança da marca verbal, isto é, alguns enunciados que são formulados no presente do indicativo, trazendo o sentido para um tempo contemporâneo.

Essas construções reforçam a idéia de que o pretérito imperfeito, que predomina nessa parte do texto, produz um efeito de sentido de uma situação passada, mas que se estende no presente.

“Sem mão-de-obra qualificada, esses os jovens agricultores encontram dificuldades de empregos aumentando ainda mais os problemas sociais nos centros urbanos.”

“A exclusão do mercado reflete esta realidade e é uma prova da diminuição da renda dos agricultores familiares”.

O interesse aqui é salientar que o sentido que é estendido para o presente, é um sentido negativo em contraste com a alternativa que se apresentará na seqüência, um sentido de justificativa.

Vide vídeo em anexo, parte III

Portanto em relação à última parte do texto em questão (vídeo), pode-se dizer que se configura por apresentar um sentido alternativo à situação apresentada. Essa alternativa envolve a execução de um outro projeto, na mesma linha de atuação, o Microbacias II. De modo mais específico, mostra-se uma abordagem geral do referido projeto Microbacias II, incluindo-se vários aspectos referentes à sua constituição, ao funcionamento e às vantagens para o pequeno agricultor, direcionando seus argumentos para sustentabilidade econômica e ambiental do meio rural.

Observa-se nesta etapa do vídeo, que o tempo verbal é predominantemente o futuro, sobretudo quando apresenta as vantagens do projeto Microbacias II produzindo o efeito de sentido de projeção do que será feito, apagando os sentidos outros que marcaram um trabalho já feito, depositando no futuro a promessa de um desenvolvimento rural sustentável (atingindo principalmente os pequenos agricultores que estão à margem do crescimento econômico e da qualidade de vida).

“O novo projeto inclui (no sentido de incluirá), ações para aumentar a renda e a vida social das comunidades rurais”.

“Na área econômica o projeto pretende criar (no sentido de criar) oportunidades de ocupação e renda”.

“Especial atenção será dada à melhoria da qualidade da água...”

“A agroecologia, reflorestamento, preservação de nascentes e o aumento da mata ciliar, são ações a serem desenvolvidas para recuperar a biodiversidade e garantir a sua preservação”.

“Um amplo programa ambiental feito através de parcerias será a base para transformar essas idéias em realidade”.

“Adequar as atividades agrícolas e introduzir novas opções de mercado serão outras ações a serem desenvolvidas para aumentar a renda das famílias rurais. A formação de redes será um dos caminhos para criar uma escala competitiva no mercado”.

“Na área social o projeto incentivará a melhoria das estruturas social, familiar e comunitária”.

Um aspecto a salientar nessa terceira etapa do vídeo é de que, embora a narrativa sinalize para coisas a acontecer, as imagens que recobrem os enunciados produzem o que se poderia dizer “um efeito de artificialidade”. Essas imagens não correspondem ao que se enuncia, ou seja, o trabalho a que se refere a narrativa não foi feito ainda, pois trata-se de perspectivas de ações a serem realizadas. No entanto, apresentam as ações como se já estivessem ocorrendo, como se já fossem legitimadas. Neste caso, configura-se uma ambigüidade, pois as imagens fecham um sentido, sentido esse que na realidade ainda deverá se constituir.

“Estas ações na área social terão como base um programa de capacitação contínua de todos os envolvidos. Para isso serão adotadas as tecnologias que promoverão a construção social do conhecimento”.

“Em cada etapa serão executados seminários, cursos, reuniões, jogos pedagógicos e excursões visando à capacitação contínua e permanente dos envolvidos no projeto. Com o comprometimento dos próprios beneficiários nos rumos seguidos pelo Microbacias II devem ser criadas as condições para um verdadeiro aprendizado do que representa a auto-gestão comunitária e do que significa a construção social do desenvolvimento rural sustentável”.

Vide vídeo em anexo, parte VI.

Em vez de o texto mobilizar para um sentido a ser construído pelos interlocutores, ele apresenta a situação já pronta, com imagens que representam tão somente uma realidade consolidada. O discurso da mídia se encarrega de produzir esse sentido, pela sua capacidade de antecipar e preencher o imaginário da sociedade (neste caso materializado nas imagens usadas que fazem parte do acervo da Epagri).

Vide vídeo em anexo, parte V.

O terceiro e último aspecto a observar com relação ao *corpus* (vídeo Epagri), trata da presença (ou não) do sujeito no texto. O que se pode aferir é que na primeira etapa do vídeo, o sujeito não é especificado e, portanto, produz-se um efeito de não-sujeito (não-autoria). A narrativa se restringe a especificar alguns fatos ocorridos e que provocaram conseqüências sócio-econômicas e ambientais no campo. Ou seja, há aí um sujeito de história, sem demarcação, como se os fatos “acontecessem” por si.

Vide vídeo em anexo, parte VI.

Por outro lado, no recorte que diz respeito ao projeto Microbacias I, identifica-se um lugar próprio de um sujeito, assumindo uma posição-sujeito governo do Estado. É desse lugar que o sujeito enuncia, numa posição de exterioridade, coincidente com a instituição “governo do Estado”, que articula “um-já-dito” em outro lugar. Pode-se dizer que o governo do Estado fala da perspectiva do discurso político que estaria garantindo, pela sua presença enquanto instituição Estado, uma certa organização da sociedade. Em relação ao interlocutor desse texto, é certo que o agricultor não poderia sê-lo, neste caso, já que ele é objeto (protagonista) do projeto Microbacias I, nesse sentido um autor dos seus sentidos. Embora o Microbacias II apresente algumas mudanças de sentido em relação ao I, para os agricultores ele apenas propõe a continuidade de um processo. No entanto, os sentidos de “microbacia” são apresentados como novos, o que nos permite perceber um outro interlocutor para o vídeo.

Observa-se então, especialmente nessa marca da última etapa do vídeo, um sujeito inscrito predominantemente em um discurso político institucional, e um desdobramento desse discurso em um discurso outro, o técnico/científico, como mostram os enunciados:

“Preocupado com esse quadro que se apresentava o estado buscou financiamento do Banco Mundial para deter o processo de degradação ambiental implantando o projeto Microbacias I”.

“Nas avaliações finais do Microbacias I foram constatados resultados positivos na conservação do solo e da água e no aumento da produtividade das lavouras”.

Vide vídeo em anexo, parte VII.

Vale ressaltar ainda que o discurso político, dominante, na produção do vídeo analisado, também aparece em alguma medida, no vídeo produzido pelos agricultores. Encontram-se aí, pontos de ancoragem dos sentidos desse discurso, materializado, por exemplo, na imagem da Prefeitura Municipal de Agrolândia, no vídeo dos agricultores, fazendo referência ao poder público como parte do sentido do processo.

No entanto, a imagem poderia ser outra, como por exemplo, uma panorâmica do município, ou ainda o mapa de Santa Catarina, apontando a localização do município. O que permite perceber, através dessa marca (imagem) que o interlocutor aqui era, preferencialmente, o governo municipal.

Ainda em relação aos sentidos que são “parafrazeados no vídeo dos agricultores” pode-se exemplificar com o depoimento do agricultor Aurima Knael, quando este se refere à associação municipal dos piscicultores. A grosso modo, é importante dizer que esse depoimento no vídeo seria dispensável, uma vez que ele não se encontra em consonância com o desenvolvimento da narrativa que compõe o roteiro, pois dá ênfase a uma situação particular, envolvendo poucos agricultores da comunidade. Quando ele diz *“nada é individual, sempre em sentido de grupo, né”*, chama a atenção para o trabalho de grupo, dirigindo o seu dizer para um interlocutor específico, no caso a Epagri, que tem nas organizações grupais um dos fundamentos do projeto Microbacias.

É importante de salientar, ainda, que na etapa que trata do projeto Microbacias I, o efeito de sentido de um não-sujeito pode ser considerado marca de um discurso da mídia, aquele que está aí, mas não precisa assinar, pois se revela por ele. Portanto, o interlocutor (leitor virtual) também é a sociedade em geral. São exemplos os enunciados:

“O projeto Microbacias teve como objetivo a preservação do solo e da água... Sem mão-de-obra qualificada estes jovens agricultores encontram dificuldades de empregos aumentando ainda mais os problemas sociais nos centros urbanos.”

No recorte final do *corpus*, o sujeito volta a marcar o enunciado. Ou seja, o sujeito assume um lugar próprio da posição-sujeito do discurso institucional, materializado no termo Santa Catarina, e dessa forma inscrito num lugar que se pode chamar de FD Microbacia. Daí, desse lugar, o sujeito ao enunciar diz:

“Diante desse quadro Santa Catarina contratou um novo financiamento junto ao banco mundial, o projeto Microbacias II”.

“Na área social, o projeto incentivará a melhoria das estruturas social, familiar e comunitária. Para isso o saneamento ambiental...”

Vide vídeo em anexo, parte VIII.

4.6 Análise do *making of* do vídeo “Microbacias: nossa visão”

A expectativa desta pesquisa era a de perceber diferenças de sentidos nos vídeos comparados, aquele feito pelos próprios agricultores, e o vídeo institucional, mas o que se percebe são mais semelhanças do que diferenças. Ambos os vídeos tendem para um mesmo modo de estrutura, e o que os diferencia basicamente é o modo de representar o sujeito da enunciação, com suas distintas identidades. Assim, conforme a análise, não se vê essa condição mais própria do agricultor senão no entremeio, no não-dito, no censurado. Por outro lado, durante o trabalho de produção, houve a iniciativa de produzir um *making of* para que o agricultor aí pudesse “se ver” (ver a si mesmo). Percebe-se, durante as análises, e por causa delas, que esse material (*making of*) se revelara como sendo o lugar de possibilidade de uma posição sujeito mais própria do agricultor.

Nessa situação enunciativa, o agricultor se revela, assumindo uma identidade específica em situações como por exemplo, a imagem do agricultor que após o almoço, ainda sentado à mesa, passa a língua em volta dos lábios, num gesto natural do seu cotidiano; o agricultor que ao se posicionar para gravação da entrevista, erra na pergunta e pede para começar de novo. Ou seja, ao agir como repórter/entrevistador não se comporta como tal, pois este fato não é compatível com o contexto em que vive (embora se devesse reconhecer que o ato de repetir uma entrevista é um procedimento admitido pela mídia, em programas

gravados); a expressão de dúvida no olhar do agricultor que aguardava ser entrevistado; o movimento de queda do cinegrafista ao filmar uma cena em movimento, demonstrando uma falta de familiaridade com relação ao equipamento e à própria função de cinegrafista; o agricultor gravando uma paisagem e uma pessoa corta a frente da câmera, interferindo na imagem gravada. Isso mostra que o agricultor não domina os conceitos da mídia, e portanto não assume essa posição, agindo à sua maneira natural, em vez de planejar a gravação, incluindo os cuidados com público presente. Essa “naturalidade, não garante a posição - sujeito agricultor, mas sim de que posição se enuncia, como se enuncia, o quê enuncia; os agricultores posaram para gravar em grupo, mas no entremeio deixaram-se revelar por seus gestos brincalhões e descontraídos e nas falas próprias de quem assume um modo de ser particular, o que pode ser visto também nas fotos que mostram os agricultores no treinamento participando de diversas atividades.

Vide vídeo em anexo, parte I.

Partindo dessa constatação de que o *making of* é o lugar em que o agricultor se reconhece enquanto tal, cabe aqui levantar uma questão:

Por que a posição agricultor não pôde se constituir em um lugar legitimado? No caso, o vídeo instituído como produto e *corpus* dessa análise?

Para esclarecer esse questionamento, focalizou-se primeiro a noção de sujeito para AD, visto não como um sujeito-em-si, mas constituído no social, na sua relação com a ideologia e a história. Essa noção envolve ainda uma outra, proposta por Authier, a de heterogeneidade enunciativa que, segundo a autora, pode ser do tipo constitutiva (sempre denegada) ou mostrada, e nesse caso marcada ou não.

No entanto, no nível discursivo, Gallo (2001) considera a heterogeneidade permanente, não sendo denegada pelo sujeito, pois ele conta com ela para fazer sentido. Deste modo, segundo a autora, trabalha-se com as noções de formação discursiva e pré-construído. Paul Henry, através do termo “pré-construído”, esclarece essa presença do outro, que não são os mesmos do campo enunciativo ou do interdiscurso. “O pré-construído é o outro do interdiscurso, circunscrito em uma região histórica e ideológica, delimitada no acontecimento do discurso” (HENRY apud GALLO, 2001, p.65). A resposta ao enunciado acima parte do princípio de que a posição possível que o agricultor pode assumir “já está lá”, ou seja, estabelecida e

legitimada pelo discurso do técnico (Epagri) e do discurso da mídia que ele apreendeu. Portanto, é desse lugar que se origina seu dizer.

Além disso, a mídia se caracteriza, em certa medida pelo discurso jornalístico, e, portanto, textos oralizados produzidos conforme as determinações discursivas próprias (a ordem) de um discurso da escrita (DE). É importante observar que o D.E. está ligado a um dizer legítimo (que nasce com os gregos, depois passa para os romanos, até o fim da dominação da Igreja no séc. XVIII), e por isso há necessidade de ser inscrito em uma FD dominante a fim de que produza o sentido “uno”, próprio da escrita. De acordo com Gallo, é dentro deste contexto que se percebe o efeito de unidade do dizer, ou seja, o efeito-autor. Esse efeito dá o sentido de fechamento (sentido de verdade) de um texto à medida que se inscreve numa FD dominante (formação ideológica).

De fato, não é um fechamento referente ao texto em si, pois não é um “fecho” e sim um efeito de fechamento. Em outras palavras, para Gallo “esse ‘fecho’ torna-se ‘fim’ por um efeito ideológico produzido pela ‘instituição’ onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer ‘único’ o que é ‘múltiplo’; ‘transparente’ o que é ambíguo” (1995, p.58).

Assim, segundo Gallo, se o texto for produzido sem levar em conta certos parâmetros, por exemplo, a norma gramatical, não produzirá um efeito de sentido “único”, ao contrário, produzirá um discurso ambíguo e inacabado, um texto do Discurso da Oralidade. Neste caso específico do texto (roteiro³⁴/vídeo) elaborado pelos agricultores, pode-se perceber, de maneira em geral, um esforço de cópia do D.E. nos traços apreendidos da Norma (ortografia, coerência, concordância), por exemplo, no primeiro texto (off-1):

“A microbacia do Ribeirão das Pedras, localizada no município de Agrolândia, no Alto Vale do Itajaí, tem uma área de 1.300 hectares, 600 metros de altitude e é composta de 52 famílias. A microbacia é formada por uma área de terra que tem um formato de uma gamela, delimitado pelos divisores de água, que nada mais são do que os pontos mais altos do terreno”.

Há que se salientar a necessidade dos agricultores em se aproximar do DE, pois, apesar de oralizado, o enunciado se baseou em um livro³⁵ escrito pelos técnicos sobre microbacias. Essa constatação da inscrição no DE, também ocorreu no caso das entrevistas.

³⁴ Os agricultores contam que o roteiro foi feito pelo grupo, isto é, em três ou quatro reuniões, cada participante deu sua sugestão do que deveria compor o roteiro, e essas anotações (poderíamos chamar de pré-roteiro) foram transcritas e adaptadas do D.O. para o D.E.

Observou-se que os entrevistadores formularam e escreveram antecipadamente os enunciados das perguntas e se valeram deles na hora da entrevista (era de praxe os entrevistadores/agricultores fazerem um exercício rápido de memorização para evitar a leitura da pergunta). Esse aspecto reforça a autoria, ou seja, para atender a expectativa de ser um entrevistador, ele assume essa posição, e é essa necessidade que o faz constituir-se em sujeito-autor. Ao se inscrever nessa posição, o agricultor isenta seus dizeres de um “certo/errado”, tornando seu dizer possível e reconhecido em um discurso jornalístico que produz o discurso da escrita (tradução ou produção), que não familiar, pois a maioria deles sequer possui o ensino fundamental.

Essas condições de produção foram determinantes para o texto produzido, ou seja, a produção de um vídeo com propósito (no caso, objetivo almejado pelos agricultores) de ser divulgado junto a outros agricultores e pela própria mídia. Daí a necessidade de haver uma “conclusão”, um fechamento que pode ser visto na última seqüência do texto (off-9), em que destacamos “*melhorando o relacionamento dentro da própria comunidade*”. Esse era um desfecho esperado³⁶, sendo este um pré-construído que “já-estava-lá” e produzia um efeito de fim.

Portanto, os agricultores, autores do vídeo, são também os protagonistas reais do trabalho de microbacias desenvolvido na comunidade, e essa aproximação entre a comunidade é uma realidade percebida através das associações lá existentes (conselho comunitário, grupo de mães, associações de suinocultores e piscicultores, associação de máquinas e equipamentos agropecuários).

A imagem da bandeira do Brasil, que aparece na mesma seqüência, também mostra um efeito de sentido de fechamento, pois ao se posicionar como autor, o agricultor que desconhecia o processo de produção de um vídeo, mostra, através da imagem da bandeira, a força das formações imaginárias (simbólico) que constituem o sujeito na linguagem e no mundo. Ou seja, a bandeira que representa a terra onde nasceram, terra essa de onde tiram o sustento, acena para um “final feliz”, aquele que permeia as histórias legítimas (sejam elas escritas ou contadas em vídeo). Com o termo “*ordem e progresso*”.³⁷

³⁵ Neste caso o livro foi o mediador para que os agricultores se aproximassem da forma escrita.

³⁶ Quer dizer, durante os vinte anos do projeto Microbacias no Ribeirão das Pedras, a comunidade recebeu inúmeras visitas, além de terem participado de reuniões e excursões que propiciaram um convívio maior entre os agricultores e inúmeras pessoas.

³⁷ Cabe aqui esclarecer que no dia programado para filmagens, os agricultores organizados com o roteiro na mão sabiam o quê e onde gravar. Contudo, uma agricultora perguntou como podia fazer para filmar a bandeira do Brasil, pois considerava uma imagem importante para ser mostrada no vídeo.

Voltando ao ponto crucial da introdução do *making of* como recorte desta análise, aí identifica-se uma posição mais própria do agricultor, numa constatação da força do interdiscurso (pré-construído) neste espaço e a dimensão radical da determinação desse poder ser sujeito (autor). De modo que não foi sem motivos que fez-se o *making of*, embora não tenha sido planejado. Pelo contrário, foi de uma posição individual, ambígua, de técnica (Epagri) e pesquisadora, que permitiu a ambigüidade na condução do trabalho, ora desejando o vídeo fechado (na posição de técnica), ora desejando, que os agricultores se vissem no vídeo (posição pesquisadora), o que explica a produção do *making of*.

Assim, em AD não há problema com a subjetividade *versus* objetividade da visão do analista, uma vez que o pesquisador não está isento, já que tem sempre uma posição de “não pesquisador” articulada em todas as instâncias do trabalho desde a escolha do tema até o recorte do *corpus*, em cada detalhe.

No entanto, essa interferência não é caótica, mas igualmente determinada pelo discurso no qual o analista se inscreve como qualquer outro sujeito analisado. Essa posição da pesquisadora faz parte e também determina o trabalho. Na presente situação, é evidenciada no tipo de relação entre analista e objeto de análise.

5 CONCLUSÃO

A hipótese inicial do trabalho era a de que se disporia de um vídeo produzido pelos agricultores diferente daquele produzido pela Epagri, porque seria produzido do ponto de vista do agricultor. O interessante é que na análise do vídeo se constatou que realmente é um vídeo diferente, mas não da maneira esperada, ou seja, o que não se deu conta na formulação da hipótese, e que a análise pôde mostrar, é que não é possível para o sujeito assumir uma posição inédita no discurso, de forma original, porque a posição está “sempre-já-lá” para ser assumida.

Portanto, o único lugar que o agricultor tinha para demonstrar seu conhecimento era o lugar que ele apreendeu, de um sujeito que um dia lhe passou o conhecimento. Esse sujeito tinha um lugar no discurso, que é o discurso do técnico (Epagri) e é essa posição que o agricultor retoma quando ele começa a repassar o conhecimento que já está apropriado, mas está apropriado a partir desse lugar, não há outro por conta do meio vídeo, que já materializa essa uma forma do conteúdo. Isso também vale para a forma que foi pedida, que é a forma midiática, que por sua vez também foi apreendida através da posição sujeito entrevistador/entrevistado de um discurso experimentado, e não há outro lugar para fazer esse sentido.

Assim, a posição sujeito agricultor, esperada na hipótese desse trabalho, não se efetiva se- não no entremeio dessas outras posições, através da *falha* e do que chamamos de silêncio, do não- dito e é nesse ponto preciso que esse vídeo marca a posição do agricultor. A posição sujeito agricultor se garante, exatamente, no acontecimento, mas não na estrutura (PÊCHEUX, 1990).

Por outro lado, na comparação do vídeo deles com o vídeo produzido pela Epagri, percebe-se que há repetição (paráfrase) do modelo relacionado ao universo relatado e até da estrutura, já que ambos se constituem por uma simetria tanto textual como estética.

No entanto, há momentos que podem ser considerados de autoria, quando no lugar de uma estrutura sem sujeito ou sujeito impessoal como é o caso do governo do Estado, aparece um “nós” ou um “a gente”. Isto marca a forma como se organiza a enunciação, em que os componentes do dizer (o eu, o tu, o ele) se apagam, dando origem ao aparecimento do plural “nós” ou “a gente”. Vê-se aqui que a memória do discurso não é apreendida no texto, e os dizeres que têm sua fonte em outros lugares, aparecem no dizer do Estado, numa dimensão em que os sentidos são mais gerais. O que significa dizer que “mesmo quando se quer dizer *apenas em outras palavras*, os sentidos já não são os mesmos quando falamos a partir de outro lugar” (PAYER, 1992,p.50).

Então, mesmo na paráfrase há uma projeção de si mesmo para o dizer do outro que passa a ser seu. Ou seja, é o momento de formação de identidade. Através da psicanálise lacaniana, o conceito de identidade do eu foi formulado a partir da noção de um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. Segundo Lacan apud Mussalim(2001), ao nascer a criança passa a se identificar espelhando-se no discurso da mãe, do pai, da família, etc. Isso se dá ao nível do inconsciente, que ele chamou de Outro. Portanto, a constituição do sujeito ocorre a partir do Outro. Contudo, a linguagem também nos fundamenta no outro (interlocutor). O sujeito se supõe ser ele mesmo por um trabalho do imaginário, do simbólico e do real. Assim, o mesmo processo que descreve a criança inscrevendo-se na linguagem, serve para todo sujeito que não cessa de inscrever-se em diferentes formações discursivas.

Portanto, o lugar do sujeito faz com que tudo mude, mesmo que a estrutura seja parafrásica. Ou seja, o fato de o agricultor assumir para si esse dizer do outro muda totalmente o sentido. Isso vale numa dimensão institucional que tem a ver com o efeito-autor (nesse movimento).

Retorna-se, então, ao problema de não ter identificado uma posição mais própria do agricultor no vídeo. Ou seja, o agricultor recorta alguns dizeres e apaga outros, configurando com isso um acontecimento, pois lembra ou esquece o passado, ou como diz Pêcheux, ele começa antes e termina depois. Segundo Guimarães, não se trata de um acontecimento como um fato no tempo carregando um passado, um futuro e um presente. O que diferencia o acontecimento é a “temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que é para além ou para aquém do efeito-autor, que seria lugar próprio do acontecimento, que tem também um futuro como latência” (GUIMARÃES, 2002, p12).

Desse modo, o que fica para ser respondido em outra pesquisa é que outros acontecimentos serão necessários para que esses agricultores fundem seu discurso, ou seja, encontrem uma forma e um tempo legítimos para “se dizerem”.

Esse discurso, enquanto estrutura e acontecimento, por ser outro, convocará como “pré-construído” sentidos outros, relacionados a uma história que não “cola” com exatidão à história do projeto Microbacias I, o que também resultará em uma projeção de um devir, descolado do projeto Microbacias II.

Finalmente, esses sujeitos serão sujeitos agricultores, diferentes daqueles aqui analisados que, por todas as razões detalhadas, são sujeitos-agricultores-do-projeto-microbacias.

Se, por um lado, não se chega à significação própria de um sujeito rural que aqui é chamado agricultor, este estudo possibilitou perceber além de uma interpretação conteudista (em que os sentidos são transparentes), pois tornou possível a compreensão do funcionamento dos discursos pelos constantes movimentos de sentido e seus entrecruzamentos revelados pelas diferentes formas como os sujeitos (agricultores e técnicos) foram se constituindo nos vídeos.

De modo que se quer retornar à questão considerada o ponto de partida para esta reflexão que é a busca pela “eficácia da mensagem” elaborada pelos técnicos e comunicólogos da Epagri para o público rural. E dizer que os mais de quarenta anos de atuação da Epagri no meio rural catarinense estão neste trabalho muito bem evidenciados, nas marcas regulares mostradas pelas posições sujeito que o agricultor em sua singularidade assumiu, ou seja, quando falava do lugar do técnico e ainda do lugar da mídia. A reprodução desses conhecimentos absorvidos pelos agricultores são prova fiel do que se poderia chamar de um processo de mediatização, que para Rogers (Teoria da Inovação) e Martín-Barbero (Teoria da Mediação) está relacionado à tradução da mensagem que recebem.

A esse respeito pode-se dizer que esse efeito de aprendizagem que se buscou e que parece estar na tônica dos discursos que o agricultor assume, sobretudo de um discurso com viés pedagógico (no sentido de didático), é também considerado por Orlandi (2003) um discurso autoritário. É por isso, segundo Orlandi, que “nós gostamos de nos reconhecer no outro. O que a gente não conhece (reconhece) incomoda, por isso é importante fazê-lo à nossa própria imagem” (2003, p.87).

Do ponto de vista discursivo, então parafraseando novamente Pêcheux, dir-se-á que o Discurso é estrutura e acontecimento. Portanto, a fundação do discurso do agricultor depende

da conjugação dessas duas dimensões em uma conjuntura social, histórica e ideológica de forma que uma legitima a outra.

O “território” em que os vídeos aqui analisados produzem sentido não é absoluto, embora seja determinante, neste caso. Esse “território” de natureza social e histórica é resultante de uma luta de forças que, por ser silenciada, produz o efeito de óbvio.

Procurou-se mostrar que essas condições de produção não são óbvias, mas materiais e políticas, portanto, possíveis de movimento e de transformação.

Como “eficácia” do processo, poder-se-ia desejar a fundação de um discurso do agricultor cujo “território” fosse deslocado de acordo com suas próprias condições de existência. Nesse caso a Epagri, enquanto representação do discurso do saber, não deixaria de ser o “outro”, interlocutor necessário, o que é diferente de permanecer como “Outro”, interdiscurso, o “sempre-já-lá” do qual não se pode lembrar para poder esquecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMES, Roy. *On vídeo: o significado do vídeo nos meios de comunicação*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Summus, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria L.Viveiros de Castro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARROS, Edgar de Vasconcelos. *Princípios de Ciências Sociais para a Extensão Rural*. Viçosa: UFV, 1994.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Lingüística*. Trad. Maria G. Novak, Maria L.Neri. 3 ed. Campinas: Pontes, 1991.

BERBERIAN, A.P.; MASSI, G.A.; GUARINELLO, A.C.(Orgs.). *Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudióloga*. São Paulo: Plexus, 2003.

BRAGA, Geraldo M., KUNSCH. (Orgs.). *Comunicação Rural: discurso e prática*. Viçosa: UFV, 1993.

BRANDÃO, H.N *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: UNICAMP, 1998.

BRITO, João Batista. *Imagens Amadas: ensaios de crítica e teoria do cinema*. São Paulo: Ateliê, 1995.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é comunicação rural*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos, 101).

_____. *Além dos Meios e Mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARREIRA, Alessandra Fernandes. Sobre a singularidade na posição de autor. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão: Unisul, v.1 n.2, p.51-60., jan./jun. 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristiano L. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CRUZ, Dulce M. *O professor midiático: a formação docente para a educação a distância no ambiente virtual da videoconferência*. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção)– Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

DIZARD JR. Wilson. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

DUCROT, Oswald, TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FELDMAN-BIANCO, Bela, LEITE ; Míriam L. Moreira (Orgs). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.

FERREIRA, Maria Cristina L. (Coord.), GODOY, Ana Boff et al. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

FERRÉS, Joan. *Televisão Subliminar: socializando através de comunicações despercebidas*. Trad. Ernani Rosa e Beatriz A Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FISCHER, Rosa Maria B. *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

FURLANETTO, Maria M. Autoria: a recusa do impossível ? In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão: UNISUL, v.1, n.2, p.9-49., jan./jun. 2001.

GALLO, Solange L. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão: UNISUL, v.1, n.2, p.61-70., jan./jun. 2001.

_____. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. Autoria no mito indígena. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristiano L. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

GALLOIS, Dominique T. Antropólogos na mídia: comentários a cerca de algumas experiências de comunicação intercultural. In: FELDMAN-BIANCO, Bela, LEITE, Míriam L. Moreira (Orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus, 1998.

GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002..

GUARESCHI, Pedrinho A.; GRISCI, Carmem L. *A fala do trabalhador*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

HRNRY, Paul. *A ferramenta quase imperfeita*. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LYONS, John. *Linguagem e Lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda W. Averbug, Clarisse S. Souza. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.

KEMP, Jerrod R., SMELLIE, Don C. *Planejamento, produção e uso de tecnologia instrucionais*. In: ___Background for ploanning, producting, and using instructional technologies. Trad. Angela Pinotti. 7. ed. New York: Harper Collins Publishers, 1994. Tradução de: Planning, producing and using instructional technologies.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964. Tradução de Understanding media: the extensions of man.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, D.NORMAND; CI, ROBIN; R. *Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa*. In: MAGALDI, Sylvia. A TV como objeto de estudo na educação: idéias e práticas. In: FISCHER, Rosa Maria B. *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MAGNANTI, Celestina. O que se faz com a linguagem verbal. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão: Unisul v.1,n.1, p.221-229, jul./dez., 2000.

MARTÍN -BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Novos regimes de visualidade e descentralizador culturais. In: *Mediatamente: televisão, cultura e educação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Ensino a Distância, 1999.

_____. REY, Germán. *Os Exercícios do Ver: Hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. Trad. Jacob Gorenter. São Paulo: SENAC, 2001.

MARTINS, Marci Fileti. *Divulgação científica e heterogeneidade discursiva*. 2003. Artigo apresentado como qualificação para obtenção do título de doutor IEL. UNICAMP.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristiano L. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MORAN, José Manuel; MASSETO, Marcos T.; BEHRESNS, Maria. A. *As novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papyrus, 2000.

MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Cristina (Orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: 2001.

NETO, Antônio Fausto, PINTO, Milton José. *Indivíduos e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Dadorim, 1996.

ORLANDI, Eni. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *As forma do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. (Org.) *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez, 1993. (Coleção passando a limpo).

_____.(Org) Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

_____. (Org.). et al. *Gestos de leitura*. da história do discurso. Trad. Bethania s.c. Mariani. Campinas: UNICAMP, 1994.

_____.*Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes*: discurso na cidade e no campo. Campinas: Cortez, 1989.

PAYER, Maria Onice. *Reprodução, confronto e deslocamentos de sentidos*: a prática discursiva da educação popular no meio rural. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1992.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. et al. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____.*O discurso*: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PFEIFFER, Cláudia C. O leitor no contexto escolar. In: ORLANDI, Eni P. *A leitura e os leitores*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PINOTTI, Angela. *A experiência da Epagri na produção de multimídias para o ensino / aprendizagem*. o caso: avaliação da eficácia do vídeo no processo de extensão rural. 1999. Monografia (Especialista em Gestão Empresarial) - Ensino Superior de Administração, Florianópolis, 1999.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio R. *Teorias da comunicação*: o pensamento e a prática da comunicação social. Campinas: Campus, 2002.

RAUEN, José Fábio. *Roteiros de Investigação Científica*. Tubarão: Unisul, 2002.

RODRIGUES, Chris. *O cinema e a produção*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

SAUSSERE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 1987.

SILVA, Marconi Oliveira. *O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem*: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SQUIRRA, Sebastião Carlos de M. *Aprender telejornalismo*: produção e técnica. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner O. Brandão. Petrópolis: Vozes, 2001.

VANOYE, Francis; GOLIÉTE, Anne. *Ensaio sobre análise fílmica*. Campinas: Papyrus, 1994.

XAVIER, Ismail. *O Discurso Cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZAMBONI, Lilian M.S. *Cientista, jornalista e divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela Z. *Signo ideológico versus interação comunicativa: o social e o ideológico nas teorias de linguagem*. In: Cadernos CEDES. Campinas: Papyrus, vol. s/n., fac. 24, 1991.

ANEXO A – Cronograma de atividades

1. Revisão bibliográfica - Elaboração projeto de pesquisa - Junho
2. Definição da amostra de agricultores - Julho
3. Planejamento e preparação de oficina de vídeo - Julho
4. Visita a técnicos e comunidade escolhida - Agosto
5. Reunião com agricultores para apresentação do projeto - Setembro
6. Revisão bibliográfica - Setembro
7. Coleta de dados - Setembro
8. Execução da oficina e produção do *making-of* - duração - aplicação de pré-teste e pós-teste
Setembro e Outubro
9. Início da tabulação dos resultados - Outubro
10. Revisão bibliográfica - Outubro
11. Início da análise comparativa - Novembro
12. Qualificação da dissertação - Novembro
13. Elaboração preliminar do texto - Dezembro
14. Revisão e redação final da dissertação - Janeiro/Fevereiro/Março
15. Entrega da versão definitiva - Abril e Maio
16. Defesa da dissertação - Junho

ANEXO B – As visitas a campo

Acordamos às 7 horas, no dia 14 de agosto, o dia das visitas. Entre uma espreguiçada e outra, pensamos estar na hora de passar para o papel o roteiro da visita que já havíamos estruturado e reestruturado várias vezes. Um breve café e o Eduardo Piazzera, engenheiro agrônomo e agente técnico de desenvolvimento da região de Rio do Sul, nos aguardava. Nosso destino era Agrolândia.

Uma oração mentalizada nos tranqüiliza quanto ao sucesso dessa primeira etapa da pesquisa. Já no escritório da Epagri de Agrolândia, trocamos algumas informações com o técnico, o engenheiro agrônomo César Lotti, e seguimos em direção ao nosso destino, a comunidade de Ribeirão das Pedras.

A suinocultura, aliada à produção de milho, leite e a piscicultura, formam a base econômica das 52 famílias que vivem na comunidade. Na programação das visitas, a primeira constava como sendo a do agricultor Balduino Passig, presidente do conselho comunitário. Por sorte, o encontramos na propriedade do agricultor Heinz Schütz, o qual seria o próximo da lista. Ele estava laçando uma vaca ao lado da esposa Marlene para vendê-la a seu Balduino. Formamos logo um pequeno grupo que conversava muito. Foi então que César disse: “*Bem pessoal, a Angela...*” Assim, aproveitamos a ocasião para introduzir o assunto, falando sobre o projeto de pesquisa de forma breve, mas firme, dando ênfase à preocupação, não só a nossa, como de outros profissionais da área, em relação à eficácia de mensagens veiculadas através das diferentes mídias e que chegam até o agricultor. “*Já houve alguma vez que vocês não entenderam tudo o que o técnico ou um vídeo por ele usado quis mostrar?*”

O agricultor Heinz não demorou para dizer: “*mesmo que não se entenda determinada coisa, também não se pergunta, se faz de entendido...*”

Expusemos a necessidade de saber deles se há compreensão ou não das mensagens, por isso a proposta da pesquisa. Todos (Balduino, Heinz e Marlene) concordaram que seria

possível realizar essa parte do projeto, que se constitui na produção de um vídeo pelos agricultores ali na comunidade. Ficou acertado que faríamos a reunião na comunidade para explicar o objetivo da pesquisa de campo, no dia 1º de setembro, quando aconteceria a reunião do Conselho Comunitário, presidido por seu Balduino.

Foi colocada a dificuldade de uma reunião em outro momento. Desse modo, ficaram programado 45 minutos para apresentação do projeto e para verificação dos interessados em participar dele. Em seguida, a reunião do conselho prosseguiria como de costume.

O agricultor Teobaldo Shaeffer também recebeu bem a idéia do projeto. Volta e meia se referia à importância do conhecimento que adquiriu com o trabalho de microbacia, principalmente com a cobertura do solo, prática usada para evitar a erosão e melhorar as condições do solo.

Em outra visita, fomos direto à lavoura onde se encontrava o agricultor Arno Maske sua esposa Olinda e o filho Loreno. Numa conversa inicial fizemos nossa exposição. Para nossa surpresa, a agricultora Olinda intercedeu dizendo: *“ser muito importante este trabalho porque tudo que vier, vem para ajudar”*. Comentou ainda que eles recebiam muitas visitas, excursões de técnicos e agricultores de outras regiões que vinham conhecer o trabalho deles (era uma propriedade modelo, isto é, seguia todas as orientações técnicas previstas no projeto microbacias). *“Que falta sinto disso”*, exclamou D. Olinda. Perguntamos *“por quê?”* – *“Ah! Só assim a gente se sentia valorizados. Nós tínhamos vontade de sempre melhorar mais e mais, retrucou seu Arno. “Agora se percebe muita acomodação, falta de estímulo na comunidade”*. A família também achou possível a realização da pesquisa na comunidade, garantindo presença na reunião.

Faltavam 10 minutos para o meio dia, quando decidimos voltar para a sede, ou seja, o centro do município. No caminho encontramos o agricultor Raufino Schütz e sua esposa na boléia de um trator. O César fez sinal e paramos todos. Falamos do objetivo das visitas recebendo aprovação.

Adiante, nova parada. César percebe que o agricultor Osni Schaeffer se encontrava no secador de milho. Fizemos a abordagem já com certo traquejo, o agricultor assentiu que era possível realizar a pesquisa lá. Marcamos o encontro para a reunião do dia 1º de setembro.

Enfim, quase 1 hora, paramos então para almoçar. Devemos confessar que durante essas visitas nos vimos refletindo se não estávamos despejando “goela abaixo” a questão do projeto de pesquisa. Talvez os agricultores tinham concordado com o projeto porque têm vínculo forte com a Epagri, representada na figura do técnico, no caso o César, que por serem lideranças, sempre receberam mais atenção da Epagri.

Temos a convicção – como extensionista, trabalhamos cinco anos na função e mais cinco na coordenação do programa de Economia Doméstica da Epagri em Lages – de que as coisas no campo funcionam principalmente pela empatia que o agricultor sente com relação ao técnico, aspecto que muitas vezes, para não dizer quase sempre, pode ser determinante na hora do agricultor adotar a tecnologia proposta. Em outras palavras, o técnico primeiramente deve ganhar a confiança do agricultor. É claro que esta é uma visão pragmática, pois a Teoria da Difusão de Inovações, do americano Everett Rogers, trabalha as categorias de pessoas que têm o perfil para adoção de uma nova tecnologia (ver Teoria da Inovação no capítulo da Comunicação e Inovação). Sobre essa questão citamos o paraguaio Bordenave, um estudioso em comunicação sobretudo rural, quando diz que a comunicação pressupõe “um processo de convergência de significados (...) a posse de algo em comum” (2001, p.21). E, portanto, ocorre ao mesmo tempo uma aproximação emocional que permite a aceitação do outro, levando à continuação do diálogo.

Retornamos nossa programação de visitas às lideranças após o almoço. O primeiro contato da tarde foi com o agricultor Valentino Schmidt. Risonho, ele nos recebeu com brincadeiras, “*sem problemas, dá para fazer*”, disse quando terminamos de abordar o assunto da visita. Despedimo-nos lembrando nosso próximo encontro na reunião já marcada.

Logo que ouviram um barulho do carro, apareceram seu Ivo Trapp e esposa e sua mãe Walburg. Estavam trabalhando na roça, nas proximidades. Um bate papo inicial, Dona Walburg comentou sobre a atividade que estavam desenvolvendo, ou seja, arrancando os pés de uma praga que havia provocado a morte de duas vacas em 24 horas. Diga-se de passagem que durante a conversa ela demonstrou-se emocionalmente abatida, já seu marido faleceu havia pouco tempo.

Novamente nos preparamos para falar da pesquisa, objetivo da visita. Seu Ivo sugere que nós deveríamos selecionar os agricultores mais afinados com a Epagri “*pois para esse tipo de coisa precisa de união, e tem uns aí que fica difícil de trabalhar*”. O César, por conhecer bem a realidade local, havia alertado sobre o problema de divisão da comunidade. Mas seu Ivo reiterava que determinássemos as pessoas da comunidade prontas a participar e inovar, pois havia muita gente ali que gostava só de criticar. Rejeitamos de pronto essa idéia, já que nosso objetivo era o de organizar um grupo de agricultores interessados em participar do projeto. Sua esposa também participou da conversa e disse ser importante esse trabalho pois “*particpei de uma reunião outro dia, mas não entendia muitas das coisas ditas pelo técnico, mas fiquei calada*”.

A próxima visita foi ao agricultor Jonas Will. Ele estava trabalhando na granja de suínos. O colega César fez brincadeira sobre Mal de Alzeisky (uma doença que atemorizou os produtores nos últimos meses, levando à morte dos animais). Risos à parte, logo introduzimos o motivo da visita pois seu Jonas não tinha todo o tempo do mundo para ficar conversando. Após nosso relato, ele assentiu ser viável o trabalho de pesquisa proposto. Pudemos então perceber que ele provavelmente seria um dos participantes, pura intuição.

Outra visita, agora para o agricultor Aurima Knaul. Ele também estava na granja de suínos vacinando os animais. Logo que o vi, lembrei que ele havia participado de uma reportagem que fizemos sobre microbacia há cinco anos. Sua propriedade foi considerada modelo no uso de práticas de conservação e recuperação do solo. Tratamos de expor o motivo da visita. Ele achou viável realizar a oficina para a produção do vídeo.

Nossa última visita foi à propriedade do Carlito Schütz que se encontrava na granja. Não queríamos interromper demais seu trabalho, por isso logo expusemos a idéia da pesquisa de campo. Enquanto isso, uma abelha picava a nuca do colega César: *“Ai, acho que fui picado por uma vespa”*, disse ele. O colega Eduardo Piazzeira conferiu: *“não foi uma vespa, está aqui o ferrão e os intestinos da abelha”*, exclamou. Seu Carlito retrucou: *“agora ela vai morrer”*. Para finalizar a conversa, o agricultor concordou com o trabalho de pesquisa na comunidade e se comprometeu a participar da reunião sobre o assunto. Fomos invadidos por uma sensação positiva que nos acenava sobre a participação dele no grupo de agricultores que produziram o vídeo.

Final de tarde, retornamos para Agrolândia. Sentados no banco de trás, percebemos que a picada da abelha havia tomado outras proporções. Um calombo se formara na nuca de César juntamente com um vermelhidão e inchaço generalizado. César disse que estava sentindo o incômodo mas que depois trataria do assunto. Por outro lado, Piazzeira ressaltou o sucesso da nossa empreitada de visitas, pois nem sempre é fácil encontrar os agricultores. Concordamos, dizendo ser um sinal positivo, nos levando a pensar que nas etapas seguintes também obteríamos sucesso.

Falamos no plural sobretudo porque, desde o início desse trabalho de campo, percebemos o engajamento dos dois colegas à proposta deste projeto de pesquisa, além de apoio incondicional que estávamos recebendo de Daniel Schmidt, gerente da Epagri de Rio do Sul e da própria diretoria da Epagri, principalmente do presidente Athos de Almeida Lopes, do diretor Cadorin e do gerente de marketing e comunicação da empresa Dorvalino Furtado.

Uma parada rápida no escritório da Epagri de Agrolândia para acertar detalhes da reunião do dia 1º de setembro e seguimos (nós e Eduardo) viagem até Rio do Sul, mais

precisamente à Rodoviária, pois estava na hora de retornar a Florianópolis. Durante a viagem, que leva em média cinco horas, escrevemos este relato.

Na etapa seguinte, já no mês de setembro, no dia 1º foi realizada a reunião envolvendo toda a comunidade de Ribeirão das Pedras. O objetivo era o de informar e motivar os agricultores sobre a importância do projeto e, ao mesmo tempo, selecionar um grupo de agricultores interessados. Estabelecemos no máximo até 15 participantes, entre homens e mulheres.

De tal modo que, na seqüência, descrevemos os principais momentos dessa etapa.

ANEXO C – A reunião com os agricultores

Acordamos dia 1º de setembro, uma segunda-feira, com uma vontade de viajar logo para Rio do Sul. A reunião com a comunidade de Ribeirão das Pedras, em Agrolândia havia sido marcada para as 20 horas, na escola. Ligamos para o César para acertar o uso do vídeo-cassete na reunião. Seria a oportunidade de explicarmos o projeto de pesquisa para toda a comunidade e vermos os interessados em participar da oficina de vídeo para posterior produção de um, com tema Microbacias.

Mais uma ligação, agora para o Eduardo, para acertarmos a carona de Rio do Sul para Agrolândia. Tudo certo, tomamos o ônibus às 12horas 15minutos em Florianópolis. Durante a viagem sentimos um estado de êxtase, de que tudo correria bem. Respiramos tranqüilamente e, entre um cochilo e outro, rememorizamos o roteiro da reunião, discutido exaustivamente com Rose Gerber, coordenadora Estadual de Economia Doméstica da Epagri, que nos sugeriu o uso do vídeo *together*, uma história protagonizada por crianças, que aponta para a união das pessoas como forma de superar desafios.

Às 17 horas e 15 minutos, encontramos o Eduardo e fomos tomar café no Centro de Treinamento de Agrônômica, já que prevíamos não ter tempo para jantar. Em seguida, tomamos nosso caminho rumo à Agrolândia, onde César nos aguardava. Para não perder tempo, resolvemos seguir direto para a escola de Ribeirão das Pedras, local da reunião. Lá estavam seu Baldoíno e esposa e mais dois agricultores. Enquanto aguardávamos, entre uma história e outra, seu Baldoíno recorda de um momento inesquecível de sua infância, quando seu pai o levou para uma caçada de porcos do mato em plena madrugada. Como o grunhido de um bando desses animais o amedrotara, seu pai prontamente o colocou no galho mais alto de uma árvore. Depois da matança dos animais, ao todo nove, os caçadores (eram mais dois) dispuseram os animais em duas cestas, uma de cada lado do cavalo e, com o pequeno Baldoíno sentado na garupa, voltaram para casa satisfeitos.

Enquanto isso, o pessoal chegava. “*Acheguessem*”, dizia seu Baldoíno. Em poucos instantes a sala da escola já se encontrada inteiramente ocupada. O prefeito Eduardo S. da Silva também estava presente. Ele explicou a difícil a situação financeira enfrentada pela Prefeitura e falou sobre como estava conduzindo sua administração. Depois se referiu ao trabalho de pesquisa que iríamos apresentar como uma proposta importante para todos os agricultores e também para aqueles que atuam no meio rural. Por isso, mereceria receber a atenção de todos.

Esperamos seu Balduino nos passar a palavra e, aproveitando a deixa do prefeito, fomos dizendo... “*...tenho uma proposta que justamente tem a ver com o trabalho de microbacias*”.

Seguimos um roteiro com certa eloquência, agradecendo o espaço cedido pelo conselho, a presença de todos, fazendo uma breve apresentação. O passo seguinte foi a exposição de motivos, ou seja, o porquê da escolha da comunidade, o que pretendia com a oficina de vídeo e a produção pelos agricultores. Resumimos nossa fala à contribuição que tudo isso poderia gerar para a melhoria da comunicação rural, e na relação principalmente entre a Epagri e os agricultores.

O César também comentou rapidamente sobre a proposta, assim como Eduardo. Nos olhares atentos dos agricultores pairava uma incerteza, alguns revelavam uma aceitação não assumida.

Foi o momento de assistir o vídeo motivacional com duração de oito minutos, mas que deram a sensação de três. A mensagem ficou clara, com união é possível superar desafios.

Retomamos a fala, ressaltando que a produção de um vídeo era aquilo, um trabalho de equipe e, por vezes, um grande desafio.

Era o momento final, em que deveríamos formar um grupo de agricultores³⁸. Um deles levanta a mão para compor a lista, em seguida outro, e mais outro. Tivemos que instigar as mulheres: “*uma sozinha no meio dos homens não dá*”, disse D. Marlene. Assim ela e mais duas senhoras formalizavam suas participações. Faltava completar a lista, outros agricultores aderiram e formou-se um grupo com 12 participantes. Daí acertamos a data do treinamento, 18 e 19 de setembro de 2003, sendo na seqüência a produção do vídeo (26 e 27 de setembro) e, na semana seguinte a edição (03 e 04 de outubro). Combinamos que o vídeo seria

³⁸ É importante destacar aqui que no período de realização desta pesquisa a maioria dos agricultores estava envolvida com o plantio de cebola e com a sanidade do rebanho suíno. Portanto, a época foi inadequada para os agricultores, pois eles têm na família a sua própria mão de obra.

apresentado a toda comunidade na semana seguinte. Deixamos em aberto a data até que tudo estivesse concluído.

Mais alguns assuntos foram discutidos sob o comando do César e o Baldoíno, o presidente do conselho. Finalmente a reunião se encerra.

No caminho de volta, uma avaliação positiva. Eduardo nos deixa na rodoviária, onde aguardamos pacientemente, escrevendo estas linhas das 23 horas até 1 hora 15 minutos. Só então retornamos a Florianópolis.

Dormir, descansar, chegar, nada parecia mais importante do que o resultado da reunião. De qualquer forma, a essa altura precisávamos descansar, pois no dia seguinte deveríamos tomar algumas providências administrativas visando à próxima etapa.

ANEXO D – A oficina de vídeo

Duas semanas se passaram até a data marcada para a realização da oficina de vídeo, dias 18 e 19 de setembro de 2003.

Uns dias antes, trabalhamos a organização dos preparativos para a viagem (orçamento, material, equipamento, estadia, carro, alimentação etc.). Dia 18, saímos de Florianópolis, nós, Celívio Holz, engenheiro agrônomo, atuando na comunicação rural há mais de 30 anos e Aires Carmem Mariga, fotógrafa da Epagri.

Ao chegarmos na escola, local do treinamento, lá estavam os agricultores que haviam se inscrito.

Abrimos a reunião ratificando a importância dessa pesquisa de campo para o resultado do trabalho, o compromisso que estavam assumindo. Depois de tratar da programação, introduzimos uma dinâmica de grupo, ou seja, uma recreação com o objetivo de deixá-los à vontade, além de verificar as expectativas deles em relação ao treinamento. Abaixo transcrevemos o enunciado do trabalho em grupo.

Caminhando em círculo na sala, ao sinal (pode ser palmas ou uma música que pára) se fará a formação que a coordenadora dos trabalhos pedir, na seguinte seqüência:

- 1. dois cotovelos direitos*
- 2. três pés esquerdos*
- 3. quatro ombros esquerdos*
- 4. seis bundas*

Formam-se as duplas que terão um tempo para conversar;

Cada dupla vai em frente do grupo e apresenta sua expectativa em relação ao curso ou assunto em questão.

Foi um momento de descontração, muitas risadas, a busca do equilíbrio do corpo com as noções de direito e esquerdo e uma naturalidade no próprio comentário relativo à expectativa do curso, como se pode observar no resumo:

- *buscamos dar contribuição à comunicação com agricultores (aparece em 6 falas)*
- *espero saber operar uma máquina dois ouvidos direitos*
- *ah! expectativa de dias melhores para o futuro*
- *aprender como faz vídeo*
- *trazer benefício para a comunidade (aparece em 5 falas)*

Na seqüência, aplicamos um questionário individual com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre os agricultores, observando dados elementares que dizem respeito à idade, escolaridade, etnia, religião. Além disso, fizemos algumas questões relacionadas ao contato do agricultor com as mídias (rádio, TV, jornais, internet) desde o fato de possuir ou não algum equipamento, a frequência de uso, e até mesmo se tinham noção de como produzir um vídeo. Tínhamos a pretensão de aplicar esse questionário (pré-teste) e, após a realização da oficina ou da gravação a campo, aplicar um segundo questionário (pós-teste) checando as informações referentes à opinião sobre..., como um antes e um depois. Devido à falta de tempo hábil o segundo questionário não foi realizado.

Assim, entregues os questionários pelos agricultores, deu-se início propriamente à oficina de vídeo. O Celívio ficou responsável por esta etapa. Vale dizer, que o colega Celívio, como o chamamos carinhosamente foi um dos pioneiros da comunicação rural em Santa Catarina. Ele inaugurou o trabalho de divulgação do setor rural em um parceria entre Epagri e emissoras de TV.

O roteiro da oficina de vídeo, discutido previamente, foi repassado para os agricultores. Ele foi elaborado tendo como meta discutir os elementos-chaves para produção de um vídeo, a saber: uma abordagem sobre as diferentes mídias, suas características e modo de funcionamento; a importância do vídeo; tipos de vídeos; linguagem audiovisual: enquadramentos, planos, linhas, perspectivas, tipos de narrativas, o uso do som, montagem (edição), roteiro; fases de produção; o funcionamento de uma câmera de vídeo; o uso de microfones.

Nossa preocupação com a didática nos levou a adotar uma metodologia que incluía 20% de teoria e 80% de prática. As aulas práticas de enquadramento (planos) foram realizadas com câmeras fotográficas digitais. A Aires, fotógrafa da Epagri explicou o funcionamento das câmeras para cada grupo. Em seguida, os agricultores saíram para fotografar com muita disposição e criatividade. O equipamento em si causou um efeito de encantamento, do tipo “vamos fotografar isso aqui também”, flores, natureza, pessoas do grupo e do outro grupo. Pelo fato de os agricultores nunca terem estado com uma câmera fotográfica na mão e ainda digital, observamos que essa tecnologia não causou grande estranhamento, pelo contrário se esforçavam para fotografar bem todos os exercícios solicitados.

Eles se revezavam no uso do equipamento e discutiam o quê e como fotografar, segundo as orientações obtidas. Pudemos observar também a criatividade latente aflorando por exemplo, na tarefa de fotografar um plano contra-plongê (os agricultores gravaram como plano sapo, e o inverso com plano águia), quando o agricultor Valentino disse: *“olha podemos fotografar o plano sapo deste poste aqui”*, já a Marlene: *“o plano águia pode ser feito desse cumpinzeiro. Oh! Assim de cima para baixo, é só limpar em volta para não ficar tão feio...”*. Depois de fotografar a agricultora Marlene constatou que o que lhe faltava era delicadeza para apertar o botão, já que a lida no campo é um serviço muito pesado.

Terminado o exercício prático, os participantes retornaram à sala e, em seguida, iniciamos a sessão de mostra das fotos de cada grupo. Assim, todos puderam avaliar o resultado do trabalho em grupo tendo como pano de fundo os comentários dos instrutores. O que ficou evidente no final, foi a satisfação geral dos participantes pela possibilidade de terem sido os autores daquelas fotos (somente dois agricultores até então, haviam tocado em uma máquina fotográfica). Alguns agricultores reclamaram que a explicação de como usar a máquina digital foi muito rápida e por isso algumas fotos não saíram como haviam desejado. De qualquer forma, a colega Aires, que deu as instruções de como usar a câmera, já havia nos confidenciado sobre a impressionante tranquilidade dos agricultores diante da câmera, disse ela: *“eu não vi grandes diferenças entre os técnicos da Epagri que também tiveram um treinamento para usar a câmera fotográfica e esses agricultores. Alguns técnicos mal pegavam na câmera, já os agricultores ficaram desinibidos, se mostraram tranquilos em relação a essa tecnologia. Dei a orientação básica de uso e logo se espalharam em busca de elementos para suas fotos”*.

Os exercícios práticos de roteiro e câmera de vídeo ficaram um pouco prejudicados pela falta de tempo. Assim, no caso da câmera, não conseguimos desenvolver na íntegra a prática de campo com todos tendo a oportunidade de operar o equipamento.

A duração da oficina foram de vinte horas distribuídas em um dia e meio de trabalho. As refeições neste caso foram feitas no próprio local do curso (escola da comunidade) e as despesas pagas pela Epagri.

Concluimos que o tempo da oficina foi insuficiente, seria necessário pelo menos mais um dia. No entanto, o conteúdo e a metodologia estava de acordo com as características desse tipo de treinamento.

ANEXO E – A produção do vídeo pelos agricultores

A segunda etapa foi a produção de vídeo pelos agricultores. Saímos de Florianópolis às 6 horas da manhã, com previsão de chegada em Agrolândia às 8 horas. Estávamos totalmente equivocados, já que este percurso leva no mínimo três horas de viagem. Como não tínhamos o hábito de dirigir na região, é natural que perdêssemos mais tempo na estrada. Para aumentar nosso atraso, pedimos informação em Atalanta sobre o caminho para Ribeirão das Pedras, em Agrolândia, pois ouvimos falar de um trajeto mais curto. Estávamos dando voltas e, então, na terceira informação tomamos o rumo certo. Chegamos meio encabulados às 10 horas, na escola combinada para nos reunirmos.

O grupo estava acertando os últimos detalhes do roteiro de filmagem. Contudo, seu Baldoíno revelou que haviam pensado em ir embora. Neste caso, um pedido de desculpas foi praticamente inócuo. Logo, Dona Marlene mostrou o roteiro feito com base no conhecimento deles e num livro de registro sobre a microbacia. O clima no final era de entusiasmo e expectativa, afinal era o momento de praticar o que aprenderam sobre produção de vídeo.

Na saída para o campo, a agricultora Nilza me pergunta qual a melhor maneira de filmar a bandeira do Brasil. Respondi: *“mas o quê exatamente”*. Ela apontou para a frase *“ordem e progresso”*.

Seguimos até a propriedade do agricultor Carlito, onde seria realizada a primeira entrevista do dia. O grupo optou em entrevistar os próprios participantes já que a maior parte deles teve sua propriedade considerada modelo em conservação e recuperação do solo na microbacia. A empolgação do grupo era visível. O agricultor Aurima assumiu a vaga de cinegrafista ao lado de Carlito e foi logo dizendo: *“a gente precisa de vocês só para alguma informação técnica, de resto deixa com a gente”*. Eles estavam confiantes. Essa autoconfiança ficou evidente na organização da primeira entrevista. Foram distribuídas funções, uns

carregavam os equipamentos, outros assumiam funções como cinegrafista, operador de som, entrevistador, contra regra, enquanto outros ficavam observando.

A segunda entrevista, na propriedade do agricultor Jonas foi feita por seu Carlito. O local escolhido foi próximo a uma área reflorestada, uma correlação com o assunto abordado.

A desenvoltura com que utilizavam o microfone de mão chamou nossa atenção, pois a impressão é de que esse equipamento lhes era familiar. O comportamento do entrevistador também mostrava-se natural. Todos os participantes que assumiram esse papel prepararam antes as perguntas por escrito, que eram submetidas à aprovação da equipe. No entanto, minutos antes de iniciar a gravação da entrevista com Marlene, a agricultora Lucelani escolhida para perguntar, se apresentava nervosa e apreensiva, mesmo com a pergunta formulada no papel. Segundo ela, não ia segurar o papel na mão, o que dava sensação de insegurança. Mas no final deu tudo certo. Na gravação da entrevista não houve problemas.

De modo geral, os entrevistados apresentavam-se tranquilos na hora da gravação. Uma rápida enquete realizada pelo cinegrafista ajudava a determinar o enquadramento a ser usado. A noção de enquadramento foi assimilada pelos participantes, contudo a preocupação na hora de filmar se voltava ao movimento de câmera que indicava ora um plano geral, ora um plano americano e até o primeiro plano.

Na entrevista com o agricultor Valdir sobre a recuperação do solo em lavoura de cebola pode-se observar a aplicação de vários conceitos ensinados na oficina de vídeo. Diziam: *“olha o teto..., é melhor os dois (entrevistador e entrevistado) ficarem mais abaixo para não aparecer muito o céu branco, etc.* O agricultor Valdir, que durante a oficina se apresentou tímido acabou comandando a cena na hora do plantio de cebola, ou melhor, da simulação do plantio, já que não era mais a época. Ele dizia: *“vamos espalhar mais para que ninguém fique na frente do outro”*. Já a agricultora Nilza: *“olha vocês tem que conversar para ficar mais natural como no dia a dia”*.

O jovem Marcos superou nossa expectativa. De jovem retraído passou a participante ativo, ao longo das gravações, deu opiniões e ajudou a operar o som do microfone.

Uma preocupação da equipe, recorrente nas entrevistas, diz respeito ao uso de boné com propaganda e com o barulho demasiado, inclusive na captura de imagens para assegurar o som do contexto. Antes de começar a gravação, os que não estavam envolvidos diretamente se afastavam até o término da entrevista ou das imagens. A agricultora Marlene percebe um bom ângulo e chama o cinegrafista, o agricultor Aurima: *“olha essa aqui são plantas maiores , a gente podia filmar a fileira”*.

Opiniões de como melhor mostrar determinadas cenas também não faltaram. O engajamento e a criatividade dos agricultores pode-se dizer que são marcas presentes em vários momentos da gravação. Por exemplo, para falar sobre conservação do solo, o agricultor Valdir e Carlito pensaram: *“seria bom mostrar minhoca nesta época de grande estiagem, isso comprova que é vantagem recuperar o solo”*. Pois não levou muito tempo e seu Valdir aparece com uma minhoca. Então, combinaram a entrevista sobre a importância da cobertura do solo, de modo que até a minhoca (seu Valdir procura a minhoca sob a cobertura e mostra) voltou a aparecer.

Nas cenas do gado leiteiro, para focar o aspecto de produção dos animais baseada na distribuição dos mesmos em piquete (uma técnica de manejo do gado), o agricultor Heinz dá a idéia: *“Acho que seria bom filmar desde lá de cima do piquete, onde posso soltar o gado que vai descendo aí você filma”*.

Para mostrar através da imagem o uso do esterco na lavoura, conteúdo que faz parte do roteiro escrito por eles, programaram que um agricultor da comunidade iria encher o tanque do distribuidor de esterco para então aplicar na lavoura.

Ainda tratando de imagens de recuperação do solo, o agricultor Arno preparou sua máquina de virar o solo e encilhou o cavalo. Assim como seu Valentino, que havia preparado o cavalo para juntamente com a plantadeira fazer demonstração de uma prática não mais utilizada na comunidade, a do revolvimento do solo. Estes aspectos discutidos em grupo faziam parte do roteiro do vídeo. Depois das imagens, veio a entrevista com o agricultor Valentino. A idéia era confrontar uma situação anterior com uma nova prática adotada pelo agricultor no plantio da mandioca. Ou seja, ao filmar as entrevistas havia uma preocupação corrente de fazê-las em ambientes relacionados ao tema.

Durante as filmagens procuramos ser apenas observadores, muito embora alguma interferência tenha sido inevitável. Destacamos para o grupo a importância dos enquadramentos aprendidos para finalização do trabalho, isto é, a edição do vídeo. Isto porque percebermos o uso demasiado de movimentos de câmera, buscando a partir disso as variações dos planos. Ressaltamos esse aspecto, pois na oficina de vídeo o conteúdo edição foi ministrado somente através de mostras de vídeo de diferentes estilos e algumas questões teorizadas.

Para nossa surpresa, parte das imagens e algumas entrevistas foram produzidas sem o uso do tripé. A câmera mais parecia um brinquedo sendo dominado pelo agricultor do que efetivamente um instrumento de trabalho.

Vale ressaltar que as gravações ocorreram durante dois dias, num total de 12 horas de trabalho. Devido à chuva que iniciou no segundo dia (sexta-feira) inviabilizando as gravações, retomamos os trabalhos no domingo.

ANEXO F – A edição

E, finalmente, a última etapa foi a da edição que ocorreu na Unisul, em Palhoça. Partimos do pressuposto que a edição não-linear seria o método mais prático e rápido de editar o vídeo, além do que, a Unisul, assim como a Epagri, foram parceiras neste projeto. Dentro desse princípio, orientamos os agricultores a procederem anteriormente a decupagem das fitas gravadas e organizar o roteiro para edição. O grupo designou três agricultores que se deslocaram até o centro de cinema e vídeo da Unisul a fim de efetivarem a edição, sob acompanhamento desta pesquisadora. Eles vieram com o César, técnico da Epagri de Agro-lândia que contribuiu para a viabilização do trabalho de pesquisa a campo.

Tínhamos previsto dois dias de edição, acertados previamente com os editores responsáveis. Na sala de edição, Hélio, o técnico, recapitula noções básicas desta etapa. Ao ver o material dos agricultores, isto é, o roteiro com texto e indicação de imagens e entrevistas e as folhas de decupagem preenchidas, disse: *“vocês estão de parabéns. Está tudo aqui, é impressionante, pois tem aluno de graduação que vem editar e não se organiza assim”*. Os representantes do grupo, os agricultores Aurima, Carlito e Jonas logo demonstraram surpresa e contentamento pelo elogio recebido.

O primeiro passo foi gravar o texto. Ensaios para acertar o tom de voz revelou-nos que a definição de microbacia era técnica e não espontânea e didática como o grupo havia conceituado a campo. Perguntamos o porquê da mudança. O Aurima disse que haviam pesquisado no livro sobre microbacia. Estava claro, a preocupação dos agricultores de fugirem da pecha de ignorantes, por longo tempo alimentada pela figura midiática do Jeca Tatu.

Diante do questionamento sobre qual era o público a que se destinava o vídeo, no caso outros agricultores, eles resolveram alterar o conceito de microbacias.

Gravado o texto, iniciou-se a edição de imagens e entrevistas. A decupagem feita na comunidade facilitou o trabalho, que a cada momento de escolha era revisto pelo grupo. Algumas outras noções de edição foram sendo discutidas no decorrer do trabalho. Percebemos a preocupação com o som contextual das imagens, a escolha da fala do entrevistado com tempo de entrada e saída do áudio. Na revisão de parte do material editado, novos ajustes eram feitos, facilitados pela tipo de edição (não-linear), como troca de imagens e pequena mudança no texto já editado. Foram 6 horas e 30 minutos de edição, iniciando às 16 horas do dia 17 de novembro de 2003 e avançando até às 22 horas e 30 minutos. Após finalizar a edição, levamos os agricultores para jantar na churrascaria “Meu cantinho”, em Florianópolis. As despesas foram pagas pela Unisul, com recursos de auxílio à pesquisa. A pernoite dos agricultores foi no centro de treinamento da Epagri, também em Florianópolis. No outro dia reiniciamos os trabalhos às 8 horas com encerramento às 13 horas. Uma falha no computador inviabilizou a colocação da trilha sonora e dos créditos finais estabelecidos pelo grupo. Esse trabalho foi feito depois sem a presença dos agricultores. O *making of* (por trás das câmeras), foi organizado por esta pesquisadora juntamente com o apoio do editor da Unisul, Alan Lagndon.

ANEXO G – O lançamento do vídeo

Acertada a data para o lançamento do vídeo produzido pelos agricultores no município de Agrolândia. A expectativa era grande, já que a maioria do grupo não havia participado da edição, portanto, não tinha idéia do resultado final. O evento contou com a participação de lideranças municipais (prefeito, vereadores, presidente sindicato) e com técnicos da Epagri (técnico local, supervisor, agente de desenvolvimento, coordenador do projeto microbacias de Rio do Sul).

Com objetivo de mostrar com qualidade o trabalho desenvolvido pelos agricultores saímos de Florianópolis (eu, Aires, Celívio e Eduardo, editor do rádio) com equipamentos de som e projeção de vídeo em tela, além de outros equipamentos que permitem a gravação de entrevistas.

Após a organização do cerimonial, seguiu-se a fala de lideranças e a nossa explicação sobre a importância do projeto e contribuição de vídeo produzido pelos agricultores para a pesquisa, além dos agradecimentos. Na seqüência, teve início a mostra dos vídeos “Microbacias: nossa visão” e do *making of* do grupo em atividade (cada participante do grupo recebeu uma fita com a cópia dos vídeos).

Em seguida, fizemos uma avaliação informal do vídeo, e o colega Celívio iniciou uma série de entrevistas que foram utilizadas no programa de rádio³⁹ sobre o trabalho desenvolvido pelos agricultores e suas impressões (as entrevistas infelizmente não foram arquivadas). O momento seguinte foi de confraternização entre os participantes e a comunidade. O grupo se sentiu aliviado diante de um compromisso que assumira. Essa assertiva pode ser verificada na fala do agricultor Aurima, ao dizer: “*Ah! se a gente soubesse que seria tão*

³⁹ A Epagri produz o programa de rádio “Panorâma Agrícola” transmitido por mais de cinquenta rádios em Santa Catarina. É um programa com dez minutos de duração e trata de diversos assuntos referentes à agricultura, à pesca e ao meio ambiente.

complicado, certamente não teria participado. Depois que passou, tudo bem. É difícil pois exige muito tempo”.

ANEXO H – QUESTIONÁRIO

Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina

Curso – Mestrado Ciências da Linguagem

Data: 18 de Setembro de 2003

Localidade: Ribeirão das Pedras – Agrolândia

1. Sexo

Masc. () 01

Fem. () 02

2. Idade

de 18 a 28 anos () 04

de 29 a 39 anos () 05

de 40 a 50 anos () 06

de 51 a 61 anos () 07

mais de 61 anos () 08

3. Etnia:

Italiano () 09

Alemão () 10

Português () 11

Outros () 12

4. Escolaridade

Nunca foi à escola () 13

até 4 série completo () 14

- 1 grau incompleto () 15
- 1 grau completo () 16
- 2 grau incompleto () 17
- 2 grau completo () 18

5. Religião:

- Católico () 19
- Evangélico () 20
- Outra religião () 21
- Sem religião () 22

6. Quais as tecnologias de comunicação que você tem contato?

- Nenhum () 23
- Rádio () 24
- Televisão () 25
- Jornal () 26
- Revistas e outros () 27

7. Você tem idéia de como é feito um programa para a televisão?

- Sim () 28
- Não () 29
- Tem curiosidade () 30
- Não tem curiosidade () 31

8. Você já participou de algum programa de televisão?

- Nenhuma vez () 32
- Uma vez () 33
- Algumas vezes () 34

9. Como você imagina que seja produzida uma reportagem para televisão?

- Uma atividade simples () 35
- Uma atividade complexa () 36
- É feito por uma pessoa () 37
- É feito por várias pessoas () 38

10. Quais as características que você acha importante para quem trabalha com produção de vídeo?

Ter estudo () 39

Ser criativo () 40

Gostar da atividade () 41

Ter boa aparência () 42

11. Que importância tem o roteiro na produção de uma vídeo?

Nenhuma () 43

É fundamental () 44

Não faz idéia () 45

12. Se você considera o roteiro fundamental, é por quê?

Permite fazer as gravações () 46

Organiza as idéias que se deseja passar () 47

Organiza as idéias facilitando as gravações e a montagem do vídeo () 48

13. O que é mais necessário na produção de um vídeo?

A noção de filmagem do ambiente e de pessoas () 49

A descrição do que tem em cada fita gravada () 50

O planejamento do que filmar, quando e onde () 51

O planejamento da edição (montagem do vídeo) () 52

Todas as respostas estão corretas () 53

14. Quais das respostas melhor esclarece como é feita a edição (montagem) de um vídeo?

O texto é gravado depois são colocadas as imagens () 54

O produtor define na hora as imagens que vai utilizar () 55

O produtor planeja antes a edição () 56

15. Quanto tempo você acha que é necessário para editar um minuto de vídeo?

10 minutos de trabalho () 57

1 hora de trabalho () 58

2 horas de trabalho () 59

Não faz idéia () 60

1. Por quê você está participando deste curso?

Por interesse em melhorar a comunicação rural () 61

Pela relação com a Epagri () 62

Outros motivos () 63

Não sabe () 64

ANEXO I – Roteiro vídeo dos agricultores “ Microbacias: nossa visão”

A microbacia de Rio das Pedras localizada no município de Agrolândia, no Alto Vale do Itajaí tem uma área de 1.300 hectares, 600 metros de altitude e é composta de 52 famílias. Uma microbacia é formada por uma área de terra que tem um formato de uma gamela, delimitada pelos chamados divisores de água, que nada mais são do que os pontos mais altos do terreno.

(Imagem geral da microbacia)

Em 1984, quando o estado sofreu a consequência de duas grandes enchentes, isso levou autoridades, técnicos, a comunidade a se preocupar com o manejo e conservação do solo e água. A estratégia era aumentar a cobertura vegetal e controlar o escoamento superficial e melhorar a estrutura física do solo.

Esse programa teve apoio do governo, técnicos e prefeitura municipal, em parceria com a comunidade.

(Imagem da microbacia e foto do casarão)

Antes do projeto os solos eram todos lavrados e em função disso ocorria muita erosão.

(Imagem Valentino com depoimento)

Após a implantação da microbacias teve-se uma grande preocupação em melhorar a fertilidade e produtividade com a cobertura do solo. Isso levou um

grande crescimento nas culturas de milho, cebola e feijão. Do plantio direto dessas culturas reduziu-se 100 % da erosão.

(Depoimento do Valdir, imagens...feijão e milho só imagem)

Na cultura do milho houve uma adequação de máquinas de tração animal e mecânica usadas no plantio do feijão. As quais são usadas no plantio do feijão (Imagem Valentino e Arno) (Imagem de trator) (Imagem do feijão).

Com o grande aumento na produtividade de milho viu-se a necessidade da construção de um secador, o qual foi construído pela comunidade.

(Imagem do secador).

Com o secador se obteve uma melhor qualidade de grãos e com isso um crescimento na suinocultura.

(Imagem e depoimento Carlito)

E outra parte do milho está sendo usada em silagem para o gado leiteiro.

(Imagem Heinz e Marlene com depoimento)

Viu-se a necessidade no manejo de pastagens.

(depoimento de Baldoino e Heinz)

Além dessas atividades implantou-se também a piscicultura, sendo mais uma fonte de renda na pequena propriedade.

(Imagem e depoimento do Aurima)

Além do sucesso alcançado, a comunidade de Ribeirão das Pedras está sempre em busca de novas técnicas que vissem aumentar a produtividade e gerando mais lucros, mas sempre preocupada com a preservação do meio ambiente.

(Imagem e depoimento do Jonas)

Reflorestando todas as margens do rio e nascentes e adequando esterqueiras. E nas partes mais inclinadas, sendo reflorestado com eucalipto e pinus, sendo mais uma renda na propriedade.

(Imagem e depoimento do Arno)

Além disso, as mulheres da comunidade também tiveram participação decisiva no sucesso da microbacia.

(depoimento e imagem da Nilza)

Hoje este trabalho é reconhecido a nível de município, estado, país e até internacionalmente, pois a comunidade recebeu inúmeras visitas de técnicos e produtores. Isso contribuiu que as pessoas da comunidade se tornassem mais comunicativas e desinibidas. Assim, melhorando o relacionamento dentro da própria comunidade.

ANEXO J - Roteiro vídeo “MICROBACIAS 2: Construindo a qualidade de vida no meio rural”

O que é o Projeto Microbacias 2 ?

A partir da década de 50 foi implementado, no nosso estado, um modelo de desenvolvimento rural com ênfase no crescimento econômico através de incentivos que facilitavam o uso do crédito rural e insumos subsidiados.

Esta política viabilizou a implantação do “Modelo Agrícola Catarinense”, que foi impulsionado por complexos agro-industriais nas áreas de avicultura, suinocultura, soja, maçã, fumo e madeira, através do sistema de integração de produtores agrícolas familiares.

Se este modelo contribuiu, por um lado, para a expansão da produção de alimentos e matérias primas, colocando o estado, durante décadas, na condição de quinto maior produtor de alimentos do Brasil; por outro, este crescimento não ocorreu de forma harmoniosa e nem incluiu todos os agricultores familiares.

O desmatamento indiscriminado, o manejo incorreto do solo, a ocorrência de enchentes, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a contaminação dos cursos d’água, principalmente por dejetos animais, era o retrato da sociedade rural catarinense no final dos anos 80.

O Que foi feito para mudar esta situação?

Preocupado com este quadro que se apresentava, o Estado buscou financiamento do Banco Mundial para deter o processo de degradação ambiental, implantando o **Projeto Microbacias I**.

Este projeto, desenvolvido no período de julho de 1991 a junho de 1999, em parceria com a iniciativa privada, cooperativas e prefeituras municipais teve como objetivo a recuperação e conservação da capacidade produtiva dos solos e o controle da poluição no meio rural.

NAS AVALIAÇÕES FINAIS DO MICROBACIAS 1, FORAM CONSTATADOS RESULTADOS POSITIVOS NA CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA./ MAS, APESAR DISSO, OS PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS CONTINUARAM AFETANDO UM GRANDE NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS./ A EXCLUSÃO DO MERCADO REFLETE ESTA REALIDADE E É UMA PROVA DA DIMINUIÇÃO DA RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES./

ESTUDOS INDICAM QUE 41% DAS FAMÍLIAS RURAIS CATARINENSES VIVEM COM UMA RENDA MENOR QUE UM SALÁRIO MÍNIMO MENSAL POR PESSOA OCUPADA./

SEM OPORTUNIDADES DE TRABALHO E RENDA E COM POUCAS OPÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS, É CADA VEZ MAIOR O NÚMERO DE FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES QUE MIGRAM PARA AS CIDADES./

SEM MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA, ESTES JOVENS AGRICULTORES ENCONTRAM DIFICULDADES DE EMPREGO, AUMENTADO AINDA MAIS OS PROBLEMAS SOCIAIS NOS CENTROS URBANOS./

DIANTE DESTE QUADRO, SANTA CATARINA CONTRATOU UM NOVO FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO MUNDIAL – O PROJETO MICROBACIAS 2./

VINHETA: O QUE VEM A SER ESTE NOVO PROJETO???

(CARACTERES COM EFEITO)

A VISÃO DE FUTURO DO MICROBACIAS 2 FOCALIZA AS TRÊS PRINCIPAIS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL./

ALÉM DE AMPLIAR O ENFOQUE AMBIENTAL, TRABALHADO NO MICROBACIAS 1, O NOVO PROJETO INCLUI AÇÕES PARA AUMENTAR A RENDA E MELHORAR A VIDA SOCIAL NAS COMUNIDADES RURAIS./ O RESULTADO DE TUDO ISSO É UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA A POPULAÇÃO RURAL./

A UNIDADE DE PLANEJAMENTO CONTINUA SENDO A MICROBACIA HIDROGRÁFICA./ MAS, O QUE É UMA MICROBACIA???

A ÁGUA DA CHUVA NO SEU CAMINHO PARA O MAR, AO LONGO DO TEMPO, TEM MODELADO A SUPERFÍCIE DA CROSTA TERRESTRE, DANDO ORIGEM AO SISTEMA

HIDROGRÁFICO./

NA NATUREZA ESTE SISTEMA É SUB-DIVIDIDO EM COMPARTIMENTOS./

VEJA:

ESTA ÁREA MAIOR, DELIMITADA NA TOPOGRAFIA, E FORMADA POR UM CONJUNTO DE CURSOS D'ÁGUA, LIGADOS ENTRE SI, É O QUE CHAMAMOS DE BACIA HIDROGRÁFICA./

A MICROBACIA É A MENOR ÁREA DO SISTEMA, DELIMITADA PELO TOPO DOS MORROS POR ONDE AS AGUAS DAS CHUVAS SÃO DRENADAS DANDO ORIGEM AOS RIBEIRÕES, RIACHOS E PEQUENOS RIOS./ EM UMA MICROBACIA PODEM EXISTIR UMA OU VÁRIAS COMUNIDADES RURAIS./

VINHETA DE PASSAGEM – ÁREA AMBIENTAL

NA ÁREA AMBIENTAL, O PROJETO VAI DESENVOLVER AÇÕES PARA AUMENTAR A INFILTRAÇÃO E DIMINUIR O ESCOAMENTO SUPERFICIAL DA ÁGUA DA CHUVA./ PARA ISSO, É FUNDAMENTAL A COBERTURA DO SOLO NAS ÁREAS CULTIVADAS.//

ESPECIAL ATENÇÃO SERÁ DADA À MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA, ATRAVÉS DO MANEJO CORRETO DOS DEJETOS HUMANOS E ANIMAIS, DO CONTROLE DA EROÇÃO E DA DIMINUIÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR AGROTÓXICOS.//

AGROECOLOGIA....REFLORESTAMENTO....PRESERVAÇÃO DE NASCENTES....E AUMENTO DA MATA CILIAR SÃO AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PARA RECUPERAR A BIODIVERSIDADE E GARANTIR A SUA PRESERVAÇÃO.//

O COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL VAI INCENTIVAR A FORMAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS E A GESTÃO INTEGRADA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.//

ALÉM DISSO, O PROJETO APOIARÁ A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS IMPORTANTES PARA SANTA CATARINA.//

UM AMPLO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, FEITO ATRAVÉS DE PARCERIAS, SERÁ A BASE PARA A TRANSFORMAR ESTAS IDÉIAS EM REALIDADE.///

VINHETA DE PASAGEM – ÁREA ECONÔMICA

NA ÁREA ECONÔMICA, O PROJETO PRETENDE CRIAR OPORTUNIDADES DE OCUPAÇÃO E RENDA./
EXEMPLO DISSO, SERÁ O INCENTIVO AOS
EMPREENHIMENTOS AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE
PEQUENO PORTE./

O QUE SE BUSCA É A AGREGAÇÃO DE VALORES E A
MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E
SERVIÇOS OFERTADOS PELOS AGRICULTORES
FAMILIARES./

ADEQUAR AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E INTRODUIR
NOVAS OPORTUNIDADES DE MERCADO SERÃO OUTRAS
AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PARA AUMENTAR A
RENDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.//

A FORMAÇÃO DE REDES DE COMERCIALIZAÇÃO SERÁ
UM DOS CAMINHOS PARA CRIAR ESCALA COMPETITIVA
NO MERCADO E REDUZIR CUSTOS./ PARA O
AGRICULTOR, ISTO SIGINIFICA UMA MAIOR
APROPRIAÇÃO DO PREÇO FINAL DE SEUS PRODUTOS E
SERVIÇOS.//

ESTA BUSCA DE AGREGAÇÃO DE VALORES PELA
AGRICULTURA FAMILIAR NÃO SE RESUME APENAS A
UM MAIOR RENDIMENTO ECONÔMICO PARA OS
PRODUTOS AGRÍCOLAS, MAS TAMBÉM, UMA MAIOR
VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA DAS
COMUNIDADES RURAIS.//

VINHETA DE PASSAGEM – ÁREA SOCIAL

NA ÁREA SOCIAL, O PROJETO INCENTIVARÁ A
MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL, FAMILIAR E
COMUNITÁRIA/
PARA ISSO, O SANEAMENTO AMBIENTAL, A REFORMA
DE HABITAÇÕES RURAIS E AMPLIAÇÃO DAS OPÇÕES DE
LAZER COMUNITÁRIO SERÃO INCENTIVADOS.//

O PROJETO TAMBÉM BUSCARÁ A PARTICIPAÇÃO DOS
DIVERSOS SEGMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR,
ESPECIALMENTE MULHERES E JOVENS, NO
GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DO MICROBACIAS 2./

A EXEMPLO DAS FAMÍLIAS RURAIS, AS DIFERENTES
ETNIAS INDÍGENAS, SITUADAS NAS MICROBACIAS A
SEREM TRABALHADAS, SERÃO BENEFICIADAS,
RESPEITANDO SUA CULTURA E AS DIRETRIZES DO
PROJETO./

ESTAS AÇÕES NA ÁREA SOCIAL TERÃO COMO BASE UM PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DE TODOS OS ENVOLVIDOS./ PARA ISSO, SERÃO ADOTADAS METODOLOGIAS QUE PROMOVAM A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO, ALÉM DA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO EXISTENTE NAS COMUNIDADES RURAIS.//

COMO AS FAMÍLIAS PARTICIPARÃO DO MICROBACIAS 2??? (CARACTERES E EFEITO)

A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, FEITO ATRAVÉS DA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA, SERÁ O PONTO DE PARTIDA PARA A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS NO MICROBACIAS 2./

DESTE TRABALHO, QUE SERÁ ACOMPANHADO PELOS TÉCNICOS ANIMADORES, VÃO SURTIR DIFERENTES PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA AS DIVERSAS MICROBACIAS A SEREM TRABALHADAS EM SANTA CATARINA./ CADA UMA COM SUAS PARTICULARIDADES.//

O GRUPO DE ANIMAÇÃO DA MICROBACIA TERÁ UM PAPEL ESPECIAL, BUSCANDO INCLUIR OS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS RESIDENTES NAS COMUNIDADES TRABALHADAS./

FRUTO DESSA MOBILIZAÇÃO SOCIAL, SERÁ A FORMAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA, QUE VAI REPRESENTAR OS INTERESSES DE TODAS AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS./

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA VAI PERMITIR A ELABORAÇÃO DE PROJETOS GRUPAIS, INDIVIDUAIS OU COMUNITÁRIOS, CONTENDO AS PRINCIPAIS NECESSIDADES LEVANTADAS PELAS FAMÍLIAS RURAIS./

COMO NEM TODAS ESSAS NECESSIDADES PODERÃO SER CONTEMPLADAS PELO MICROBACIAS 2, OUTRAS FONTES DE RECURSOS, SEJAM MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL, PODERÃO SER BUSCADAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO.//

EM CADA ETAPA, SERÃO EXECUTADOS SEMINÁRIOS, CURSOS, REUNIÕES, JOGOS PEDAGÓGICOS E

<p>EXCURSÕES, VISANDO A CAPACITAÇÃO CONTÍNUA E PERMANENTE DOS ENVOLVIDOS NO PROJETO./</p> <p>COM O COMPROMETIMENTO DOS PRÓPRIOS BENEFICIÁRIOS NOS RUMOS SEGUIDOS PELO MICROBACIS 2, DEVEM SER CRIADAS CONDIÇÕES PARA UM VERDADEIRO APRENDIZADO DO QUE REPRESENTA A AUTO-GESTÃO COMUNITÁRIA E O QUE SIGNIFICA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.////</p>	

Florianópolis, julho de 2002.

ANEXO L – Considerações da banca

Motivada pelas sugestões da banca, feitas na ocasião da defesa desta dissertação, notadamente da Prof. Dra. Cláudia C. Pfeiffer, gostaria de comentar alguns pontos que se referem à autoria e que foram ali ressaltados. Esses pontos são convergentes para uma afirmação que não chegamos a explicitar, ou seja, “o sujeito-agricultor se revela, no texto, em constante tensão, tentando legitimar a sua posição”. Essas marcas de autoria são identificadas em várias partes do texto (vídeo), como por exemplo:

- o sotaque na fala dos agricultores, é um lugar em que se percebe uma tensão no discurso, isto é, uma marca do sujeito-agricultor;
- o uso do dêitico “aqui” , territorializa um discurso que não é o midiático, mas da própria comunidade;
- no enunciado “*esse programa teve apoio do governo, técnicos e prefeitura municipal, em parceria com a comunidade*”, o “a” aparece como artigo definido e produz o efeito de sentido de que a comunidade fala do seu lugar;
- no enunciado final do vídeo dos agricultores identificou-se um efeito de fechamento do vídeo, “*isso contribuiu que as pessoas da comunidade se tornassem mais comunicativas e desinibidas. Assim, melhorando o relacionamento dentro da própria comunidade. O fechamento esperado pela Epagri ou pela mídia, certamente seria outro, talvez aquele que ressaltasse “a recuperação e conservação do solo”*. No entanto, segundo Cláudia Pfeiffer “é interessantíssimo que o fecho se dê em relação à intersociabilidade da comunidade e não em relação ao plantio, tecnologia, meio ambiente, etc”.

Diríamos, então, que na exata medida em que os discursos dominantes (da mídia, pedagógico e técnico, conforme conclusões da análise), silenciam o dizer mais próprio do sujeito-agricultor, se produz, por contraste, esse dizer de forma latente, e muitas vezes ele se marca nos entremeios. Esse movimento tem suas conseqüências. Uma delas talvez seja a

possibilidade de fundação de uma formação discursiva dominante na qual se inscreva os sentidos do sujeito-agricultor.